



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO NA APLICAÇÃO DE CRÉDITO RURAL
DA REDE BANCÁRIA DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

Convênio IPEA - UFV

CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO NA APLICAÇÃO DE CRÉDITO RURAL DA RÊDE BANCÁRIA DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

PAUL HEINZ KRAHENHOFER

T. KELLEY WHITE JR.

ELIZEU ROBERTO A. ALVES

JOAQUIM A. DE SOUZA

O presente estudo é parte do convênio celebrado entre o INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA) e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV), “para a realização de um estudo sôbre o desenvolvimento regional da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais”. Especificamente, é parte da Fase II do referido convênio, executado pelo Departamento de Economia Rural da Escola Superior de Agricultura da UFV, identificado, na Fase I do convênio, como problema prioritário para ser estudado.

Este estudo é baseado em tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa pelo primeiro autor, como parte das exigências do Curso de **Extensão Rural** para a obtenção do grau de “Magister Scientiæ”.

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

VIÇOSA – MINAS GERAIS – BRASIL

1971

CONTEUDO

	Página
LISTA DE QUADROS	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O Problema	4
1.2. Objetivos	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
3. MATERIAL E METODOS	10
3.1. Área Estudada	10
3.2. População Estudada	12
3.3. Amostragem	13
3.4. Coleta dos Dados	15
3.5. Análise dos Dados	16
3.5.1. Modelo de Análise do Desempenho do Sistema de Crédito Rural	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1. Capilaridade	24
4.1.1. Tipos e Número de Bancos	24
4.1.2. Agências: Número, Distribuição e Concentração	28
4.1.3. Operações Passivas	34
4.1.4. Operações Ativas	38
4.1.5. As Praças Bancárias mais Importantes Quanto ao Volume dos Depósitos e Índice de Aplicação	43
4.1.6. Aplicações Bancárias pelos Setores Econômicos. O Setor Agrícola e os Demais Setores	47
4.1.7. A Capilaridade Bancária da Zona da Mata e seu Desempe- nho em Crédito Rural	53
4.2. Funcionalidade	59
4.2.1. Carteira de Crédito Rural	59

	Página
4.2.2. Aspectos Administrativos	62
4.2.3. Relações Funcionais	66
4.2.4. Assessoramento Técnico	68
4.3. Recursos para o Crédito Rural	70
4.3.1. Consignação de Recursos Financeiros para as Agências Operar com Crédito Rural	72
4.3.2. Distribuição dos Recursos entre as Finalidades Finan- ciáveis	74
4.4. Políticas de Crédito Rural	78
4.4.1. Finalidades Contempladas	80
4.4.2. Finalidades Contempladas por Operação	84
4.4.3. Valor das Operações de Crédito Rural	86
4.4.4. Prazo das Operações em Crédito Rural	91
4.4.5. Juros e Comissões das Operações de Crédito Rural	92
4.4.6. Instrumentos de Crédito Rural	97
4.4.7. Utilização do Crédito Rural	101
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	108
5.1. Conclusões	108
5.2. Sugestões	111
6. SUMÁRIO	113
7. LITERATURA CITADA E CONSULTADA	121
APENDICE	125

LISTA DE QUADROS

QUADRO		Página
1	Volume e Valor dos Principais Produtos Agropecuários da Zona da Mata, Minas Gerais, 1967	11
2	Número de Empresas Rurais por Estratos da Área Total, na Zona da Mata, Minas Gerais, 1967	12
3	Estabelecimentos Bancários Componentes da População Estudada, Segundo o Tipo e Número de Agências, Zona da Mata, Minas Gerais, 1968	13
4	Número de Agências Constituintes da Amostra em Relação ao Total de Agências nas Praças Bancárias da Amostra, Zona da Mata, Minas Gerais, 1968	14
5	Constituição da Amostra em Relação ao Número Total de Operações Realizadas, em 1969, pelos Estabelecimentos Bancários dos Três Grupos Analisados	16
6	Caracterização das Micro-Regiões da Zona da Mata, Minas Gerais, e seu Agrupamento em Subzonas	17
7	Esquema para a Análise do Desempenho do Sistema de Crédito Rural da Zona da Mata, Minas Gerais	18
8	Classificação das Praças Bancárias Quanto à Concentração	19
9	Classificação das Praças Bancárias Quanto ao Valor dos Depósitos, em Cr\$ 1.000,00	20
10	Classificação das Praças Bancárias Segundo o Índice de Aplicação	20
11	Tipo e Número de Estabelecimentos Bancários Operantes na Zona da Mata, Minas Gerais e sua Distribuição nas Subzonas nos Anos de 1960, 1966 e 1968	25
12	Estabelecimentos Bancários Operantes na Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968	27

QUADRO	Página	
13	Número de Agências e sua Distribuição Quanto aos Tipos de Bancos, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos 1960, 1966 e 1968	29
14	Número de Praças Bancárias Quanto a Concentração de Agências, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais nos Anos de 1960, 1966 e 1968	30
15	Número e Praças Bancárias da Zona da Mata, Minas Gerais e sua Relação com o Número de Municípios e Empresas Rurais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968	32
16	Distribuição das Praças Bancárias Quanto a Concentração de Agências e Volume dos Depósitos, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968	35
17	Evolução Percentual dos Valores dos Depósitos Bancários da Zona da Mata, Minas Gerais, Valores Correntes e Reais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968	36
18	Distribuição Percentual dos Valores dos Depósitos nas Praças Bancárias Agregadas Quanto a Concentração de Agências por Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968 (Valor Total = 100)	37
19	Distribuição das Praças Bancárias Quanto a Concentração de Agências e Índices de Aplicação, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968	39
20	Evolução Percentual dos Valores das Aplicações Bancárias, na Zona da Mata, Minas Gerais. Valores Correntes e Reais Ano 1960 = 100	40
21	Distribuição Percentual dos Valores das Aplicações nas Praças Bancárias Agregadas Quanto a Concentração das Agências, por Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. (Valor Total = 100)	41

QUADRO

Página

22	Participação Percentual das Praças Bancárias com Volume de Depósitos Grande e Muito Grande, por Subzonas e em Relação ao Volume Total da Zona da Mata, Minas Gerais, Anos de 1960, 1966 e 1968. Valores Deflacionados. (Período 1965/67 = 100)	44
23	Participação Percentual das Praças Bancárias, cujo Índice de Aplicação é Maior que 1, no Volume Total das Aplicações na Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. Valores Absolutos Deflacionados (Período 1965/67 = 100)	46
24	Distribuição Percentual das Aplicações Bancárias entre os Setores Econômicos da Zona da Mata, Minas Gerais, Segundo as Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968.	47
25	Distribuição das Aplicações Bancárias por Tipos de Bancos e Caixa Econômica, Segundo as Subzonas, em 1968. (Saldos em 31/12 - Valores em Cr\$ 1.000,00).	49
26	Distribuição Percentual das Aplicações Inter-Setoriais pelas Praças Bancárias, cujo Índice de Aplicação é Maior que 1, por Subzonas, em 1968. (Total Aplicado por Praça Bancária = 100).	51
27	Distribuição Percentual das Aplicações Inter-Setoriais pelas Praças Bancárias de Índice de Aplicação Menor que 1, por Subzonas, em 1968. (Total Aplicado por Praça Bancária = 100)	52
28	Número das Operações Realizadas em Crédito Rural pela Rede Bancária da Zona da Mata, Minas Gerais, em 1969, e sua Distribuição, Tendo como Referência as Praças Sede de Agências do Banco do Brasil, SA e Respective Áreas de Jurisdição. Operações Efetivas em Custeio e Investimento agrícola e Pecuário	54

29	Frequência Relativa do Número de Operações Realizadas por Mutuário no Ano e o Total de Operações já Realizadas no Banco, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	55
30	Frequência Relativa dos Créditos Pendentes no Ano, por Mutuário e Fontes Creditícias Procuradas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	57
31	Atendimento das Solicitações, por Tipo de Bancos e Subzonas, Incluindo o Crédito com Assistência Técnica, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	58
32	Autonomia das Agências Creditícias nas Decisões para Aplicação dos Recursos em Crédito Rural, Segundo o Tipo de Estabelecimento Bancário. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969.	60
33	Categorias das Agências do Banco do Brasil, na Zona da Mata, Minas Gerais, 1969/70	61
34	Distribuição das Agências Quanto ao Número Total de Funcionários e Número de Funcionários na Carteira Agrícola, por Tipos de Bancos e Subzonas, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	63
35	Número de Funcionários Quanto a Categoria, Qualificação e Treinamento em Crédito Rural, por Tipos de Bancos e Subzonas, nas Carteiras Agrícolas, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	65
36	Relações Funcionais das Agências de Algumas Praças Bancárias da Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	67
37	Entidades Intervenientes na Modalidade de Crédito Rural Orientado nas Agências Bancárias da Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	69
38	Vantagens em Operar com Crédito Orientado, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	69
39	Limitações do Crédito Rural Orientado Quando a ACAR é a Entidade Interveniente	70

QUADRO

Página

40	Fundos de Financiamentos Administrados pelo Banco Central de Brasil. Disponibilidade e Aplicações no Brasil. SalDOS em 31/12/1968 e 1969 e em Cr\$ milhões	71
41	Critérios para a Distribuição de Recursos para Crédito Rural às Agências Bancárias Quanto aos Tipos de Bancos e por Subzonas, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	73
42	Critérios para a Aplicação dos Recursos de Crédito Rural entre as Finalidades, Quanto aos Tipos de Bancos e por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	75
43	Distribuição Percentual do Valor das Aplicações em Crédito Rural Segundo as Finalidades Classificadas em Custeio e Investimento Agrícola e Pecuário, Segundo os Tipos de Bancos e por Subzonas. Aplicações Efetivas nos Anos 1967, 1968 e 1969. Zona da Mata, Minas Gerais	77
44	Distribuição Percentual das Operações em Crédito Rural Corrente, Segundo as Finalidades Contempladas em Custeio Agrícola e Pecuário, por Tipos de Bancos e Subzonas, na Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	82
45	Distribuição Percentual das Operações em Crédito Rural Corrente, Segundo as Finalidades Contempladas em Investimento Agrícola e Pecuário, por Tipos de Bancos e Subzonas, na Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	83
46	Distribuição Percentual das Operações de Crédito Rural Corrente, Segundo o Número de Finalidade por Solicitação em Custeio Agrícola, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	85
47	Distribuição Percentual das Operações em Crédito Rural Quanto ao Valor, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	88

QUADRO

Página

48	Custeio Agrícola: Valores Mínimos e Máximos por Hectare, Valores mais Frequentes por Hectare, por Subzonas e Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	89
49	Melhoramentos Agrícolas e Pecuários: Valores Totais Mínimos e Máximos das Operações - Valores Totais e Por Operação, mais Frequentes, Segundo as Subzonas e Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	90
50	Distribuição Percentual do Número de Operações em Crédito Rural Quanto ao Valor e ao Prazo, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	93
51	Distribuição das Operações em Crédito Rural Quanto as Finalidades e Prazo, por Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	94
52	Distribuição Percentual das Operações Quanto aos Juros, Comissões e Valor, por Tipos de Bancos e Subzonas, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	96
53	Distribuição Percentual das Operações de Crédito Rural Quanto aos Tipos de Instrumentos de Crédito, e Valor, por Subzonas e Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	99
54	Distribuição Percentual das Operações de Crédito Rural Quanto ao Tipo de Instrumento de Crédito Rural e ao Prazo por Tipos de Bancos e por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	100
55	Distribuição Percentual das Operações Quanto a Finalidade e ao Número de Operações Realizadas no Banco, por Mutuário. (Baseado nas Aplicações do Banco do Brasil, no Ano de 1969).	102

QUADRO		Página
56	Distribuição Percentual do Valor das Operações em Crédito Rural Quanto ao Valor e a Área da Empresa Rural, por Tipos de Bancos, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969	103
57	Distribuição do Valor Total dos Financiamentos Quanto a Utilização em Insumo, Mão-de-obra, Investimento e Manutenção da Família, por Tipos de Bancos, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969. (Valores em Cr\$ 1.000,00)	105
58	Distribuição do Número de Operações em Crédito Rural Quanto a Utilização do Financiamento e Valor. Zona da Mata Minas Gerais, 1969 (Número Total de Operação por Estrato, Igual a 100)	106
59	Distribuição do Número de Operações em Crédito Rural Quanto a Utilização do Financiamento e a Área da Empresa Rural. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969. (Número Total de Operação por Estrato, Igual a 100)	107

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é conceituado como sendo "um processo a través do qual se transforma uma economia, cuja renda "per capita" tem uma taxa de crescimento pequena ou negativa, em uma economia onde a renda "per capita" tem uma taxa significativa de crescimento auto-sustentado como característica permanente a longo prazo"(1).

Em uma economia predominantemente rural "o nível de renda "per capita" é determinado, em grande parte, pela produção agrícola. Dêste modo, é difícil ocorrer um aumento substancial da renda "per capita", a menos que a produção agrícola aumente substancialmente" (26). O aumento da produção no setor rural pode ser obtido aumentando-se a superfície total dedicada à agricultura, ou aumentando-se a produtividade desta. Um aumento na produtividade é possível, a longo prazo, através de mudança na aplicação ou combinação dos fatores de produção, onde estão envolvidos dois tipos de mudanças: quantitativas e qualitativas.

As mudanças quantitativas referem-se "a aumentos do capital, dos recursos naturais em uso, bem como das quantidades de mão-de-obra, realmente empregadas na produção" (5). "Este aspecto está relacionado ao dimensionamento apropriado da empresa como um todo, para que os fatores produtivos possam ser utilizados e combinados com o máximo de eficiência" (24).

As mudanças qualitativas são as que aumentam a eficiência de utilização do capital e mão-de-obra. São definidas, geralmente, como inovações.

Estas mudanças implicam em gastos adicionais ligados ao processo produtivo.

Estes recursos para os gastos adicionais podem ter várias origens. "O produtor, individualmente, dispõe de várias alternativas, tais como: poupanças, empréstimos, arrendamentos, parcerias e contratos de compras. Todavia, estas, com exceção de poupanças e empréstimos, representam apenas uma transferência de capital de um produtor a outro. Arrendamento, por exemplo, significa apenas uma transferência do uso, e não um aumento de disponibilidade de recursos na agricultura. Um aumento de disponibilidade de recursos líquidos, obtidos através de doações, heranças e outras similares, recaem na mesma categoria. Por isso, o capital adicional para a agricultura procede basicamente da poupança e crédito" (29).

"Numa situação de baixa renda ou de agricultura tradicional, a propensão a poupar é baixa e a propensão a consumir é alta. Portanto, as poupanças não funcionam como método satisfatório de suprimento de capital no processo de produção" (18). Deste modo, o crédito reveste-se como a principal fonte de recursos adicionais requeridos no desenvolvimento do setor rural.

O crédito rural é um instrumento econômico destinado a suprir a agricultura dos recursos financeiros necessários, quando o produtor carece de capital próprio suficiente. Sua função, por conseguinte, é muito mais ampla do que na simples concepção do crédito, "Tem a função do financiamento, considerando a agricultura como uma atividade econômica e por isso mesmo, financiável" (31).

A agricultura, porém, tem características que a distinguem dos demais setores econômicos: predomínio de pequenas unidades individuais de exploração, processo de produção sazonal, baixos rendimentos, lenta adaptação à demanda dos mercados interno e externo, baixa absorção da tecnologia, lenta circulação e o baixo emprego de capitais. Estas características não permitem a agricultura competir no mercado de capitais.

"Esta situação confere ao crédito rural peculiaridades que o diferenciam de outras atividades creditícias, e na medida em que é utilizado como instrumento cada vez mais eficiente do desenvolvimento rural surgem novas peculiaridades que o transformam em atividade altamente especializada e no ramo mais difícil da atividade financeira" (21). Portanto, a eficiência do crédito rural, como propulsor do desenvolvimento, dependerá, em grande parte, da existência de um sistema de crédito específico e adequado às condições, onde os princípios da oportunidade e suficiência, se evidenciam.

Para BELSHAW (5), o crédito como fator acelerador do desenvolvimento rural deve preencher três requisitos: O primeiro é aumentar a quantidade de crédito disponível, o que induz ao estudo das fontes financeiras; o segundo é reduzir os custos e aperfeiçoar as condições como é concedido; o terceiro requisito é coordenar o crédito com a assistência técnica para a introdução de novos métodos e melhoramento da administração rural. E ainda para uma oferta de crédito efetiva deve o governo assumir, em grande parte, a responsabilidade. Como o crédito rural é apenas um método que afeta somente uma parte da economia, deve-se compreender sua função no quadro geral das políticas e programas de fomento nacional.

Com a Lei n.º 4.829, de 5.11.1965, o crédito rural foi institucionalizado e sua aplicação e distribuição, através do sistema nacional de crédito rural, composto de órgãos oficiais e privados, seguem a política de desenvolvimento da produção rural do País, fixada pelo Ministério da Agricultura. "O Decreto 58.380, de maio de 1966, que aprovou o Regulamento da Lei que institucionalizou o crédito rural, trouxe mais dispositivos à expansão e alcance da assistência financeira que o meio rural está exigindo. Porém, esta mesma regulamentação deixou muita coisa para ser implantada pelo Conselho Monetário e pelo Banco Central do Brasil. Muitas já foram decididas e colocadas em vigor, contudo, outras estão ainda sendo estudadas e sistematizadas, a fim de serem aplicadas pelos estabelecimentos que fornecem assistência financeira. A magnitude do problema da própria agricultura, do próprio Crédito Rural, aliados ao tamanho do País e às inúmeras variedades de regiões, apresentam perfeitamente uma idéia do

desafio que as autoridades monetárias, bem como as que respondem pelo planejamento, têm que enfrentar" (32).

1.1. O Problema

A Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, "inicialmente submetida à influência da cafeeicultura, absorveu em fase de auge os efeitos positivos que lhe permitiram prover-se até hoje de razoável infraestrutura e economias externas. Ressalta-se, entretanto, que o processo desencadeado em 1830 não prosseguiu até nossos dias, visto que o declínio do café trouxe, pouco a pouco, a estagnação. Progressivamente, a referida Zona viu reduzir seu dinamismo característico" (4). Nela, o setor agrícola sempre foi o mais importante e, contudo, em decorrência da utilização de processos de produção rudimentares, caracterizadas por tecnologia primitiva e baixos níveis de produtividade da mão-de-obra, não imprimiram à economia um processo de crescimento contínuo.

As mudanças fundamentais, nesse setor, para desencadear um processo de desenvolvimento econômico carecem de capital adicional que poderá ser suprido pelo menos em parte, pelo crédito rural.

As fontes creditícias institucionais eram, em 1968, constituídas por 19 estabelecimentos que operavam com 181 agências (15), situando a Zona da Mata como sendo a segunda melhor atendida, quanto ao número de agências, no Estado de Minas Gerais (4).

Como o crédito rural não se constitui na atividade mais importante e tão pouco a mais atrativa para as fontes institucionais, decorre daí que a presença de uma extensa rede bancária não significa assistência financeira eficiente, embora seja condição para tornar o crédito acessível e oportuno. O crédito rural é ainda sistematizado por um dispositivo legal que não somente influi nos estabelecimentos bancários quanto a aplicação e alocação de seus recursos, como também envolve outros fatores relacionados à aplicabilidade e risco.

Mesmo assim, a rede bancária constitui-se na estrutura básica para o suprimento de capitais para o setor rural que dependerá das suas características e do seu desempenho na aplicação desta modalidade de crédito. Depara-se, frequentemente, com o desconhecimento daqueles aspectos, embora sua disponibilidade seja imprescindível no delineamento de programas e políticas de crédito rural.

Na estruturação de um programa, visando o desenvolvimento do setor rural da Zona da Mata, onde o crédito rural deverá ser importante fator acelerador de mudanças, é mister dispor-se de dados que não somente caracterizem como também indiquem o desempenho da rede bancária, a fim de que esta opere eficientemente, satisfazendo os princípios de crédito rural oportuno e suficiente.

1.2. Objetivos

Objetivo geral:

Descrever a rede bancária da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais operante em crédito rural e analisar seu desempenho em relação aos princípios da oportunidade e suficiência.

Objetivos específicos:

- a) Descrever a capilaridade bancária, o movimento financeiro da rede bancária da Zona da Mata e seu procedimento em relação ao setor rural.
- b) Identificar alguns aspectos funcionais das agências bancárias, relacionados com a eficiência na aplicação do crédito rural.
- c) Verificar o procedimento da rede bancária quanto a alocação e aplicação dos recursos para o crédito rural.
- d) Verificar as políticas de crédito pelas características dos financiamentos concedidos, confrontando-as com aquelas especificadas no Decreto n.º 58.380/66 que regulamentou a institucionalização do Crédito Rural.
- e) Obter subsídios sobre as implicações relacionadas com a eficiência do sistema de crédito rural da Zona da Mata, considerando-se os princípios e requisitos analisados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, CIDA (17), realizou, no Brasil, uma pesquisa ampla, visando levantar a situação do crédito rural, conhecer seus problemas, propondo soluções cabíveis e oferecer subsídios para a caracterização e elaboração de projetos agropecuários.

As conclusões principais, por tópicos, foram:

a) recursos - "a principal constatação está em que o crédito rural, atualmente, representa uma atividade onde predomina a responsabilidade oficial, e que o setor rural por si só não oferece atrativo para as poupanças que se formam na coletividade,"

b) assistência técnica - "os bancos privados não se mostram receptivos à articulação do crédito com a assistência técnica";

c) distribuição do crédito rural - "nas regiões menos desenvolvidas há uma restrita participação dos bancos estaduais e bancos privados na distribuição do crédito rural".

Quanto às atividades, "dentro os dez principais produtos agrícolas estudados e que representam 80% do valor da produção agrícola brasileira, os financiamentos feitos pelos bancos representam 12% do valor da produção no biênio 1965/67.

Quanto ao regime de posse de terra, concluem que "o crédito institucional está concentrado nas mãos dos proprietários, e isto limita o aces-

so aos no proprietários que constituem uma parcela importante dos produtos agrícolas do Brasil".

Quanto às modalidades, "tem-se conferido pouca importância ao crédito de custeio para melhoria da produtividade, através da reorganização das empresas rurais e o uso de insumos modernos".

Quanto ao prazo, "há relativa facilidade de crédito para custeio ou para investimentos que permitam o pagamento em prazo até um ano".

ERWEN (18) tratou do estabelecimento de políticas de crédito rural destinadas a atender às necessidades dos agricultores que utilizam financiamento em suas atividades. Pressupõe que a eficiência do crédito rural, como propulsor do desenvolvimento agrícola, depende, em parte, da existência de sistemas e de políticas de crédito apropriadas às situações de recursos e renda dos agricultores, às necessidades de crédito e a outras características específicas.

ATKINSON (2) expõe quatro razões porque a agricultura brasileira não tem tido a capacidade de lutar efetivamente por capital. Entre elas, coloca as facilidades de mercado de crédito deficientes. "Os agricultores devem ter facilidades de empréstimos ao seu alcance; esses "mercados" locais devem ter acesso a maiores mercados de capital. Em resumo, deve haver um sistema que remova a necessidade de indivíduos, especialmente para aqueles que se acham fora da agricultura, a fim de que possam efetuar e administrar seus próprios empréstimos".

MURRAY & NELSON (29), "os serviços creditícios de um banco aos agricultores evidenciam-se não somente pela distribuição dos lucros ganhos entre empréstimos e investimentos, como também pela política relativa aos empréstimos agrícolas e urbanos. Um banco poderá ter ótima taxa empréstimo/depósito, e realizar poucos empréstimos rurais".

"As políticas gerais dos bancos, quanto aos empréstimos rurais, podem ser caracterizadas pelas 1) finalidades dos empréstimos; 2) taxa de juros; 3) garantias; 4) prazo; 5) plano de reembolso."

RIBEIRO (32) indica os problemas relacionados à estrutura da agricultura e à estrutura do crédito rural e das instituições que o distribuem, como desafio às autoridades monetárias e responsáveis pelo planejamento.

Quanto aos problemas relacionados à estrutura do crédito rural e das instituições que o distribuem, evidencia: insuficiência de fundos para financiamentos, não só na quantidade como na distribuição do que existe; falta de capilaridade das agências financiadoras para que o crédito chegue mais perto dos produtores rurais; fiscalização deficiente; insuficiência de funcionários habilitados ao bom desempenho da tarefa; linha dividida de crédito motivada por financiamentos insuficientes ao sucesso da operação a que o mesmo se destina; demora na tramitação dos processos de empréstimos, fazendo com que o princípio da oportunidade do crédito não seja observado!

VIEIRA (37) apontou os seguintes problemas existentes no financiamento da agricultura:

1 - pessoal qualificado - "na verdade as nossas entidades financiadoras, algumas delas sem mesmo um setor especializado não possuem, ou quando muito, possuem poucos elementos credenciados nesta posição".

2 - insuficiência ou má distribuição dos recursos financeiros - os riscos do trabalho agrícola, os baixos retornos do capital empatado e principalmente a situação financeira nacional tem contribuído para a pouca destinação de recursos à agricultura...

3 - influência de fatores externos, tais como: estrutura agrária existente, as estradas intermunicipais e municipais e outros, exercem influência considerável na aplicação de financiamentos.

4 - baixo nível educacional da população rural.

5 - bases de operação - tem constituído sério problema à maior expansão dos financiamentos... Os diferentes níveis e limites são calculados com bases em estatísticas, quase sempre não expressando a realidade rural.

6 - cadastro rural - é a base que limita e determina as operações financeiras. Embora seja uma necessidade, o cadastro constitui ainda um problema no processamento rápido dos financiamentos.

7 - documentação necessária - aspectos de ordem secundária, mas que em determinadas regiões tem importância vital.

8 - seguro agrícola - a instabilidade do sucesso agrícola em determinadas regiões, provenientes de perigos quase sempre incontroláveis, constitui um dos problemas sérios do financiamento.

9 - pesquisa em crédito rural - de uma forma indireta a ausência de pesquisas no campo do crédito rural determina o não conhecimento de sua atuação e as formas de modificação.

10 - tendências ao crédito de sustentação e não de produção.

3. MATERIAL E METODO

3.1. Área Estudada

A Zona da Mata, localiza-se na parte Leste do Estado de Minas Gerais, apresentando uma área de 38.683 km² (4). (Figura 1).



FIGURA 1. Localização da Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais.

Com as emancipações municipais havidas especialmente no quinquênio, 1960/65, o número de municípios passou de 81 para 123.

A população, em 1960, era de 1.686.115 habitantes e sua estimativa para 1970 é de 2.008.542 habitantes (4). Com uma densidade demográfica de 42,3 hab/km², é a Zona mais populosa do Estado, embora apresente o menor crescimento populacional. Em 1960, encontrava-se no meio rural 64,11% da população e estimativas para 1970 prevêm uma diminuição para 55,50% (4).

O setor rural é o mais importante para a economia da Zona da Mata e nas suas atividades mantinha ocupado 20,60% da população.

Milho, arroz, feijão, fumo, café, cana-de-açúcar, bovinos, suínos, aves e leite são os principais produtos de origem vegetal e animal. (Quadro 1).

QUADRO 1 - Volume e Valor dos Principais Produtos Agropastoris da Zona da Mata, Minas Gerais, 1967

Produto	Volume	Valor (Cr\$)
Milho	5.922.595 sacos	21.853.126,00
Café	7.273.210 arrobas	20.147.228,00
Arroz	2.510.530 sacos	12.714.175,00
Cana-de-açúcar	1.381.286 toneladas	8.764.150,00
Feijão	904.730 sacos	7.855.379,00
Fumo	448.770 arrobas	5.158.687,00
Bovinos (*)	1.771.932 cabeças	191.887.650,00
Suínos (*)	1.371.777 cabeças	65.165.578,00
Aves (*)	2.957.544 cabeças	4.313.225,00
Leite	360.029.071 litros	38.354.267,00

FONTE: IBGE

(*) Rebanho total.

A estrutura fundiária da Zona da Mata é predominantemente minifundiária. Em 1967, 39,80% das empresas rurais cadastradas tinham menos de 10

hectares e 79,61%, menos de 50 hectares. O módulo rural médio da região é 38,4 hectares e a área de 80% das empresas rurais é inferior a esta medida. (Quadro 2)

QUADRO 2 - Número de Empresas Rurais por Estratos da Área Total, na Zona da Mata, Minas Gerais, 1967

Estratos (ha)	Número de Empresas Rurais	
	Total	Percentual
Até 10	30.773	39,80
10 -- 50	30.785	39,81
50 -- 100	8.486	10,98
100 -- 1.000	7.125	9,22
Mais de 1.000	96	0,19
TOTAL	77.265	100,00

FONTE: IER (Diagnóstico Preliminar da Zona da Mata).

3.2. População Estudada

A rede bancária da Zona da Mata é integrada por 17 bancos e duas Caixas Econômicas.

Quanto ao tipo, é 1 banco federal, 3 estaduais e 13 privados, em 1968.

Os bancos com uma ou duas agências, na Zona da Mata, não foram incluídos na população visto localizarem-se em apenas uma praça bancária e não operarem sistematicamente, ou pelo número restrito de operações realizadas em crédito rural. Estes estabelecimentos foram, entretanto, incluídos quando se descreveu a capilaridade da rede bancária. A Caixa Econômica Federal foi excluída, em virtude da natureza de suas operações que não contemplam o setor rural. (Quadro 3).

QUADRO 3 - Estabelecimentos Bancários Componentes da População Estudada, segundo o Tipo e Número de Agências, Zona da Mata, Minas Gerais, 1968

Estabelecimento	Agências	
	Total	Porcentual
I Bancos Federais		
1. Banco do Brasil, SA	16	8,84
II Bancos Estaduais		
1. Banco do Estado de Minas Gerais, SA	25	13,81
2. Banco de Crédito Real de M.Gerais, SA	18	9,95
III Bancos Privados		
1. Comércio e Indústria de M.Gerais, SA	12	6,64
2. Lavoura de Minas Gerais, SA	13	7,19
3. Minas Gerais, SA	4	2,21
4. Mineiro, SA	5	2,76
5. Nacional de Minas Gerais, SA	7	3,86
IV Caixas Econômicas		
1. Caixa Econômica do Estado de M.Gerais	60	33,15
9 ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	160	88,41

FONTE: Movimento Bancário do Brasil, 1968

3.3. Amostragem

Os Estabelecimentos Bancários, em estudo, foram agrupados em:

Grupo I - Banco do Brasil^{1/}

Grupo II - Bancos estaduais e privados

Grupo III - Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais^{2/}

^{1/} Chamado, daqui em diante, somente Banco do Brasil.

^{2/} Idem, Caixa Econômica.

Atendendo-se a fatores de custo e tempo, constituiu-se uma amostra, tendo-se como referência as praças bancárias sedes do Banco do Brasil.

Estabelecido, portanto, o censo para as agências do Banco do Brasil, os demais grupos ficaram subordinados a existência ou não de suas agências nestas localidades. (Figura 2).

Assim, nos municípios de Além Paraíba, Bicas, Carangola, Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Manhumirim, Muriaé, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Viçosa e Ubá, procurou-se a agência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e uma do segundo grupo, determinada ao caso. (Quadro 4).

QUADRO 4 - Número de Agências Constituintes da Amostra em Relação ao Total de Agências nas Praças Bancárias da Amostra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1968

Estabelecimento	Número de Agências	
	nas praças	na amostra
1. Banco do Brasil, SA	16	16
2. Banco do Estado de Minas Gerais, SA	14	9
3. Banco de Crédito Real de Minas Gerais, SA	12	3
4. Banco Comércio e Indústria de M. Gerais, SA	7	1
5. Banco da Lavoura de Minas Gerais, SA	7	1
6. Banco Nacional de Minas Gerais, SA	6	1
7. Banco de Minas Gerais, SA	3	1
8. Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais	16	16
TOTAL	81	48

A amostra ficou assim constituída:

- GRUPO I - 100% das agências
- GRUPO II - 17,20% das agências
- GRUPO III - 30,76% das agências

O número total de agências, nas praças sedes do Banco do Brasil, cor responde a 50,62% da população estudada, e as da amostra correspondem a 30,00%.

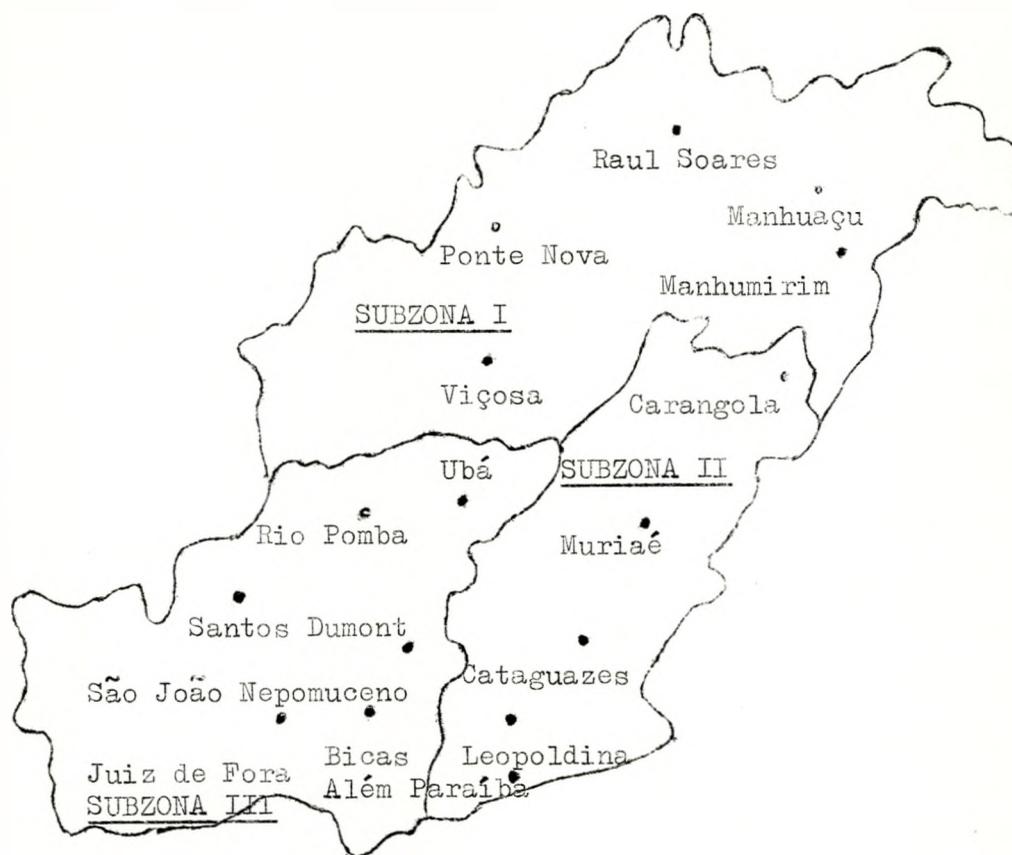


FIGURA 2 - Localização das Praças Bancárias, Sedes do Banco do Brasil, Constituintes da Amostra em Estudo, nas Respective Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais.

3.4. Coleta dos Dados

O presente trabalho considerou apenas os financiamentos de custeio e investimento agrícolas, visto caracterizar melhor as atividades produtivas da agricultura e pela dificuldade de obtenção de dados relativos a comercialização agrícola.

Os dados qualitativos foram obtidos utilizando-se a entrevista direta (Survey Method), com gerentes e chefes de carteiras agrícolas, através

de questionário previamente testado.

Para os dados quantitativos foram elaboradas duas planilhas. Uma, referente às aplicações por finalidades classificadas em custoio e investimento, obtida junto às agências e matrizes. Outra, com o propósito de obter as aplicações por setores econômicos, cujos dados foram coletados no Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda.

Quanto às características dos empréstimos, processou-se uma amostragem sobre os dossiês das operações, do ano de 1969, realizadas pelos estabelecimentos oficiais. Tomava-se um dos dez primeiros dossiês, ao acaso, e a partir do qual retirava-se um múltiplo de 30.

Nas agências dos demais estabelecimentos, coletou-se o total das operações realizadas diretamente com os produtores rurais.

Na modalidade de "crédito orientado" a amostragem foi realizada no Escritório Central da Associação de Crédito e Assistência Rural, ACAR, sobre as operações efetuadas em 1969, proporcionalmente aos bancos que consignaram o crédito (Quadro 5).

QUADRO 5 - Constituição da Amostra em Relação ao Número Total de Operações Realizadas, em 1969, pelos Estabelecimentos Bancários dos Três Grupos Analisados

Grupo	Número total de Operações	Amostra	Porcentual
I	17.382	642	3,67
II	1.657	105	6,33
III	475	28	5,89
TOTAL	19.514	775	3,97
"Crédito Orientado"	871	68	7,80

3.5. Análise dos Dados

Os dados coletados foram tabulados segundo os grupos de estabelecimentos bancários e as micro-regiões, onde estavam localizadas as agências.

Quanto às micro-regiões, foram agrupadas em três Subzonas que apresentam aspectos físicos e econômicos (Quadro 6).

QUADRO 6 -- Caracterização das Micro-Regiões da Zona da Mata, Minas Gerais, e seu Agrupamento em Subzonas

Subzonas	Micro-regiões	Altitude (metros)	Clima	Principais atividades agropastoris
I	32-33-36	600 a 1.000	Tropical de altitude, com verões quentes e chuvosos	Cana-de-açúcar Café Milho Pecuária Leiteira Suinocultura
II	37 e 45	200 a 400	Quentes e úmido, com chuvas abundantes, no verão	Pecuária Leiteira
III	40 e 44	450 a 500	Tropical de altitude, com verões quentes e chuvosos	Cana-de-açúcar Café Fumo Pecuária Leiteira

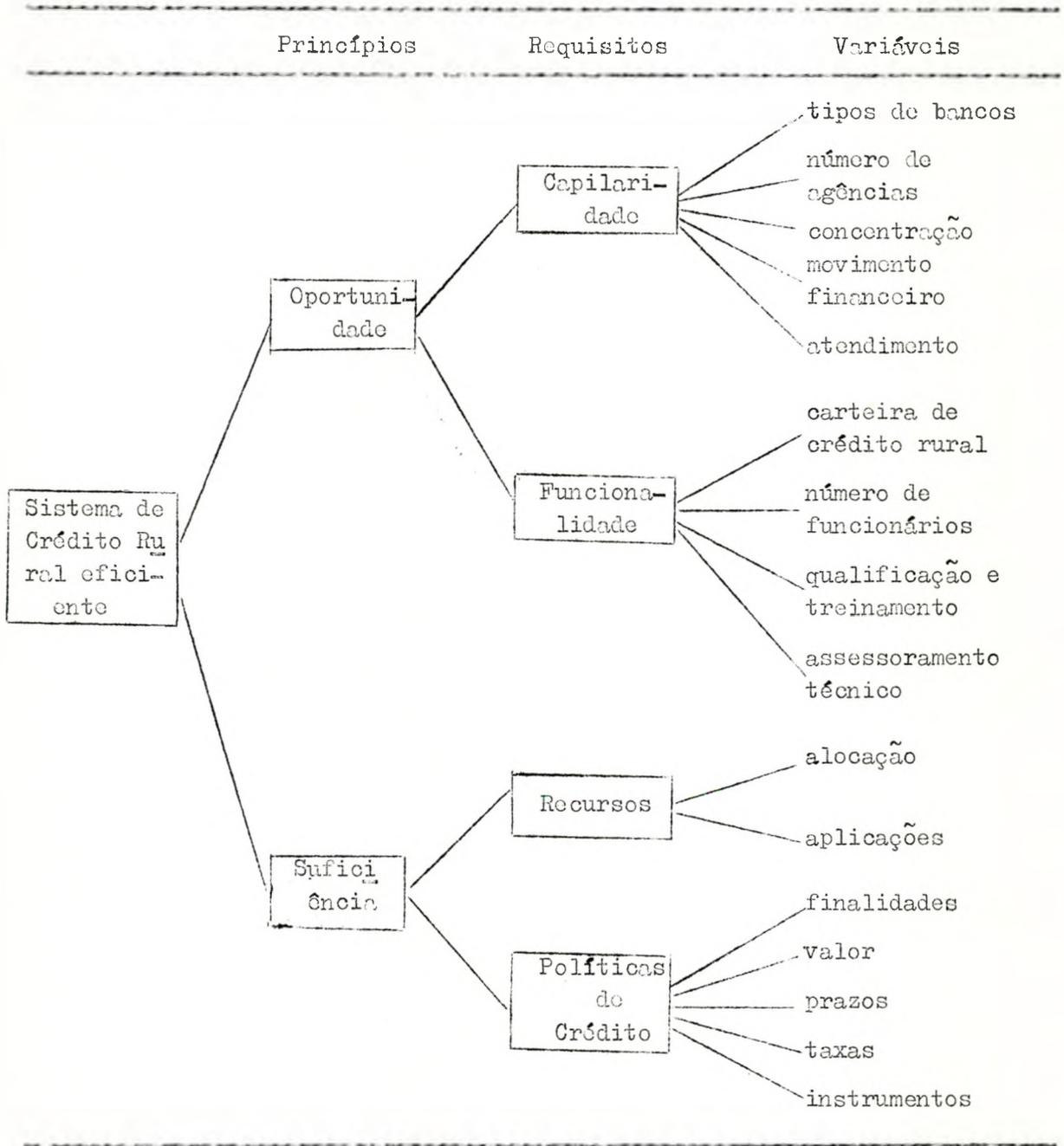
FONTE: IBGE

3.5.1. Modelo de Análise do Desempenho do Sistema de Crédito Rural

Na análise, procurou-se evidenciar o desempenho da rede bancária, através dos princípios, da oportunidade e suficiência, imprescindíveis a um sistema de crédito rural eficiente.

O princípio da oportunidade "é de máxima importância, indicando que os financiamentos rurais deverão ser concedidos na época em que forem efetivamente necessários às atividades assistidas" (16). Para o sistema de crédito rural atender a este princípio, deverá satisfazer a dois requisitos: aproximar-se do produtor rural e estar equipado adequadamente de pessoal e material para atender, em prazo oportuno, às solicitações dos usuários. Explícitamente, são os requisitos da capilaridade e funcionalidade da rede bancária.

QUADRO 7 - Esquema para a Análise do Desempenho do Sistema de Crédito Rural da Zona da Mata, Minas Gerais



O sistema de crédito rural compõe-se de órgãos integrantes básicos, vinculados ou auxiliares e articulados. Entre os primeiros estão as entidades creditícias oficiais. Os órgãos vinculados compreendem os bancos estaduais, privados e caixas econômicas. Os articulados correspondem às entidades

des que prestam serviços de assistência técnica e econômica ao produtor rural, cujos serviços sejam passíveis de utilizar em conjugação com o crédito.

A capilaridade da rede bancária poderá ser descrita e analisada considerando-se os tipos de bancos, número de agências e concentração de agências nas praças bancárias. Relacionando-se estas variáveis ao movimento financeiro ou as operações passivas e ativas, pode-se analisar o comportamento do sistema.

A descrição da capilaridade foi abrangente quanto ao número de estabelecimentos e agências operantes na Zona da Mata. Quanto a evolução do sistema, restringiu-se aos anos de 1960, 1966 e 1968, em razão da disponibilidade dos dados pretendidos atenderem-se, integralmente, somente para estes anos. Nos anos intercalares, completou-se apenas a série para os tipos de bancos, praças bancárias, agências, operações passivas e ativas. Os valores dos depósitos e aplicações referem-se aos saldos em 31/12. Sabo-se que a utilização destes dados limita o estudo, quando se considera as aplicações por setores, nos quais a rotatividade dos recursos é uma das principais características.

Foram adotados os seguintes critérios e conceitos:

a) praça bancária - município sede de agência bancária. Não se incluiu as caixas econômicas e outros estabelecimentos financeiros.

b) concentração - é o número de agências, por praça bancária.

As praças bancárias foram classificadas, quanto à concentração, em baixa, média, alta e muito alta (Quadro 8).

QUADRO 8 - Classificação das Praças Bancárias Quanto à Concentração

Classe	Concentração (Agências por Praças)
Baixa	1
Média	2 e 3
Alta	4 e 5
Muito Alta	6 e mais

c) operações passivas - referem-se aos depósitos bancários.

As praças bancárias foram classificadas quanto ao volume dos depósitos, em muito pequeno, pequeno, médio, grande e muito grande (Quadro 9). Esta descrição é meramente descritiva.

QUADRO 9 - Classificação das Praças Bancárias Quanto ao Volume dos Depósitos, em Cr\$ 1.000,00

Classe	Depósitos
Muito pequeno	Até 100
Pequeno	101 a 500
Médio	501 a 1.500
Grande	1.501 a 3.000
Muito grande	Acima de 3.000

d) operações ativas - referem-se às aplicações bancárias.

e) índice de aplicação - estabelece a relação entre o volume das aplicações com o volume dos depósitos, A/D por praça bancária.

Este índice permite classificar as praças bancárias em captadoras e aplicadoras, segundo o valor do índice ser menor ou maior que 1 (Quadro 10). Este índice e a relação Encaixe/Depósito são dependentes. Um índice de aplicação muito alto significa uma relação Encaixe/Depósito baixa.

QUADRO 10 - Classificação das Praças Bancárias segundo o Índice de Aplicação

Classe	Índice de Aplicação
Captadora	Até 0,50
Semi-aplicadora	0,51 --- 1,00
Aplicadora	1,01 -- 1,50
Super-aplicadora	1,51 -- 2,00
Hiperaplicadora	2,01 e mais

Esta classificação, embora ordene as praças bancárias segundo o índice de aplicação, é apenas descritiva.

f) índice de atendimento - é o número de empresas rurais correspondentes a cada operação em crédito rural.

g) operações de crédito rural para a sede e fora da sede - corresponde a distribuição das operações em crédito rural realizadas pelos estabelecimentos creditícios, das praças com agências do Banco do Brasil, em relação às áreas de jurisdição. A distribuição foi determinada por estimativa e em função do número de operações constantes na amostra de dossiês de cada agência e para os municípios de sua área de jurisdição.

A funcionalidade trata das condições materiais e pessoais que imprimem maior eficiência à rede bancária, nas operações de crédito rural. Estas condições relacionam-se à existência de um setor especializado, com funcionários capacitados a aplicar o crédito rural, em consonância com os seus fundamentos e com seus objetivos sócio-econômicos. Inclui, ainda, o assessoramento técnico por entidades intervenientes.

A existência de uma carteira de crédito rural ou agrícola, as relações funcionais e a articulação com entidades técnico-assistenciais permitem aferir a eficiência do sistema.

Admite-se que o sistema seja eficiente, quando suas agências apresentarem relação funcional alta, isto é, com elevado número de operações e volume de crédito rural aplicado por funcionário da carteira de crédito rural, bem como manter-se perfeitamente entrosado com os órgãos de assistência técnica, aos quais se articulam.

"De idêntica importância para a eficácia do crédito rural é a obrigatoriedade de sua suficiência, entendida como o fornecimento das quantias realmente satisfatórias à cobertura das despesas orçadas" (16). Assim, para que o sistema de crédito seja igualmente eficiente, é mister que a rede bancária seja dotada dos recursos necessários para o atendimento das solicitações de financiamentos, bem como de políticas de crédito que orientam sua atuação.

Considerando-se o aspecto regional da rede bancária em estudo, importa verificar os critérios de alocação ou consignação dos recursos financeiros para o crédito rural, sua distribuição ou aplicação entre as finalidades financeáveis e o valor das operações realizadas. Estas variáveis poderão indicar a forma de suprimento de crédito rural, quanto aos valores financeáveis e possibilitar a obtenção de inferências quanto à disponibilidade de recursos na rede bancária.

As políticas de crédito rural referem-se fundamentalmente a dois aspectos da concessão de recursos financeiros: (1) o que e quanto financiar, e (2) como financiar.

O primeiro aspecto envolve as finalidades financeáveis e os montantes, enquanto que o segundo engloba uma série de variáveis pertinentes à amortização. Estes aspectos são decisivos na eficiência do crédito rural, visto que interferem na sua aplicação pelas fontes creditícias e na consequente utilização pelo produtor rural.

"O montante concedido, as finalidades financeáveis e os prazos dos empréstimos devem estar em função do tamanho e tipo de empreendimento planejado, da capacidade e das limitações da empresa e da capacidade empresarial do produtor. O estabelecimento de tetos ou prazos inadequados e a restrição em demasia das finalidades financeáveis dificultam a aplicação racional de maiores fundos na agricultura. Os juros e as taxas de serviços, se excessivamente altos, tornam anti-econômico para o produtor o uso do crédito, e se muito baixos, desestimulam as fontes financiadoras de oferecer recursos. Os sistemas e as épocas de amortização podem dificultar ao mutuário o pagamento de seus débitos. Se, por exemplo, um montante relativamente alto vencer em uma época em que o produtor não obtém entradas através da comercialização dos empreendimentos financiados, deverá, ou antecipadamente mobilizar recursos para essa época, ou então vender outros bens para saldar seu empréstimo vencido. As garantias exigidas, quando muito superiores ao valor financiado, ou quando incidem sobre bens fundiários ou outros que o produtor considera pertencerem a integridade de seu patrimônio,

tornam-se um risco demasiadamente grande para muitos agricultores e os retraem da utilização do crédito, por fim, uma insuficiente flexibilidade das fontes financiadoras em receber seus fundos, no prazo de vencimento, quando fatores incontrolláveis prejudicaram as produções, transforma-se em risco adicional para o mutuário" (24).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está dividido em quatro subcapítulos, objetivando a caracterização, evolução e desempenho das fontes institucionais na aplicação do crédito rural, observando os princípios da oportunidade e suficiência.

4.1. Capilaridade

A capilaridade, para um sistema de crédito, é sob dois aspectos importante. Para os estabelecimentos bancários, além de distribuir e aplicar vantajosamente seus recursos, permite a captação das pequenas poupanças locais, indispensáveis no processo de desenvolvimento. Para os usuários, representa crédito oportuno, fácil e direto, especialmente tratando-se do empresário rural. Não obstante estes aspectos, a capilaridade deve ser considerada apenas como condição necessária para a eficiência do sistema de crédito rural.

4.1.1. Tipos e Número de Bancos

O sistema bancário, operante na Zona da Mata, está constituído por quatro tipos de bancos, abrangendo um federal, três estaduais, treze privados, uma Caixa Econômica Federal e outra Estadual (Quadro 11).

QUADRO 11 - Tipo e Número de Estabelecimentos Bancários Operantes na Zona da Mata, Minas Gerais e sua Distribuição nas Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968

Tipos	Número de Bancos e Caixas Econômicas											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Federais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Estaduais	3	3	2	3	3	2	3	3	3	3	3	3
Privados	9	6	6	5	5	4	11	13	12	13	15	13
Caixas Econômicas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
TOTAL	15	12	11	11	11	9	17	19	18	19	21	19
Matrizes	1	-	-	2	2	1	3	3	2	6	4	3

FONTE: Movimento Bancário do Brasil, 1960, 1966, 1968.
 Caixa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.
 Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, Viçosa.

A estrutura do sistema, quanto aos tipos de bancos, permaneceu invariável no período 1960/68, verificando-se, porém, variações no número de estabelecimentos operantes. Em 1967, com a fusão de dois bancos estaduais mineiros e a entrada de um, de outro estado, em 1968, fez com que o número desses estabelecimentos permanecesse constante. Assim, as variações ocorreram somente junto aos bancos privados, evidenciando o âmbito destes estabelecimentos.

As três Subzonas apresentam a mesma estrutura da Zona da Mata, quanto aos tipos de bancos. Diferem no número de estabelecimentos operantes e na variação ocorrida durante o período considerado. O número de bancos estaduais diminuiu nas Subzonas I e II, e permaneceu constante na Subzona III, com a entrada do Banco do Estado de São Paulo, SA.

E no número de bancos privados que as Subzonas se diferenciam. Operavam na Subzona I, 9 bancos, sendo que 3 deixaram de operar durante o período 1960/68. Na Subzona II, em virtude da fusão de dois estabelecimentos, o número passou de 5 para 4. Na Subzona III é onde opera o maior número de bancos privados.

É provável que a economia da Zona da Mata tenha sido atrativa aos bancos privados. Nominalmente, 35 estabelecimentos bancários operaram na Zona da Mata. Dos 27 bancos privados*, 7 vem operando normalmente, 6 estabeleceram-se após 1960 e 14 deixaram de operar durante o período 1960/68, (Quadro 12).

Dos bancos operantes, em 1960, 6 eram originários na Zona da Mata, sendo que um era da Subzona I, dois da Subzona II e três da Subzona III. Estes bancos foram reduzidos a três, em 1968, restando um na Subzona II e dois na Subzona III.

* Inclui os Bancos:

- a) Banco do Comércio do Café (operou em 1965)
- b) Banco Nacional do Comércio de Minas Gerais (operou em 1965)
- c) Aliança do Rio de Janeiro, S.A. (operou em 1967)
- d) Banco Monteiro de Castro, S.A. (operou em 1967).

QUADRO 12 - Estabelecimentos Bancários Operantes na Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968

Nominata	Número de Agências		
	1960	1966	1968
<u>A - Bancos Federais</u>			
1 - Banco do Brasil, SA	13	16	16
<u>B - Bancos Estaduais</u>			
1 - Hipotecário e Agrícola do Estado de M. Gerais	15	15	-
2 - Mineiro da Produção, SA	19	20	-
3 - Crédito Real de Minas Gerais, SA	19	18	18
4 - do Estado de Minas Gerais, SA	-	-	25
5 - do Estado de São Paulo, SA	-	-	1
<u>C - Bancos Privados</u>			
1 - Aliança, SA	-	-	1
2 - Auxiliar de São Paulo, SA	-	1	-
3 - Belo Horizonte, SA	3	-	-
4 - Brasileiro de Descontos, SA	1	-	-
5 - Comércio e Indústria de Minas Gerais, SA	9	9	12
6 - Crédito e Comércio de Minas Gerais, SA	2	-	-
7 - Cidade de Juiz de Fora, SA	1	-	-
8 - Geral do Brasil, SA	-	-	1
9 - Irmãos Guimarães, SA	-	1	1
10 - Lavoura de Minas Gerais, SA	15	13	13
11 - Mercantil de Minas Gerais, SA	7	3	2
12 - Mercantil de São Paulo, SA	-	1	1
13 - Mercantil do Rio de Janeiro, SA	-	1	-
14 - Minas Gerais, SA	10	8	4
15 - Mineiro, SA	3	5	5
16 - Miraf, SA	1	1	-
17 - Moreira Salles, SA	-	1	-
18 - Nacional de Minas Gerais, SA	9	7	7
19 - Planalto de Minas Gerais, SA	-	1	-
20 - Pontenovense, SA	1	-	-
21 - Progresso de Minas Gerais, SA	-	-	1
22 - Ribeiro Junqueira, SA	7	9	-
23 - União de Bancos Brasileiros, SA	-	-	1
<u>D - Caixas Econômicas</u>			
1 - Federal	11	11	11
2 - do Estado de Minas Gerais	71	65	60
<u>E - Casas Bancárias</u>			
1 - J. Villela & Cia. (Volta Grande)	1	-	-
Número Total de Estabelecimentos Bancários	20	21	19
Número Total de Agências	218	207	181

FONTE: Movimento Bancário do Brasil
 Caixa Econômica Federal (Viçosa)
 Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)

4.1.2. Agências: Número, Distribuição e Concentração

O sistema bancário da Zona da Mata operava, em 1960, com uma rede de 218 agências. Este número, porém, tem declinado. Em 1968, reduziram-se a 171 agências (Quadro 13).

A distribuição, por tipos de bancos, evidencia o predomínio dos estabelecimentos estaduais, no sistema. Mesmo com a retração observada no período, esta característica tem permanecido. A maior rede de agências pertence à Caixa Econômica e aos bancos privados. Entre os estabelecimentos federais, o Banco do Brasil tem expandido o número de suas agências e a Caixa Econômica Federal as manteve constante.

As Subzonas ordenavam-se, em 1960, quanto ao número de agências, em Subzona I, III e II, respectivamente, com 82, 81 e 55 agências. A retração ocorrida, até 1968, alterou esta posição.

Na Subzona I, ocorreu a retração mais intensa, caindo o número de agências de 82 para 60. Esta redução foi determinada, principalmente, pelos bancos privados.

Na Subzona II, embora o número de agências tenha diminuído, sua posição relativa, na Zona da Mata, conservou-se praticamente a mesma. Nela o Banco do Brasil ampliou sua rede de agências e os demais estabelecimentos, com exceção da Caixa Econômica Federal, diminuíram-na.

Na Subzona III, a retração no número de agências foi também intenso e, mesmo assim, em 1968, era a Subzona onde maior número de agências operavam. Nela, o Banco do Brasil ampliou sua rede de agências.

As três Subzonas apresentam a mesma distribuição de agências, por tipos de bancos, que caracteriza a Zona da Mata.

Em 1960, as agências do sistema bancário localizavam-se em 75 municípios. Dêstes, 25 eram praças exclusivas da Caixa Econômica. Em 1968, este número decresceu para 62, sendo que em 18 municípios somente a Caixa Econômica operava (Quadro 14).

QUADRO 13 - Número de Agências e sua Distribuição Quanto aos Tipos de Bancos, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos 1960, 1966 e 1968.

Tipo	Número de Agências											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Federais	5	5	5	4	5	5	4	6	6	13	16	16
Estaduais	19	20	17	13	13	10	21	20	16	53	53	43
Privados	25	13	10	17	19	12	28	30	19	70	62	41
Caixa Federal	4	4	4	3	3	3	4	4	4	11	11	11
Caixa do Estado	29	27	24	18	17	17	24	21	19	71	65	60
TOTAL	82	69	60	55	57	47	81	81	64	218	207	171

Observação: não inclui uma casa bancária em 1960.

FONTE: Movimento Bancário do Brasil, 1960, 1966 e 1968.

Caixa Econômica Federal, Viçosa.

Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

QUADRO 14 - Número de Praças Bancárias Quanto a Concentração de Agências, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais nos Anos de 1960, 1966 e 1968.

Concentração ⁽¹⁾	Número de Praças Bancárias ⁽²⁾											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Baixa	7	3	8	4	6	4	7	9	10	18	18	22
Média	8	8	5	3	2	2	7	5	6	18	15	13
Alta	2	3	1	4	3	3	2	3	2	8	9	6
Muito Alta	2	2	1	1	2	1	2	2	1	5	6	3
TOTAL	19	16	15	12	13	10	18	19	19	49	48	44
Caixa do Estado	13	12	9	6	5	6	7	4	3	26	21	18
Total de Praças	32	28	24	18	18	16	25	23	22	75	69	62

FONTE: Movimento Bancário do Brasil.

Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte).

(1) exclui Caixas Econômicas; (2) inclui agências e escritórios.

Excluindo-se as Caixas Econômicas, as praças bancárias da Zona da Mata caracterizavam-se pela baixa concentração de agências. Em 1960, das 49 praças bancárias, 18 tinham apenas uma agência. No período 1960/68, o número de praças de baixa concentração tem aumentado, porém, em virtude da paralização de agências em praças de maior concentração do que pela abertura de agências pioneiras. Verifica-se isto pela redução no número de praças bancárias com mais de duas agências.

Nas praças bancárias de baixa e média concentração de agências, operam os bancos estaduais e privados. Os estabelecimentos federais localizam-se nas praças de maior concentração.

Nas três Subzonas, o número total de praças bancárias caiu no período de 1960/68. Todavia, considerando-se as praças bancárias, excluindo-se a Caixa Econômica, a retração atingiu somente as Subzonas I e II, visto ter havido expansão na Subzona III.

Na Subzona I, predominavam as praças bancárias de baixa e média concentração. Com a paralização de algumas agências, as praças bancárias de baixa concentração prevaleceram. É a Subzona com maior número de praças bancárias.

Na Subzona II, o número de praças bancárias de baixa, média e alta concentração de agências eram iguais em 1960. Com a retração no número de agências, em 1968, as praças predominantes eram as de baixa concentração.

Na Subzona III, as praças bancárias de baixa e média concentração de agências eram em maior número. Mesmo expandindo o número de suas praças bancárias, no final do período, predominavam as de baixa concentração de agências.

No período 1960/68, com as emancipações político-administrativas, o número de municípios da Zona da Mata aumentou de 83 para 123 (Quadro 15). Com a redução do número de praças bancárias, a percentagem de municípios, sedes de agências de bancos e caixas econômicas, passou de 90,36 para 50,43%. A percentagem de municípios com bancos passou de 59,03 para 35,77%, enquanto que os municípios onde somente a Caixa Econômica operava, caíram

QUADRO 15 -- Número de Praças Bancárias da Zona da Mata, Minas Gerais e sua Relação com o Número de Municípios e Empresas Rurais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968

Item	Número de Praças Bancárias, Agências e Municípios e Relações											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Total de praças	32	28	24	18	18	16	25	23	22	75	69	62
Total de agências	82	69	60	55	57	47	81	81	74	217	207	181
Total de municípios	34	50	50	19	27	27	30	46	46	83	123	123
Total de empresas	26416	-	40879	10167	-	14232	16730	-	22154	53313	-	77265
Porcentagem de municípios com:												
Bancos	55,88	32,00	30,00	63,15	48,14	37,03	60,00	41,30	39,13	59,03	39,02	35,77
Caixa do Estado	38,23	24,00	18,00	31,53	18,53	22,22	23,84	8,70	8,69	31,33	17,07	14,63
Bancos e Caixa	94,11	56,00	48,00	94,73	66,67	59,25	83,84	50,00	47,82	90,36	56,09	50,43
Empresas rurais por agências	322,70	-	681,30	184,80	-	302,80	206,40	-	299,30	245,60	-	426,80

FONTE: Número de Municípios: 1960, 66 e 68 - IBGE.

Número de Empresas Rurais, 1960 - IBGE, Censo Agrícola 1960.

Número de Empresas Rurais, 1968 - IBRA/IER.

de 31,33 para 14,63%.

Em 1960, a Zona da Mata possuía 53,313⁺ propriedades rurais, que distribuídas entre 217 agências resultava em 245,60 propriedades rurais por agências. Com a subdivisão fundiária, o número de estabelecimentos rurais expandiu-se para 77.265, e a relação por agência passou para 426,80.

Entre as Subzonas, verifica-se, inicialmente, que 94,00% dos municípios das Subzonas I e II e 83,00% na Subzona III eram sedes de estabelecimentos bancários.

Proporcionalmente, as emancipações municipais foram semelhantes para as três Subzonas, o que não ocorreu com a redução das praças bancárias. Em consequência, o percentual de municípios sedes, das Subzonas I e III, tornou-se semelhante. A Subzona II permaneceu, proporcionalmente, com maior número de municípios sedes de estabelecimentos bancários.

Porcentualmente, a Subzona I tinha maior número de municípios onde a Caixa Econômica operava exclusivamente e, em 1968, era na Subzona II.

A Subzona I, embora com maior número de agências, tem a maior relação estabelecimentos rurais por agência. Esta era de 322,70, em 1960, passando para 681,30, em 1968. Na Subzona II, esta relação passou de 184,80 para 302,80 e na Subzona III, de 206,40 foi para 299,30 estabelecimentos por agências.

Embora o número de estabelecimentos rurais por agências aumentasse, este número é ainda relativamente pequeno e, considerando-se o número, a distribuição e concentração das agências, pode-se considerar a capilaridade bancária da Zona da Mata satisfatória para a distribuição do crédito rural. O mesmo se pode concluir para as Subzonas, mesmo quando a relação estabelecimentos rurais/agência, na Subzona I, seja quase duas vezes maior que nas demais. Esta condição poderá constituir-se numa limitação à efici-

+ Exclui-se desse total as propriedades rurais correspondentes aos municípios que foram desagregados da Zona da Mata.

ência da rede bancária desta subzona, supondo-se que nela as atividades agregadas sejam mais intensas.

4.1.3. Operações Passivas

O sistema bancário da Zona da Mata caracterizava-se, em 1960, por praças com pequeno e médio volume de depósitos, e no período 1960/68 tenderam à praças com pequeno volume (Quadro 16).

No conjunto, observa-se que todo o sistema tende à praças de pequeno volume de depósitos e baixa concentração de agências. Os dados permitem estabelecer uma relação entre o volume dos depósitos e a concentração de agências. É provável que esta relação explique, em parte, a retração no número de agências, visto que as que mantinham um volume de depósitos muito pequeno, não alcançando as condições mínimas de operacionalidade, cancelavam suas operações determinando a retração na rede bancária. É provável, ainda, que a desproporção no volume de depósitos entre as agências, na mesma praça bancária, determinasse o encerramento das agências pouco atuantes. A análise da distribuição percentual dos valores dos depósitos, nas praças bancárias agregadas, quanto a concentração de agências, enfatiza esta situação.

Com referência ao ano de 1960, verifica-se que o valor dos depósitos na Zona da Mata aumentou em 2.161,91%, durante o período. Em valores reais, os depósitos decresceram para 75,92%, entre 1960/66, expandindo-se nos seguintes, sem contudo alcançar o valor correspondente a 1960 (Quadro 17).

Analisando-se os valores reais e o valor total dos depósitos, observa-se que, em 1960, cinco praças bancárias, com concentração muito alta, retinham 51,87% dos depósitos, e em 1966, para estas praças eram carregados 70,02%. Já em 1968, com o encerramento de agências em duas destas praças bancárias, apenas três praças permaneceram nesta classe e o percentual dos depósitos decresceu para 54,19% (Quadros 16 e 18).

QUADRO 16 - Distribuição das Praças Bancárias Quanto a Concentração de Agências e Volume dos Depósitos, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968.

Volume dos Depósitos	Concentração de Agências														
	Baixa			Média			Alta			Muito Alta			Total		
	60	66	68	60	66	68	60	66	68	60	66	68	60	66	68
<u>ZONA DA MATA</u>															
Muito Pequeno	2	4	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	6	3
Pequeno	13	14	18	1	8	1	-	-	-	-	-	-	14	22	19
Médio	3	-	1	14	4	7	-	3	-	-	-	-	17	7	8
Grande	-	-	-	3	1	4	4	6	2	-	3	-	7	10	6
Muito Grande	-	-	-	-	-	1	4	-	4	5	3	3	9	3	8
TOTAL	18	18	22	18	15	13	8	9	6	5	6	3	49	48	44
<u>SUBZONA I</u>															
Muito Pequeno	1	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1
Pequeno	5	3	7	1	5	-	-	-	-	-	-	-	6	8	7
Médio	1	-	-	6	1	3	-	1	-	-	-	-	7	2	3
Grande	-	-	-	1	-	2	2	2	1	-	1	-	3	3	3
Muito Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	2	1	1
TOTAL	7	3	8	8	8	5	2	3	1	2	2	1	19	16	15
<u>SUBZONA II</u>															
Muito Pequeno	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Pequeno	3	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	3
Médio	1	-	1	3	1	1	-	-	-	-	-	-	4	1	2
Grande	-	-	-	-	1	-	-	3	1	-	1	-	-	5	1
Muito Grande	-	-	-	-	-	1	4	-	2	1	1	1	5	1	4
TOTAL	4	6	4	3	2	2	4	3	3	1	2	1	12	13	10
<u>SUBZONA III</u>															
Muito Pequeno	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2
Pequeno	5	7	8	-	3	1	-	-	-	-	-	-	5	10	9
Médio	1	-	-	5	2	3	-	2	-	-	-	-	6	4	3
Grande	-	-	-	2	-	2	2	1	-	-	1	-	4	2	2
Muito Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	1	2	1	3
TOTAL	7	9	10	7	5	6	2	3	2	2	2	1	18	19	19

Observação: não inclui Caixas Econômicas.

QUADRO 17 - Evolução Percentual dos Valores dos Depósitos Bancários da Zona da Mata, Minas Gerais, Valores Correntes e Reais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968.

Valores	Percentual dos Valores dos Depósitos		
	1960	1966	1968
Valor corrente	100,00	1.141,72	2.261,91
Valor real*	100,00	75,92	94,43

* Índice Deflator: coluna 2. F.G.V.

As praças, com uma agência bancária, eram em número de 18, em 1960, e retinham 5,42% dos depósitos. Em 1966, estas praças mantinham 5,38% dos depósitos, que aumentaram para 5,44%, em 1968, porém, o número de praças bancárias aumentou para 22.

Com relação às operações passivas, as Subzonas apresentam algumas peculiaridades.

A Subzona I caracterizava-se, inicialmente, por praças bancárias de médios volumes de depósitos, que no período tenderam à classe de pequeno volume de depósitos. Em 1960, captava 22,05% do valor total dos depósitos da Zona da Mata, decrescendo para 15,77%, em 1968 (Quadro 18). A distribuição percentual dos valores dos depósitos, nas praças bancárias, evidencia, inicialmente, que 15 praças bancárias de baixa e média concentração de agências (entre elas, citam-se, Abre Campos, Ervália, Lajinha, Rio Casca, Teixeiras e Viçosa) captavam 9,49% dos depósitos e 2 praças com mais de seis agências bancárias (Manhumirim e Ponte Nova) retinham 8,24%. Com as variações havidas no período 1960/68, as praças bancárias com uma agência aumentaram para 8 e captavam 1,86% dos depósitos, enquanto que uma praça com mais de seis agências mantinha 5,28%, em 1968.

A Subzona II caracterizava-se por praças bancárias com volume de depósitos muito grandes, em 1960. No período, o volume dos depósitos de suas praças decresceu, situando-a na classe das praças com pequeno volume de

QUADRO 18 - Distribuição Percentual dos Valores dos Depósitos nas Praças Bancárias Agregadas Quando a Concentração de Agências, por Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. (Valor Total = 100).

Concentração	Porcentual dos Valores dos Depósitos											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Baixa	1,96	2,15	1,86	1,54	1,46	1,45	1,92	1,77	2,13	5,42	5,38	5,44
Média	7,53	3,60	6,85	2,22	1,24	4,85	8,42	3,73	7,09	18,17	8,57	18,79
Alta	4,32	6,16	1,78	15,39	9,19	11,87	4,83	5,78	7,21	24,54	22,13	20,86
Muito Alta	8,24	5,27	5,28	4,07	8,19	4,80	39,56	56,56	44,83	51,87	70,02	54,91
TOTAL . . .	22,05	17,18	15,77	23,22	19,98	22,97	54,73	62,84	61,26	100,00	100,00	100,00

FONTE: Quadro 1 (Apêndice).

depósitos. Em 1960, suas praças bancárias captavam 23,22% dos depósitos da Zona da Mata, declinando para 22,9%, em 1968. Inicialmente, em 1960, quatro de suas doze praças (Além Paraíba, Carangola, Cataguazes e Leopoldina) captavam 15,39% dos depósitos da Zona da Mata, e 7 praças de baixa e média concentração de agências (Argirita, Miraf, Palma, Recreio, Tombos, Volta Grande, Patrocínio de Muriaé) mantinham 3,76%. Em 1968, eram três praças de alta concentração de agências (Além Paraíba, Cataguazes e Leopoldina) que retinham 11,87% do valor total dos depósitos, enquanto que as seis praças de baixa e média concentração captavam 6,30%, (excluídas, Argirita e Patrocínio de Muriaé e incluída Carangola).

As praças bancárias da Subzona III distribuíam-se, em 1960, quanto ao volume dos depósitos, em duas classes principais, as com pequeno e médio volume de depósitos. Em 1968, a classe que a caracterizava era a de pequenos volume de depósitos. Captando 54,73% do valor total dos depósitos da Zona da Mata, foi a única a apresentar, no final do período, uma expansão no volume dos depósitos. Entre suas praças bancárias, havia duas, Juiz de Fora e Ubá, em 1960, que captavam 39,56% do valor total dos depósitos da Zona da Mata e, em 1968, a praça de Juiz de Fora retinha 44,83% dos depósitos. Para as outras dezoito praças bancárias (entre elas, Bicas, Lima Duarte, Mar de Espanha, Rio Pomba, Santos Dumont, Visconde do Rio Branco) correspondiam 8,55% do volume total dos depósitos.

Verifica-se, portanto, que a capilaridade bancária da Zona da Mata ajustou-se às condições financeiras evidenciadas pelos volumes dos depósitos das praças bancárias em estudo.

4.1.4. Operações Ativas

As praças bancárias da Zona da Mata classificavam-se, quanto ao índice de aplicação, como captadoras e semi-aplicadoras. Em 1960, 22 das 49 praças bancárias eram captadoras e de baixa e média concentração de agências. Durante o período 1960/68, com a redução no número de praças bancárias, o sistema caracterizou-se como aplicador e semi-aplicador (Quadro 19).

QUADRO 19 - Distribuição das Praças Bancárias Quanto a Concentração de Agências e Índices de Aplicação, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos anos de 1960, 1966 e 1968.

Índice de Aplicação Classe	Concentração de Agências									Total					
	Baixa			Média			Alta								
	60	66	68	60	66	68	60	66	68	60	66	68	60	66	68
<u>ZONA DA MATA</u>															
Captadoras	12	8	8	10	1	-	-	-	-	-	-	-	22	9	8
Semi-aplicadoras	6	9	8	7	12	4	2	3	1	1	1	1	16	25	14
Aplicadora	-	1	5	1	1	6	4	1	2	2	3	1	7	6	14
Super-aplicadoras	-	-	-	-	1	2	1	2	1	2	1	1	3	4	4
Hiperaplicadoras	-	-	1	-	-	1	1	3	2	-	1	-	1	4	4
TOTAL	18	18	22	18	15	13	8	9	6	5	6	3	49	48	44
<u>SUBZONA I</u>															
Captadoras	6	2	3	6	1	-	-	-	-	-	-	-	12	3	3
Semi-aplicadoras	1	1	4	1	6	2	-	-	-	-	-	-	2	7	6
Aplicadoras	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	1	1	2	2	3
Super-aplicadoras	-	-	-	-	-	1	1	1	-	2	1	-	3	2	1
Hiperaplicadoras	-	-	-	-	-	1	-	2	1	-	-	-	-	2	2
TOTAL	7	3	8	8	8	5	2	3	1	2	2	1	19	16	15
<u>SUBZONA II</u>															
Captadoras	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
Semi-aplicadoras	2	4	3	3	2	-	1	-	-	-	-	-	6	5	3
Aplicadoras	-	-	1	-	-	2	2	1	2	1	1	-	3	3	5
Super-aplicadoras	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	1
Hiperaplicadoras	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	1	2	1
TOTAL	4	6	4	3	2	2	4	3	3	1	2	1	12	13	10
<u>SUBZONA III</u>															
Captadoras	4	4	5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	8	4	5
Semi-aplicadoras	3	4	1	3	4	2	1	3	1	1	1	1	8	12	5
Aplicadoras	-	1	3	-	-	3	1	-	-	1	1	-	2	2	6
Super-aplicadoras	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Hiperaplicadoras	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	7	9	10	7	5	6	2	3	2	2	2	1	18	19	19

No conjunto, observa-se a tendência das praças bancárias situarem-se entre as classes mais aplicadoras. Isto se verifica na evolução do volume das aplicações, quando relacionadas ao ano de 1960. Porcentualmente, houve um aumento de 2.680,22% e em valor deflacionado, 16,04% (Quadro 20).

QUADRO 20 - Evolução Porcentual dos Valores das Aplicações Bancárias, na Zona da Mata, Minas Gerais. Valores Correntes e Reais Ano 1960 = 100.

	Porcentual do Valor das Aplicações		
	1960	1966	1968
Valor corrente	100,00	1.203,65	2.780,22
Valor real*	100,00	80,08	116,04

BASE: Quadro 2 (Apêndice)

* Índice Deflator, coluna 2, F.G.V.

Na distribuição porcentual dos valores das aplicações entre as praças bancárias agregadas, quanto a concentração de agências, foram encontradas, em 1960, 18 praças com uma agência aplicando 1,92% e 5 praças com concentração de agências muito alta, aplicando 55,42% do valor total aplicado na Zona da Mata (Quadro 21). Em relação a 1960, houve uma retração nas aplicações, em 1966, que não chegou a atingir as praças bancárias de baixa concentração de agências, onde a participação porcentual nas aplicações expandiu-se para 2,89%. Observa-se, porém, que estas praças não correspondem totalmente às praças de 1960. Em 1968, as praças bancárias com uma agência eram 22, e aplicavam 3,43% do volume total. Entre estas, classificavam como aplicadoras e uma como hiperaplicadora. A classe das praças com duas e três agências bancárias foi a que mais incrementou as aplicações, mesmo reduzida em número. Isto poderá evidenciar o comportamento do sistema bancário, onde as agências ou praças caracterizadas como captadoras tendem a ser eliminadas ou intensificar o volume de suas aplicações.

QUADRO 21 - Distribuição Percentual dos Valores das Aplicações nas Praças Bancárias Agregadas Quanto a Concentração das Agências, por Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. (Valor Total = 100)

Concentração	Percentual dos Valores das Aplicações											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Baixa	0,67	2,13	0,93	0,41	0,73	0,96	0,84	1,03	1,54	1,92	2,89	3,43
Média	4,58	3,05	10,28	1,39	1,13	4,70	4,85	3,47	7,42	10,82	8,65	22,40
Alta	6,73	12,59	3,83	20,05	16,58	18,01	5,06	4,29	7,50	31,84	33,46	29,34
Muito Alta	10,53	5,71	6,27	4,54	10,41	7,49	40,35	39,88	31,07	55,42	56,00	44,83
TOTAL	22,51	22,48	21,31	26,39	28,85	31,16	51,10	48,67	47,53	100,00	100,00	100,00

FORTE: Quadro 2 (Apêndice).

As praças bancárias da Subzona I caracterizavam-se como captadoras. Durante o período 1960/68, algumas destas praças incrementaram suas aplicações e situaram-se na classe semi-aplicadoras. Em 1960, das 19 praças bancárias, 14 tinham índice de aplicação menor que 1 e, em 1968, eram somente 9. Observa-se que das 14 praças com índice menor que 1, 12 eram captadoras, enquanto que das 9 últimas, em 1968, apenas 3. Esta Subzona aplicava, em 1960, 22,51% do valor total das aplicações da Zona da Mata. Deste percentual, as 12 praças bancárias captadoras aplicavam 5,25% e eram de baixa e média concentração de agências. Com o incremento das aplicações, as três praças bancárias captadoras aplicavam, em 1968, 0,93% do volume total das aplicações. Em 1960, havia 3 praças bancárias superaplicadoras (Manhuaçu, Manhumirim e Ponte Nova), sendo que duas classificavam-se como de muito alta concentração de agências (Manhumirim e Ponte Nova) e aplicavam 10,53% das aplicações da Zona da Mata. Até 1968, estas praças tiveram o número de suas agências reduzido e classificaram-se como de média e alta concentração de agências. Quanto às aplicações, situaram-se entre as hiperaplicadoras.

A Subzona II caracterizava-se por praças bancárias semi-aplicadoras. Em 1968, pelo incremento das aplicações, maior número de praças classificavam-se como aplicadoras. Do valor total das aplicações da Zona da Mata, 26,39% correspondiam às aplicações bancárias desta Subzona. Deste percentual, 4 praças com alta concentração de agências (Além Paraíba, Carangola, Cataguazes e Leopoldina) aplicavam 20,05%. Em 1968, estas praças reduziram-se a 3 e aplicavam 18,01% dos 31,16% aplicados pelas 10 praças bancárias desta Subzona. Proporcionalmente às outras Subzonas, nesta o volume das aplicações bancárias foi incrementado.

As 18 praças bancárias da Subzona III eram, em 1960, com exceção de duas (Bicas e Ubá), captadoras e semi-aplicadoras. Durante o período 1960/68, as aplicações foram incrementadas, e a distribuição de suas praças bancárias, quanto ao índice de aplicação, tornou-se mais dispersa. Maior número de praças bancárias classificavam-se como aplicadoras. O maior percentual de aplicações bancárias é desta Subzona. Em 1960, aplicava 51,10% do to

tal da Zona da Mata, onde 2 praças com concentração de agências muito alta (Juiz de Fora e Ubá) aplicavam 40,35% e 7 praças com uma agência bancária (Bias Fortes, Mar de Espanha, Matias Barbosa, Aracitaba, São Geraldo, Mercês Tocantins) aplicavam 0,84% do volume total. Em 1966, a praça bancária de Juiz de Fora, com concentração de agência muito alta, aplicava 39,88% do volume total. As aplicações desta Subzona, ao contrário das outras, decresceu e, em 1968, seu percentual de aplicações era de 47,53%. Neste ano, verificou-se um incremento nas aplicações das praças bancárias de baixa e alta concentração de agências, enquanto que na praça bancária de muito alta concentração houve uma retração.

4.1.5. As Praças Bancárias mais Importantes Quanto ao Volume dos Depósitos e Índice de Aplicação

Separando-se as praças bancárias com volume de depósitos grandes e muito grandes, verifica-se sua elevada e estável participação sobre o volume total dos depósitos da Zona da Mata (Quadro 22).

Em 1960, 16 praças bancárias captavam 83,28% do volume total dos depósitos e, em 1968, eram 14 praças com volume dos depósitos grande e muito grandes e captavam 88,03%.

Na Subzona I, as 5 praças bancárias, com aquelas características, captavam, em 1960, 14,72% do volume total dos depósitos da Zona da Mata. Esta participação tem decrescido. Destaca-se a praça bancária de Ponte Nova que manteve, durante o período, uma posição estável quanto a participação percentual sobre o volume total dos depósitos.

A Subzona II, com 5 praças bancárias, com volume dos depósitos grandes e muito grandes, captava, em 1960, 20,28% do volume total da Zona da Mata. Em 1966, sua participação percentual declinou em consequência da retração no volume dos depósitos das praças de Carangola e Além Paraíba. Em 1968, estas 5 praças bancárias aumentaram o volume dos depósitos, e a Subzona aumentou sua participação percentual para 20,99%. Este percentual dis

QUADRO 22 - Participação Percentual das Praças Bancárias com Volume de Depósitos Grande e Muito Grande, por Subzonas e em Relação ao Volume Total da Zona da Mata, Minas Gerais Anos de 1960, 1966 e 1968. Valores Deflacionados. (Período 1965/67 = 100).

Subzona	Praça	Participação Percentual		
		1960	1966	1968
I	Ponte Nova	5,14	5,27	5,28
	Manhumirim	3,10	2,18	1,78
	Manhuaçu	2,71	2,98	2,42
	Viçosa	2,14	2,02	2,05
	Raul Soares	1,63	-	-
	TOTAL	14,72	12,45	11,53
II	Carangola	4,54	2,77	4,32
	Muriae	4,86	4,37	4,79
	Cataguases	3,92	3,61	4,76
	Leopoldina	3,48	3,82	4,05
	Além Paraíba	3,48	2,81	3,07
	TOTAL	20,28	17,38	20,99
III	Juiz de Fora	35,09	47,81	44,82
	Ubá	4,46	3,75	3,94
	Santos Dumont	2,84	2,89	3,27
	São João Nepomuceno	2,04	-	1,79
	Bicas	2,00	-	1,69
	Visconde do Rio Branco	1,85	-	-
	TOTAL	42,28	54,45	55,51
Total Subzonas		83,28	84,28	88,03

FONTE: Quadro 3 (Apêndice)

tribuiu-se quase que homogeneamente, entre aquelas praças.

A Subzona III tem a maior participação percentual sobre o volume total dos depósitos da Zona da Mata. Em 1960, eram 6 praças bancárias que captavam 48,28% do volume total. Entre estas, a praça de Juiz de Fora participava com 35,09%. Em 1966, suas praças, com volume de depósitos grandes e muito grandes, reduziram-se a 3 e a participação percentual aumentou pa-

ra 54,45%. Em 1968, o número de praças bancárias expandiu-se, bem como o volume dos depósitos.

As praças bancárias, com índice de aplicação maior que 1, correspondem, geralmente, àquelas com volume de depósitos grandes e muito grandes. O que não se verifica é a participação constante de algumas praças, cujo percentual de aplicações é expressivo. No período 1960/68, o número de praças bancárias, com índice de aplicação maior que 1, aumentou de 12 para 22, e o seu percentual de aplicações, de 53,78 para 62,72%, significando que as praças importantes quanto ao volume dos depósitos não estão aplicando ao máximo suas disponibilidades ou não estão operando ativamente no ramo das aplicações bancárias (Quadro 23).

A Subzona I, durante o período, aumentou o número de suas praças bancárias com índice de aplicação maior que 1, porém, seu percentual de aplicação decresceu, uma vez que a praça bancária de Viçosa obteve índices de aplicação menores que 1.

A Subzona II, com 4 praças bancárias, com índice de aplicação maior que 1, em 1960, aplicava 24,54% do total da Zona da Mata. Em 1968, estas praças aumentaram para 7 e o percentual de suas aplicações passou para 30,65%. Das três Subzonas, na característica considerada, é a mais aplicadora de recursos e nela destaca-se a praça bancária de Cataguases e Muriaé.

A Subzona III tinha, em 1960, 2 praças bancárias com índice de aplicação maior que 1. Em 1968, eram 9 e aplicavam 13,19% do volume total da Zona da Mata. Esta Subzona é a mais aplicadora, quando se considera todas as suas praças bancárias.

Em 1968, eram 44 praças bancárias na Zona da Mata, onde 14 com volume de depósitos grande e muito grande captavam 89,03% dos depósitos e aplicavam 90,44% do total das aplicações da Zona da Mata. É provável que estas evidências prevaleçam sobre a capilaridade bancária, condicionando a atuação do sistema bancário às praças de maior operacionalidade.

QUADRO 23 - Participação Percentual das Praças Bancárias do Índice de Aplicação é Maior que 1, no Volume Total das Aplicações na Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. Valores Absolutos Deflacionados (Período 1965/67 = 100).

Subzona	Praça	Aplicações					
		Percentual			Índice		
		1960	1966	1968	1960	1966	1968
I	Ponte Nova	6,47	5,75	6,28	1,23	1,12	1,42
	Manhumirim	4,07	6,13	3,84	1,28	2,88	2,59
	Manhuaçu	4,02	4,55	6,01	1,44	1,56	2,98
	Raul Soares	2,90	1,96	2,18	1,65	2,04	2,14
	Viçosa	2,32	-	-	1,06	-	-
	Espera Feliz	-	0,01	0,09	-	1,02	1,29
	Rio Casca	-	-	0,48	-	-	1,02
	TOTAL	19,78	18,40	18,88			
II	Cataguazes	8,70	8,59	8,20	2,16	2,44	2,06
	Carangola	4,77	4,89	4,20	1,03	1,81	1,16
	Muriá	4,48	5,82	7,51	1,09	1,37	1,88
	Além Paraíba	4,04	3,17	4,69	1,14	1,15	1,83
	Leopoldina	2,55	4,29	5,17	-	1,47	1,53
	Recreio	-	-	0,51	-	-	1,17
	Volta Grande	-	-	0,37	-	-	1,36
	TOTAL	24,54	26,76	30,65			
III	Bicas	2,99	-	1,44	1,46	-	1,02
	Ubá	6,47	4,12	5,47	1,42	1,16	1,66
	Mercês	-	0,19	0,15	-	1,23	1,14
	Rio Pomba	-	1,49	1,36	-	1,54	1,49
	São João Nepomuceno	-	1,71	2,69	-	1,14	1,80
	Mar de Espanha	-	-	0,24	-	-	1,03
	Rio Novo	-	-	0,25	-	-	1,11
	Tocantins	-	-	0,33	-	-	2,09
	Visconde Rio Branco	-	-	1,28	-	-	1,05
	TOTAL	9,46	7,51	13,19			
	Total Subzonas	53,78	52,67	62,72			
	Total Zona da Mata	100,00	100,00	100,00	0,97	1,03	1,20

4.1.6. Aplicações Bancárias pelos Setores Econômicos. O Setor Agrícola e os Demais Setores

A análise de distribuição percentual das aplicações bancárias entre os setores econômicos, nos anos de 1960, 1966 e 1968, evidencia a ausência de um setor definido e evolutivo na Zona da Mata. Esta indefinição imprime ao sistema bancário uma flexibilidade nas suas aplicações, caracterizada pela variação percentual entre os setores econômicos, nos anos considerados (Quadro 24).

QUADRO 24 - Distribuição Percentual das Aplicações Bancárias entre os Setores Econômicos da Zona da Mata, Minas Gerais, Segundo as Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968.

Ano	Setor	Subzonas			Zona
		I	II	III	
1960	Comércio	9,46	8,07	13,39	30,92
	Indústria	2,33	7,79	20,27	29,39
	Lavoura	8,32	6,24	5,83	20,39
	Pecuária	1,07	2,40	2,01	5,48
	Particulares	1,63	2,84	9,35	13,82
	TOTAL	22,81	26,34	50,85	100,00
1966	Comércio	4,27	6,52	9,34	20,13
	Indústria	2,03	8,17	22,22	32,42
	Lavoura	12,54	10,53	6,18	29,25
	Pecuária	1,85	2,09	1,51	5,45
	Particulares	1,92	1,67	9,16	12,75
	TOTAL	22,61	28,98	48,41	100,00
1968	Comércio	4,63	7,96	13,47	26,06
	Indústria	1,47	6,84	12,80	21,11
	Lavoura	8,44	7,73	4,95	21,12
	Pecuária	5,02	5,81	5,19	16,02
	Particulares	1,77	2,85	11,07	15,69
	TOTAL	21,33	31,19	47,48	100,00

FONTE: Quadro 5 (Apêndice)

Considerando-se apenas o setor agrícola (lavoura e pecuária), verifica-se um incremento em sua participação relativa. Em 1960, neste setor eram aplicados 25,87% do volume total das aplicações da Zona da Mata. Em 1966, passou para 34,70% e em 1968, para 37,14%. Embora não haja evidências neste estudo, é possível que este incremento se deva à institucionalização do crédito rural e à maior disponibilidade de recursos originados pelas aplicações compulsórias.

Com relação aos demais setores, em 1960, o setor rural era o terceiro, quanto ao volume total de recursos aplicados. Nos anos de 1966 e 1968, transformou-se no setor privilegiado, absorvendo acima de 30% das aplicações. Neste setor, a lavoura propriamente dita tem recebido um volume maior de aplicação. Todavia, é na pecuária onde as fontes creditícias tem incrementado mais suas aplicações.

A distribuição das aplicações bancárias entre os setores econômicos e por tipos de bancos é analisada a seguir (Quadro 25).

Ao Banco do Brasil, correspondem 52,48% das aplicações bancárias da Zona da Mata. Dos 37,14%, aplicados no setor agrícola, em 1968, 22,14% foram por este estabelecimento. A atuação dos bancos estaduais e privados, quanto às aplicações, no setor agrícola, é semelhante. A participação da Caixa Econômica é relativamente pequena e no setor a pecuária tem sido mais contemplada.

Nas Subzonas, os setores apresentam-se mais definidos quanto às aplicações bancárias. Os totais aplicados pouco tem-se modificado, apesar de variações no percentual das aplicações entre os setores.

Na Subzona I, no setor agrícola foi aplicado, em 1960, 9,39% do total. Foi o segundo em importância, visto que o setor comércio era o predominante nas aplicações bancárias. Nos anos de 1960 e 1968, predominava o setor agrícola, onde foram aplicados 9,39 e 13,4% do volume total da Zona da Mata, respectivamente. Para a lavoura correspondiam, respectivamente, 8,32 e 8,44%. O Banco do Brasil é o mais atuante, aplicando no setor agrícola acima de 50% de suas aplicações nesta Subzona.

QUADRO 25 - Distribuição das Aplicações Bancárias por Tipos de Bancos e Caixa Econômica, Segundo as Subzonas, em 1968. (Saldo em 31/12 - Valores em Cr\$ 1.000,00)

Setor	Aplicações por Tipos de Bancos e Caixa Econômica											
	Subzona I				Subzona II				Subzona III			
	Federal	Estado	Privados	Caixa	Federal	Estado	Privados	Caixa	Federal	Estado	Privados	Caixa
Comércio	5386	2077	956	-	10816	1631	2017	-	13758	4353	6475	-
Indústria	1873	602	203	-	8215	2155	2061	-	8070	7113	8092	-
Lavoura	10528	2642	2166	399	10593	1925	1546	179	4173	2680	2151	231
Pecuária	5375	1766	1980	993	5727	1934	2903	975	3852	2641	2939	405
Particulares	1386	978	858	2650	2889	801	1496	3124	2764	9003	8370	4375
TOTAL	24548	8065	6163	4042	38240	8446	10023	4278	32617	25690	28027	5011

Porcentual das Aplicações por Tipo de Bancos e Caixa Econômica												
Comércio	2,96	1,14	0,53	-	5,95	0,90	1,11	-	7,57	2,34	3,56	-
Indústria	1,03	0,33	0,11	-	4,52	1,18	1,13	-	4,44	3,91	4,45	-
Lavoura	5,79	1,45	1,19	0,22	5,83	1,06	0,85	0,10	2,29	1,47	1,18	0,13
Pecuária	2,96	0,97	1,09	0,55	3,15	1,07	1,60	0,54	2,12	1,45	1,62	0,22
Particulares	0,76	0,54	0,47	1,46	1,59	0,44	0,82	1,71	1,52	4,96	4,60	2,41
TOTAL	13,50	4,43	3,39	2,23	21,04	4,65	5,51	2,35	17,94	14,13	15,41	2,76

FONTE: CIEF - Ministério da Fazenda e Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Observação: Os valores da Caixa Econômica do Estado referem-se às aplicações efetivas, razão pela qual não foram totalizadas às aplicações bancárias no cálculo porcentual. Então, aplicações bancárias = 100. Aplicações bancárias + aplicações Caixa do Estado = 107,34%.

Na Subzona II, o setor agrícola foi, desde 1960, predominante, e manteve um crescimento progressivo na sua participação relativa, quanto às aplicações bancárias. O Banco do Brasil é a principal fonte creditícia para o setor, onde são aplicados mais de 40% das aplicações deste Banco nesta Subzona.

Na Subzona III, é onde as aplicações no setor agrícola tem sido as menores, mesmo quando comparadas com as demais Subzonas. Este setor é o terceiro em importância, sendo superado nas aplicações pelos setores comércio e indústria. O Banco do Brasil é também a principal fonte de crédito para o setor.

Agregando-se as praças bancárias, quando ao índice de aplicação (Quadros 26 e 27), ressalta a importância do setor agrícola para aquelas com índice de aplicação maior que 1, onde aplicam 50,23% do volume total de suas aplicações. Para as praças bancárias, com índice menor que 1, a participação do setor agrícola na distribuição percentual das aplicações é a menor dentre os setores considerados. Todavia, entre estas praças encontra-se uma com um volume total de aplicações muito elevado e onde a participação relativa do setor agrícola é pequena. Excluindo-se esta praça bancária, as demais assemelham-se àquelas com o índice de aplicação maior que 1.

Isoladamente, o percentual de aplicação no setor rural, por praça bancária, oscila entre 27,05 a 90,37%, entre as praças bancárias com índice de aplicação maior que 1 e, de 7,41 a 82,57%, onde o índice de aplicação é menor que 1. Em geral, o percentual de aplicações no setor agrícola é maior onde a concentração de agências, por praça, é baixa.

Entre as Subzonas, verifica-se um comportamento análogo entre os grupos das Subzonas I e II. Em conjunto, as praças bancárias, com índice de aplicação menor que 1, da Subzona III, tem o menor volume percentual de aplicação no setor rural.

QUADRO 26 - Distribuição Porcentual das Aplicações Inter-Setoriais pelas Praças Bancárias, cujo Índice de Aplicação é Maiores que 1, por Subzonas, em 1968. (Total Aplicado por Praça Bancária = 100)

Sub-zona	Praças	Porcentual das Aplicações				
		Comér- cio	Indús- tria	Lavoura	Pecua- ria	Parti- cular
I	Ponte Nova	18,34	16,40	36,82	18,20	10,24
	Manhumirim	46,24	2,35	22,47	22,53	6,41
	Manhuaçu	14,31	2,51	50,36	26,52	6,30
	Raul Soares	12,43	5,18	48,74	27,74	5,91
	Espera Feliz	8,62	8,04	66,10	12,64	4,60
	Rio Casca	21,40	5,15	18,65	39,24	15,56
	TOTAL	22,08	7,50	39,27	23,33	7,82
II	Cataguazes	28,93	34,30	19,30	7,75	9,72
	Carangola	30,14	5,96	29,23	28,57	6,10
	Muriaé	4,31	28,03	37,18	20,00	10,48
	Além Paraíba	35,58	20,91	16,73	18,94	7,84
	Leopoldina	37,85	12,92	19,69	19,75	9,76
	Recreio	12,81	2,45	24,12	55,07	5,55
	Volta Grande	9,91	2,96	24,41	52,96	9,76
TOTAL	25,09	22,31	24,86	18,68	9,06	
III	Bicas	30,45	8,05	19,11	27,81	14,58
	Ubá	41,62	18,24	24,30	7,46	8,38
	Mercês	1,40	4,90	53,15	36,35	4,20
	Rio Pomba	11,12	3,54	37,69	35,16	12,49
	São João Nepomuceno	25,78	17,05	26,94	24,04	6,19
	Mar de Espanha	4,26	-	65,47	19,06	11,21
	Rio Novo	60,00	-	12,92	27,08	-
	Tocantins	7,01	0,16	53,34	37,03	2,46
	Visconde do Rio Branco	9,33	15,72	51,88	13,17	9,89
	TOTAL	29,27	13,82	29,91	18,13	8,87
Total Subzonas	25,07	16,06	30,26	19,97	8,64	
Zona da Mata	- TOTAL	24,26	19,81	20,09	15,97	19,99

FONTE: Quadro 6 (Apêndice)

QUADRO 27 - Distribuição Percentual das Aplicações Inter-setoriais pelas Praças Bancárias de Índice de Aplicação menor que 1, por Subzonas, em 1968. (Total Aplicado por Praça Bancária = 100)

Sub-zona	Praças	Percentual das Aplicações				
		Comér- cio	Indús- tria	Lavoura	Pecuá- ria	Parti- cular
I	Abre Campo	8,62	-	75,00	-	16,38
	Alto Rio Doce	7,83	-	33,00	48,84	10,33
	Divino	5,18	-	38,51	42,07	14,24
	Matipó	9,63	-	58,26	24,31	7,80
	Paula Cândido	27,03	28,38	27,03	-	17,57
	Presidente Soares	17,30	-	37,13	37,55	8,02
	Teixeiras	16,89	0,67	29,73	31,76	20,95
	Viçosa	26,27	3,55	40,66	16,54	12,98
	Lajinha	11,88	-	45,87	38,28	3,97
	TOTAL	18,89	2,36	41,69	24,95	12,11
II	Miraf	94,64	-	-	-	5,36
	Palma	24,79	7,02	29,76	12,81	25,62
	Tombos	20,00	0,86	35,27	30,11	13,76
	TOTAL	46,85	1,95	21,85	15,83	13,52
III	Astolfo Dutra	21,06	11,06	9,29	51,89	6,70
	Bias Fortes	-	-	-	74,07	25,93
	Guarani	13,82	6,91	34,16	39,74	5,37
	Guidoval	48,39	-	45,16	-	6,45
	Guiricema	33,34	-	31,48	-	35,18
	Juiz de Fora	28,52	33,90	2,11	5,30	29,99
	Lima Duarte	22,62	11,45	0,28	55,03	10,61
	Matias Barbosa	11,76	0,98	6,86	26,94	52,46
	Santos Dumont	24,65	16,57	7,33	30,72	20,73
	São Geraldo	22,03	4,24	38,98	13,56	21,19
	TOTAL	27,97	31,98	2,91	8,13	28,86
	Total Subzonas	27,67	29,54	5,77	9,36	27,51
	Zona da Meta - TOTAL	24,26	19,81	20,09	15,97	19,99

FONTE: Quadro 7 (Apêndice)

4.1.7. A Copilaridade Bancária da Zona da Mata e seu Desempenho em Crédito Rural

Com relação à distribuição do crédito rural, as 16 agências do Banco do Brasil indicaram, como área de sua jurisdição, 114 municípios da Zona da Mata, onde operam paralelamente com 136 agências de outros estabelecimentos bancários (Quadro 28). Abrangendo a Zona da Mata 123 municípios, a exclusão de 9 deles, não significa não atendimento, porque na amostra tomada junto àquelas agências, observou-se que 117 municípios foram abrangidos, além de outros fora da Zona da Mata. As agências de bancos estaduais e privados tendem a operar somente nas praças sedes.

Computando-se as operações de custeio e investimento agrícola e pecuário, independente da modalidade, a rede bancária realizou, em 1969, .. 19.514 operações em crédito rural. Destas, 89,08% correspondem ao Banco do Brasil e 10,92% aos bancos estaduais, privados e Caixa Econômica.

Estabelecendo-se a relação entre o número de operações em crédito rural e o número de estabelecimentos rurais, obtém-se 1:3,9, significando que, no máximo, 25,25% dos estabelecimentos rurais estariam sendo atingidos pelo crédito rural, através da rede bancária da Zona da Mata.

Na Subzona I, foram realizadas 32,50% do total das operações em crédito rural, sendo 29,33% pelo Banco do Brasil. As operações para fora dos municípios sedes deste banco evidencia sua atuação quase exclusiva em crédito rural. Nesta Subzona I, localizam-se 42,92% dos estabelecimentos rurais da Zona da Mata e 15,52% estariam sendo atingidas pelas agências bancárias, fazendo com que a relação operação/estabelecimento rural seja mais baixa dentre as Subzonas.

Na Subzona II, foram realizadas maior número de operações em crédito rural. Localizando 18,41% dos estabelecimentos rurais da Zona da Mata, tem uma relação quanto ao número de operações em crédito rural de 1:1,7, significando que 56,59% de seus estabelecimentos seriam atingidos pelo crédito rural.

QUADRO 28 - Número das Operações Realizadas em Crédito Rural pela Rede Bancária da Zona da Mata, Minas Gerais, em 1969, e sua Distribuição Tendo como Referência as Praças Sede de Agências do Banco do Brasil, SA e Respektivas Áreas de Jurisdição. Operações Efetivas em Custeio e Investimento Agrícola e Pecuário.

Sub-zona	Jurisdição de Municípios			Número de Operações						Número de		Relação Operação/ Estabele- cimentos Rurais
	Banco do Brasil (Censo)	Banco do Brasil (Amostra)	De Outros Bancos (*)	Na Sede		Para Outros Municípios		Total		Total Geral	Rural	
				Banco Brasil	Outros	Banco Brasil	Outros	Banco Brasil	Outros			
I	43	45	37	1491	504	4235	245	5726	749	6475	40.879	1:6,4
II	31	32	42	2725	518	4293	340	7018	858	7876	14.322	1:1,8
III	40	40	57	1463	284	3175	241	4638	525	5163	22.154	1:4,3
Zona	114	117	136	5679	1306	11703	826	17382	2132	19514	77.265	1:3,9
<u>Número Porcentual das Operações</u>												
I	-	-	-	7,64	2,58	21,71	1,25	29,35	3,83	33,18	42,92	15,52
II	-	-	-	13,96	2,65	22,00	1,74	35,97	4,39	40,36	18,41	56,59
III	-	-	-	7,50	1,45	16,27	1,23	23,77	2,69	26,46	28,67	23,13
Zona	-	-	-	29,10	6,68	59,98	4,22	89,09	10,91	100,00	100,00	25,27

(*) número de municípios com outros estabelecimentos bancários na área considerada.

A Subzona III, com maior número de agências bancárias, é a menos atuante em crédito rural, quanto ao número de operações realizadas. Com 28,67% dos estabelecimentos rurais da Zona da Mata, tem relação de atendimento de 1:4,3 ou que 21,1% de seus estabelecimentos rurais estariam sendo atingidos pelo crédito rural.

Analisando-se o número de operações realizadas por mutuário e no ano, verifica-se que o crédito rural contempla um número menor de estabelecimentos rurais.

Em 1969, no Banco do Brasil, 68% dos mutuários solicitaram um financiamento e 4% o fizeram quatro vezes, que corresponde ao número máximo de solicitações por mutuário, no ano (Quadro 29).

QUADRO 29 - Frequência Relativa do Número de Operações Realizadas por Mutuário no Ano e o Total de Operações já Realizadas no Banco*, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Sub-zona	Número de Operações	Número de Mutuários	Operações Realizadas por Mutuário							
			No Ano				Total			
			1	2	3	4	1	2 a 5	6 a 10	+ 10
I	219	173	67	25	6	2	11	50	24	15
II	250	117	65	23	7	5	20	35	28	17
III	173	138	72	22	3	3	12	32	36	20
Zona	642	478	68	23	5	4	15	37	30	18

* Banco do Brasil SA

Nas três Subzonas, o percentual de operações realizadas por mutuário é semelhante.

Tem-se, ainda, que a expansão do crédito rural é relativamente lenta, visto que o número total de operações realizadas pelo Banco do Brasil, em 1969, somente 15% foram com novos mutuários, e quase 50% o foram com mutuários tradicionais (Quadro 29).

Na Subzona I, 50% das operações foram realizadas com mutuários que já operaram duas a cinco vezes com o Banco. Na Subzona II, destaca-se o número de mutuários novos e na Subzona III o destaque está nas operações com mutuários tradicionais, com mais de seis operações no banco.

Com base nos estabelecimentos que obtiveram "crédito rural orientado", verifica-se que 65% utilizam mais de uma fonte de crédito. Dêstes, 40% tem financiamento no Banco do Brasil, 25% nos bancos estaduais e privados, e 10% na Caixa Econômica, e 10% com particulares. A utilização de duas fontes de crédito é mais freqüente, visto que 44% dos mutuários tem dois créditos pendentes. Entre as Subzonas, destaca-se o percentual elevado de mutuários com três créditos pendentes, na Subzona II e na Subzona III, onde o crédito à particulares é muito solicitado (Quadro 30).

Considerando-se as fontes de crédito rural e o número de operações realizadas, verifica-se que o acesso direto ao crédito rural além de restringir-se a um número limitado de praças bancárias, contempla um número restrito de estabelecimentos rurais.

Quanto às praças bancárias, esta limitação pode condicionar o princípio do crédito oportuno a um prazo maior no atendimento das solicitações dos financiamentos (Quadro 31).

Para a Zona da Mata, o prazo de atendimento é variável, segundo o tipo de estabelecimento e a modalidade de crédito. Para o Banco do Brasil, o prazo normal é de 30 dias, variando, porém, entre as Subzonas. Suas agências da Subzona I são mais breves no atendimento das solicitações. E onde as solicitações deferidas no dia são mais freqüentes. Para este banco, o prazo mínimo de atendimento foi no dia e o prazo máximo, 300 dias.

Para o bancos estaduais e privados, as solicitações são atendidas, geralmente, em 7 dias e no máximo em 18. A Caixa Econômica tem os prazos de atendimento mais prolongados, oscilando desde um dia até 190, sendo o prazo mais freqüente de 120 dias. O crédito rural orientado tem, igualmente, demora no seu atendimento, o prazo mínimo foi 4 dias, e o máximo 270 dias.

QUADRO 30 - Frequência Relativa dos Créditos Pendentes no Ano, por Mutuário e Fontes Creditícias Procuradas.
Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Subzonas	Número de Mutuários	Porcentual de Mutuários							
		Créditos Pendentes				Fontes			
		1	2	3	4	Banco do Brasil	Bancos Es taduais e Privados	Caixa Econômica	De Particula res
I	29	34	48	17	1	48	28	10	6
II	12	34	33	33	-	60	16	16	8
III	25	36	48	16	-	28	28	8	16
ZONA	66	35	44	19	2	40	25	10	10

FONTE: Operações de crédito rural orientado (ACAR).

QUADRO 31 - Atendimento das Solicitações, por Tipo de Bancos e Subzonas, Incluindo o Crédito com Assistência Técnica, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Atendimento (dias)	Frequência															
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				Crédito com Assis- tência Técnica			
	I	II	III	Total	I	II	III	Total	I	II	III	Total	I	II	III	Total
no dia	40	19	10	69	2	1	-	3	1	10	1	12	-	1	5	6
1 - 5	18	21	21	60	-	5	-	5	1	-	-	1	4	-	3	7
6 - 15	57	57	32	146	6	7	-	13	-	-	-	-	7	2	-	9
16 - 30	65	55	49	169	-	2	-	2	2	-	-	2	10	2	8	20
mais de 30	39	98	61	198	-	-	-	-	4	-	6	10	3	5	7	15
<u>Tempo</u>																
mínimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
máximo	300	230	221	300	7	18	-	18	190	-	120	190	130	270	160	270
moda	20	30	20	30	7	7	-	7	100	-	-	120	20	-	20	20

QUADRO 19 - Distribuição das Praças Bancárias Quanto a Concentração de Agências e Índices de Aplicação, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos anos de 1960, 1966 e 1968.

Índice de Aplicação Classe	Concentração de Agências														
	Baixa			Média			Alta			Muito Alta			Total		
	60	66	68	60	66	68	60	66	68	60	66	68	60	66	68
<u>ZONA DA MATA</u>															
Captadoras	12	8	8	10	1	-	-	-	-	-	-	-	22	9	8
Semi-aplicadoras	6	9	8	7	12	4	2	3	1	1	1	1	16	25	14
Aplicadora	-	1	5	1	1	6	4	1	2	2	3	1	7	6	14
Super-aplicadoras	-	-	-	-	1	2	1	2	1	2	1	1	3	4	4
Hiperaplicadoras	-	-	1	-	-	1	1	3	2	-	1	-	1	4	4
TOTAL	18	18	22	18	15	13	8	9	6	5	6	3	49	48	44
<u>SUBZONA I</u>															
Captadoras	6	2	3	6	1	-	-	-	-	-	-	-	12	3	3
Semi-aplicadoras	1	1	4	1	6	2	-	-	-	-	-	-	2	7	6
Aplicadoras	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	1	1	2	2	3
Super-aplicadoras	-	-	-	-	-	1	1	1	-	2	1	-	3	2	1
Hiperaplicadoras	-	-	-	-	-	1	-	2	1	-	-	-	-	2	2
TOTAL	7	3	8	8	8	5	2	3	1	2	2	1	19	16	15
<u>SUBZONA II</u>															
Captadoras	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
Semi-aplicadoras	2	4	3	3	2	-	1	-	-	-	-	-	6	5	3
Aplicadoras	-	-	1	-	-	2	2	1	2	1	1	-	3	3	5
Super-aplicadoras	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	1
Hiperaplicadoras	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	1	2	1
TOTAL	4	6	4	3	2	2	4	3	3	1	2	1	12	13	10
<u>SUBZONA III</u>															
Captadoras	4	4	5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	8	4	5
Semi-aplicadoras	3	4	1	3	4	2	1	3	1	1	1	1	8	12	5
Aplicadoras	-	1	3	-	-	3	1	-	-	1	1	-	2	2	6
Super-aplicadoras	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Hiperaplicadoras	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	7	9	10	7	5	6	2	3	2	2	2	1	18	19	19

No conjunto, observa-se a tendência das praças bancárias situarem-se entre as classes mais aplicadoras. Isto se verifica na evolução do volume das aplicações, quando relacionadas ao ano de 1960. Porcentualmente, houve um aumento de 2.680,22% e em valor deflacionado, 16,04% (Quadro 20).

QUADRO 20 - Evolução Porcentual dos Valores das Aplicações Bancárias, na Zona da Mata, Minas Gerais. Valores Correntes e Reais Ano 1960 = 100.

	Porcentual do Valor das Aplicações		
	1960	1966	1968
Valor corrente	100,00	1.203,65	2.780,22
Valor real*	100,00	80,08	116,04

BASE: Quadro 2 (Apêndice)

* Índice Deflator, coluna 2, F.G.V.

Na distribuição porcentual dos valores das aplicações entre as praças bancárias agregadas, quanto a concentração de agências, foram encontradas, em 1960, 13 praças com uma agência aplicando 1,92% e 5 praças com concentração de agências muito alta, aplicando 55,42% do valor total aplicado na Zona da Mata (Quadro 21). Em relação a 1960, houve uma retração nas aplicações, em 1966, que não chegou a atingir as praças bancárias de baixa concentração de agências, onde a participação porcentual nas aplicações expandiu-se para 2,89%. Observa-se, porém, que estas praças não correspondem totalmente às praças de 1960. Em 1968, as praças bancárias com uma agência eram 22, e aplicavam 3,43% do volume total. Entre estas, classificavam como aplicadoras e uma como hiperaplicadora. A classe das praças com duas e três agências bancárias foi a que mais incrementou as aplicações, mesmo reduzida em número. Isto poderá evidenciar o comportamento do sistema bancário, onde as agências ou praças caracterizadas como captadoras tendem a ser eliminadas ou intensificar o volume de suas aplicações.

QUADRO 21 - Distribuição Percentual dos Valores das Aplicações nas Praças Bancárias Agregadas Quanto a Concentração das Agências, por Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. (Valor Total = 100)

Concentração	Percentual dos Valores das Aplicações											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Baixa	0,67	2,13	0,93	0,41	0,73	0,96	0,84	1,03	1,54	1,92	2,89	3,43
Média	4,58	3,05	10,28	1,39	1,13	4,70	4,85	3,47	7,42	10,82	8,65	22,40
Alta	6,73	12,59	3,83	20,05	16,58	18,01	5,06	4,29	7,50	31,84	33,46	29,34
Muito Alta	10,53	5,71	6,27	4,54	10,41	7,49	40,35	39,88	31,07	55,42	56,00	44,83
TOTAL	22,51	22,48	21,31	26,39	28,85	31,16	51,10	48,67	47,53	100,00	100,00	100,00

FONTE: Quadro 2 (Apêndice).

As praças bancárias da Subzona I caracterizavam-se como captadoras. Durante o período 1960/68, algumas destas praças incrementaram suas aplicações e situaram-se na classe semi-aplicadoras. Em 1960, das 19 praças bancárias, 14 tinham índice de aplicação menor que 1 e, em 1968, eram somente 9. Observa-se que das 14 praças com índice menor que 1, 12 eram captadoras, enquanto que das 9 últimas, em 1968, apenas 3. Esta Subzona aplicava, em 1960, 22,51% do valor total das aplicações da Zona da Mata. Deste percentual, as 12 praças bancárias captadoras aplicavam 5,25% e eram de baixa e média concentração de agências. Com o incremento das aplicações, as três praças bancárias captadoras aplicavam, em 1968, 0,93% do volume total das aplicações. Em 1960, havia 3 praças bancárias superaplicadoras (Manhuaçu, Manhumirim e Ponte Nova), sendo que duas classificavam-se como de muito alta concentração de agências (Manhumirim e Ponte Nova) e aplicavam 10,53% das aplicações da Zona da Mata. Até 1968, estas praças tiveram o número de suas agências reduzido e classificaram-se como de média e alta concentração de agências. Quanto às aplicações, situaram-se entre as hiperaplicadoras.

A Subzona II caracterizava-se por praças bancárias semi-aplicadoras. Em 1968, pelo incremento das aplicações, maior número de praças classificavam-se como aplicadoras. Do valor total das aplicações da Zona da Mata, 26,39% correspondiam às aplicações bancárias desta Subzona. Deste percentual, 4 praças com alta concentração de agências (Além Paraíba, Carangola, Cataguzes e Leopoldina) aplicavam 20,05%. Em 1968, estas praças reduziram-se a 3 e aplicavam 18,01% dos 31,16% aplicados pelas 10 praças bancárias desta Subzona. Proporcionalmente às outras Subzonas, nesta o volume das aplicações bancárias foi incrementado.

As 18 praças bancárias da Subzona III eram, em 1960, com exceção de duas (Bicas e Ubá), captadoras e semi-aplicadoras. Durante o período 1960/68, as aplicações foram incrementadas, e a distribuição de suas praças bancárias, quanto ao índice de aplicação, tornou-se mais dispersa. Maior número de praças bancárias classificavam-se como aplicadoras. O maior percentual de aplicações bancárias é desta Subzona. Em 1960, aplicava 51,10% do to

tal da Zona da Mata, onde 2 praças com concentração de agências muito alta (Juiz de Fora e Ubá) aplicavam 40,35% e 7 praças com uma agência bancária (Bias Fortes, Mar de Espanha, Matias Barbosa, Aracitaba, São Geraldo, Mercês Tocantins) aplicavam 0,84% do volume total. Em 1966, a praça bancária de Juiz de Fora, com concentração de agência muito alta, aplicava 39,88% do volume total. As aplicações desta Subzona, ao contrário das outras, decresceu e, em 1968, seu percentual de aplicações era de 47,53%. Neste ano, verificou-se um incremento nas aplicações das praças bancárias de baixa e alta concentração de agências, enquanto que na praça bancária de muito alta concentração houve uma retração.

4.1.5. As Praças Bancárias mais Importantes Quanto ao Volume dos Depósitos e Índice de Aplicação

Separando-se as praças bancárias com volume de depósitos grandes e muito grandes, verifica-se sua elevada e estável participação sobre o volume total dos depósitos da Zona da Mata (Quadro 22).

Em 1960, 16 praças bancárias captavam 83,28% do volume total dos depósitos e, em 1968, eram 14 praças com volume dos depósitos grande e muito grandes e captavam 88,03%.

Na Subzona I, as 5 praças bancárias, com aquelas características, captavam, em 1960, 14,72% do volume total dos depósitos da Zona da Mata. Esta participação tem decrescido. Destaca-se a praça bancária de Ponte Nova que manteve, durante o período, uma posição estável quanto a participação percentual sobre o volume total dos depósitos.

A Subzona II, com 5 praças bancárias, com volume dos depósitos grandes e muito grandes, captava, em 1960, 20,28% do volume total da Zona da Mata. Em 1966, sua participação percentual declinou em consequência da retração no volume dos depósitos das praças de Carangola e Além Paraíba. Em 1968, estas 5 praças bancárias aumentaram o volume dos depósitos, e a Subzona aumentou sua participação percentual para 20,99%. Este percentual dis-

QUADRO 22 - Participação Percentual das Praças Bancárias com Volume de Depósitos Grande e Muito Grande, por Subzonas e em Relação ao Volume Total da Zona da Mata, Minas Gerais Anos de 1960, 1966 e 1968. Valores Deflacionados. (Período 1965/67 = 100).

Subzona	Praça	Participação Percentual		
		1960	1966	1968
I	Ponte Nova	5,14	5,27	5,28
	Manhumirim	3,10	2,18	1,78
	Manhuaçu	2,71	2,98	2,42
	Viçosa	2,14	2,02	2,05
	Raul Soares	1,63	-	-
	TOTAL	14,72	12,45	11,53
II	Carangola	4,54	2,77	4,32
	Muriae	4,86	4,37	4,79
	Cataguases	3,92	3,61	4,76
	Leopoldina	3,48	3,82	4,05
	Além Paraíba	3,48	2,81	3,07
	TOTAL	20,28	17,38	20,99
III	Juiz de Fora	35,09	47,81	44,82
	Ubá	4,46	3,75	3,94
	Santos Dumont	2,84	2,89	3,27
	São João Nepomuceno	2,04	-	1,79
	Bicas	2,00	-	1,69
	Visconde do Rio Branco	1,85	-	-
	TOTAL	42,28	54,45	55,51
Total Subzonas		83,28	84,28	88,03

FONTE: Quadro 3 (Apêndice)

tribuiu-se quase que homogeneamente, entre aquelas praças.

A Subzona III tem a maior participação percentual sobre o volume total dos depósitos da Zona da Mata. Em 1960, eram 6 praças bancárias que captavam 48,28% do volume total. Entre estas, a praça de Juiz de Fora participava com 35,09%. Em 1966, suas praças, com volume de depósitos grandes e muito grandes, reduziram-se a 3 e a participação percentual aumentou pa-

ra 54,45%. Em 1968, o número de praças bancárias expandiu-se, bem como o volume dos depósitos.

As praças bancárias, com índice de aplicação maior que 1, correspondem, geralmente, àquelas com volume de depósitos grandes e muito grandes. O que não se verifica é a participação constante de algumas praças, cujo percentual de aplicações é expressivo. No período 1960/68, o número de praças bancárias, com índice de aplicação maior que 1, aumentou de 12 para 22, e o seu percentual de aplicações, de 53,78 para 62,72%, significando que as praças importantes quanto ao volume dos depósitos não estão aplicando ao máximo suas disponibilidades ou não estão operando ativamente no ramo das aplicações bancárias (Quadro 23).

A Subzona I, durante o período, aumentou o número de suas praças bancárias com índice de aplicação maior que 1, porém, seu percentual de aplicação decresceu, uma vez que a praça bancária de Viçosa obteve índices de aplicação menores que 1.

A Subzona II, com 4 praças bancárias, com índice de aplicação maior que 1, em 1960, aplicava 24,54% do total da Zona da Mata. Em 1968, estas praças aumentaram para 7 e o percentual de suas aplicações passou para 30,65%. Das três Subzonas, na característica considerada, é a mais aplicadora de recursos e nela destaca-se a praça bancária de Cataguases e Muriaé.

A Subzona III tinha, em 1960, 2 praças bancárias com índice de aplicação maior que 1. Em 1968, eram 9 e aplicavam 13,19% do volume total da Zona da Mata. Esta Subzona é a mais aplicadora, quando se considera todas as suas praças bancárias.

Em 1968, eram 44 praças bancárias na Zona da Mata, onde 14 com volume de depósitos grande e muito grande captavam 89,03% dos depósitos e aplicavam 90,44% do total das aplicações da Zona da Mata. É provável que estas evidências prevaleçam sobre a capilaridade bancária, condicionando a atuação do sistema bancário às praças de maior operacionalidade.

QUADRO 23 - Participação Percentual das Praças Bancárias do Índice de Aplicação é Maior que 1, no Volume Total das Aplicações na Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. Valores Absolutos Deflacionados (Período 1965/67 = 100).

Subzona	Praça	Aplicações					
		Percentual			Índice		
		1960	1966	1968	1960	1966	1968
I	Ponte Nova	6,47	5,75	6,28	1,23	1,12	1,42
	Manhumirim	4,07	6,13	3,84	1,28	2,88	2,59
	Manhuaçu	4,02	4,55	6,01	1,44	1,56	2,98
	Raul Soares	2,90	1,96	2,18	1,65	2,04	2,14
	Viçosa	2,32	-	-	1,06	-	-
	Espera Feliz	-	0,01	0,09	-	1,02	1,29
	Rio Casca	-	-	0,48	-	-	1,02
	TOTAL	19,78	18,40	18,88			
II	Cataguazes	8,70	8,59	8,20	2,16	2,44	2,06
	Carangola	4,77	4,89	4,20	1,03	1,81	1,16
	Muricé	4,48	5,82	7,51	1,09	1,37	1,88
	Além Paraíba	4,04	3,17	4,69	1,14	1,15	1,83
	Leopoldina	2,55	4,29	5,17	-	1,47	1,53
	Recreio	-	-	0,51	-	-	1,17
	Volta Grande	-	-	0,37	-	-	1,36
	TOTAL	24,54	26,76	30,65			
III	Bicas	2,99	-	1,44	1,46	-	1,02
	Ubaí	6,47	4,12	5,47	1,42	1,16	1,66
	Mercês	-	0,19	0,15	-	1,23	1,14
	Rio Pomba	-	1,49	1,36	-	1,54	1,49
	São João Nepomuceno	-	1,71	2,69	-	1,14	1,80
	Mar de Espanha	-	-	0,24	-	-	1,03
	Rio Nôvo	-	-	0,25	-	-	1,11
	Tocantins	-	-	0,33	-	-	2,09
	Visconde Rio Branco	-	-	1,28	-	-	1,05
	TOTAL	9,46	7,51	13,19			
Total Subzonas		53,78	52,67	62,72			
Total Zona da Mata		100,00	100,00	100,00	0,97	1,03	1,20

4.1.6. Aplicações Bancárias pelos Setores Econômicos. O Setor Agrícola e os Demais Setores

A análise de distribuição percentual das aplicações bancárias entre os setores econômicos, nos anos de 1960, 1966 e 1968, evidencia a ausência de um setor definido e evolutivo na Zona da Mata. Esta indefinição imprime ao sistema bancário uma flexibilidade nas suas aplicações, caracterizada pela variação percentual entre os setores econômicos, nos anos considerados (Quadro 24).

QUADRO 24 - Distribuição Percentual das Aplicações Bancárias entre os Setores Econômicos da Zona da Mata, Minas Gerais, Segundo as Subzonas, nos Anos de 1960, 1966 e 1968.

Ano	Setor	Subzonas			
		I	II	III	Zona
1960	Comércio	9,46	8,07	13,39	30,92
	Indústria	2,33	7,79	20,27	29,39
	Lavoura	8,32	6,24	5,83	20,39
	Pecuária	1,07	2,40	2,01	5,48
	Particulares	1,63	2,84	9,35	13,82
	TOTAL	22,81	26,34	50,85	100,00
1966	Comércio	4,27	6,52	9,34	20,13
	Indústria	2,03	8,17	22,22	32,42
	Lavoura	12,54	10,53	6,18	29,25
	Pecuária	1,85	2,09	1,51	5,45
	Particulares	1,92	1,67	9,16	12,75
	TOTAL	22,61	28,98	48,41	100,00
1968	Comércio	4,63	7,96	13,47	26,06
	Indústria	1,47	6,84	12,80	21,11
	Lavoura	8,44	7,73	4,95	21,12
	Pecuária	5,02	5,81	5,19	16,02
	Particulares	1,77	2,85	11,07	15,69
	TOTAL	21,33	31,19	47,48	100,00

FONTE: Quadro 5 (Apêndice)

Considerando-se apenas o setor agrícola (lavoura e pecuária), verifica-se um incremento em sua participação relativa. Em 1960, neste setor eram aplicados 25,87% do volume total das aplicações da Zona da Mata. Em 1966, passou para 34,70% e em 1968, para 37,14%. Embora não haja evidências neste estudo, é possível que este incremento se deva à institucionalização do crédito rural e à maior disponibilidade de recursos originados pelas aplicações compulsórias.

Com relação aos demais setores, em 1960, o setor rural era o terceiro, quanto ao volume total de recursos aplicados. Nos anos de 1966 e 1968, transformou-se no setor privilegiado, absorvendo acima de 30% das aplicações. Neste setor, a lavoura propriamente dita tem recebido um volume maior de aplicação. Todavia, é na pecuária onde as fontes creditícias tem incrementado mais suas aplicações.

A distribuição das aplicações bancárias entre os setores econômicos e por tipos de bancos é analisada a seguir (Quadro 25).

Ao Banco do Brasil, correspondem 52,48% das aplicações bancárias da Zona da Mata. Dos 37,14%, aplicados no setor agrícola, em 1968, 22,14% foram por este estabelecimento. A atuação dos bancos estaduais e privados, quanto às aplicações, no setor agrícola, é semelhante. A participação da Caixa Econômica é relativamente pequena e no setor a pecuária tem sido mais contemplada.

Nas Subzonas, os setores apresentam-se mais definidos quanto às aplicações bancárias. Os totais aplicados pouco tem-se modificado, apesar de variações no percentual das aplicações entre os setores.

Na Subzona I, no setor agrícola foi aplicado, em 1960, 9,39% do total. Foi o segundo em importância, visto que o setor comércio era o predominante nas aplicações bancárias. Nos anos de 1960 e 1968, predominava o setor agrícola, onde foram aplicados 9,39 e 13,4% do volume total da Zona da Mata, respectivamente. Para a lavoura correspondiam, respectivamente, 8,32 e 8,44%. O Banco do Brasil é o mais atuante, aplicando no setor agrícola acima de 50% de suas aplicações nesta Subzona.

QUADRO 25 - Distribuição das Aplicações Bancárias por Tipos de Bancos e Caixa Econômica, Segundo as Subzonas, em 1968. (SalDOS em 31/12 - Valores em Cr\$ 1.000,00)

Setor	Aplicações por Tipos de Bancos e Caixa Econômica											
	Subzona I				Subzona II				Subzona III			
	Federal	Estado	Privados	Caixa	Federal	Estado	Privados	Caixa	Federal	Estado	Privados	Caixa
Comércio	5386	2077	956	-	10816	1631	2017	-	13758	4353	6475	-
Indústria	1873	602	203	-	8215	2155	2061	-	8070	7113	8092	-
Lavoura	10528	2642	2166	399	10593	1925	1546	179	4173	2680	2151	231
Pecuária	5375	1766	1980	993	5727	1934	2903	975	3852	2641	2939	405
Particulares	1386	978	858	2650	2889	801	1496	3124	2764	9003	8370	4375
TOTAL	24548	8065	6163	4042	38240	8446	10023	4278	32617	25690	28027	5011

Porcentual das Aplicações por Tipo de Bancos e Caixa Econômica

Comércio	2,96	1,14	0,53	-	5,95	0,90	1,11	-	7,57	2,34	3,56	-
Indústria	1,03	0,33	0,11	-	4,52	1,18	1,13	-	4,44	3,91	4,45	-
Lavoura	5,79	1,45	1,19	0,22	5,83	1,06	0,85	0,10	2,29	1,47	1,18	0,13
Pecuária	2,96	0,97	1,09	0,55	3,15	1,07	1,60	0,54	2,12	1,45	1,62	0,22
Particulares	0,76	0,54	0,47	1,46	1,59	0,44	0,82	1,71	1,52	4,96	4,60	2,41
TOTAL	13,50	4,43	3,39	2,23	21,04	4,65	5,51	2,35	17,94	14,13	15,41	2,76

FONTE: CIEF - Ministério da Fazenda e Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Observação: Os valores da Caixa Econômica do Estado referem-se às aplicações efetivas, razão pela qual não foram totalizadas às aplicações bancárias no Cálculo porcentual. Então, aplicações bancárias = 100. Aplicações bancárias + aplicações Caixa do Estado = 107,34%.

Na Subzona II, o setor agrícola foi, desde 1960, predominante, e manteve um crescimento progressivo na sua participação relativa, quanto às aplicações bancárias. O Banco do Brasil é a principal fonte creditícia para o setor, onde são aplicados mais de 40% das aplicações deste Banco nesta Subzona.

Na Subzona III, é onde as aplicações no setor agrícola tem sido as menores, mesmo quando comparadas com as demais Subzonas. Este setor é o terceiro em importância, sendo superado nas aplicações pelos setores comércio e indústria. O Banco do Brasil é também a principal fonte de crédito para o setor.

Agregando-se as praças bancárias, quando ao índice de aplicação (Quadros 26 e 27), ressalta a importância do setor agrícola para aquelas com índice de aplicação maior que 1, onde aplicam 50,23% do volume total de suas aplicações. Para as praças bancárias, com índice menor que 1, a participação do setor agrícola na distribuição percentual das aplicações é a menor dentre os setores considerados. Todavia, entre estas praças encontra-se uma com um volume total de aplicações muito elevado e onde a participação relativa do setor agrícola é pequena. Excluindo-se esta praça bancária, as demais assemelham-se àquelas com o índice de aplicação maior que 1.

Isoladamente, o percentual de aplicação no setor rural, por praça bancária, oscila entre 27,05 a 90,37%, entre as praças bancárias com índice de aplicação maior que 1 e, de 7,41 a 82,57%, onde o índice de aplicação é menor que 1. Em geral, o percentual de aplicações no setor agrícola é maior onde a concentração de agências, por praça, é baixa.

Entre as Subzonas, verifica-se um comportamento análogo entre os grupos das Subzonas I e II. Em conjunto, as praças bancárias, com índice de aplicação menor que 1, da Subzona III, tem o menor volume percentual de aplicação no setor rural.

QUADRO 26 - Distribuição Percentual das Aplicações Inter-Setoriais pelas Praças Bancárias, cujo Índice de Aplicação é Maiores que 1, por Subzonas, em 1968. (Total Aplicado por Praça Bancária = 100)

Sub-zona	Praças	Percentual das Aplicações				
		Comér- cio	Indús- tria	Lavoura	Pecuá- ria	Parti- cular
I	Ponte Nova	18,34	16,40	36,82	18,20	10,24
	Manhumirim	46,24	2,35	22,47	22,53	6,41
	Manhuaçu	14,31	2,51	50,36	26,52	6,30
	Raul Soares	12,43	5,18	48,74	27,74	5,91
	Espera Feliz	8,62	8,04	66,10	12,64	4,60
	Rio Casca	21,40	5,15	18,65	39,24	15,56
	TOTAL	22,08	7,50	39,27	23,33	7,82
II	Cataguazes	28,93	34,30	19,30	7,75	9,72
	Carangola	30,14	5,96	29,23	28,57	6,10
	Muriaé	4,31	28,03	37,18	20,00	10,48
	Além Paraíba	35,58	20,91	16,73	18,94	7,84
	Leopoldina	37,85	12,92	19,69	19,75	9,76
	Recreio	12,81	2,45	24,12	55,07	5,55
	Volta Grande	9,91	2,96	24,41	52,96	9,76
TOTAL	25,09	22,31	24,86	18,68	9,06	
III	Bicas	30,45	8,05	19,11	27,81	14,58
	Ubá	41,62	18,24	24,30	7,46	8,38
	Mercês	1,40	4,90	53,15	36,35	4,20
	Rio Pomba	11,12	3,54	37,69	35,16	12,49
	São João Nepomuceno	25,78	17,05	26,94	24,04	6,19
	Mar de Espanha	4,26	-	65,47	19,06	11,21
	Rio Nôvo	60,00	-	12,92	27,08	-
	Tocantins	7,01	0,16	53,34	37,03	2,46
	Visconde do Rio Branco	9,33	15,72	51,88	13,17	9,89
	TOTAL	29,27	13,82	29,91	18,13	8,87
Total Subzonas	25,07	16,06	30,26	19,97	8,64	
Zona da Mata	- TOTAL	24,26	19,81	20,09	15,97	19,99

FORNTE: Quadro 6 (Apêndice)

QUADRO 27 - Distribuição Percentual das Aplicações Inter-setoriais pelas Praças Bancárias de Índice de Aplicação menor que 1, por Subzonas, em 1968. (Total Aplicado por Praça Bancária = 100)

Sub-zona	Praças	Percentual das Aplicações				
		Comér- cio	Indús- tria	Lavoura	Pecuá- ria	Parti- cular
I	Abre Campo	8,62	-	75,00	-	16,38
	Alto Rio Doce	7,83	-	33,00	48,84	10,33
	Divino	5,18	-	38,51	42,07	14,24
	Matipó	9,63	-	58,26	24,31	7,80
	Paula Cândido	27,03	28,38	27,03	-	17,57
	Presidente Soares	17,30	-	37,13	37,55	8,02
	Teixeiras	16,89	0,67	29,73	31,76	20,95
	Viçosa	26,27	3,55	40,66	16,54	12,98
	Lajinha	11,88	-	45,87	38,28	3,97
	TOTAL	18,89	2,36	41,69	24,95	12,11
II	Miraf	94,64	-	-	-	5,36
	Palma	24,79	7,02	29,76	12,81	25,62
	Tombos	20,00	0,86	35,27	30,11	13,76
	TOTAL	46,85	1,95	21,85	15,83	13,52
III	Astolfo Dutra	21,06	11,06	9,29	51,89	6,70
	Bias Fortes	-	-	-	74,07	25,93
	Guarani	13,82	6,91	34,16	39,74	5,37
	Guidoval	48,39	-	45,16	-	6,45
	Guiricema	33,34	-	31,48	-	35,18
	Juiz de Fora	28,52	33,90	2,11	5,30	29,99
	Lima Duarte	22,62	11,45	0,28	55,03	10,61
	Matias Barbosa	11,76	0,98	6,86	26,94	52,46
	Santos Dumont	24,65	16,57	7,33	30,72	20,73
	São Geraldo	22,03	4,24	38,98	13,56	21,19
	TOTAL	27,97	31,98	2,91	8,13	28,86
	Total Subzonas	27,67	29,54	5,77	9,36	27,51
	Zona da Mata - TOTAL	24,26	19,81	20,09	15,97	19,99

FONTE: Quadro 7 (Apêndice)

4.1.7. A Capilaridade Bancária da Zona da Mata e seu Desempenho em Crédito Rural

Com relação à distribuição do crédito rural, as 16 agências do Banco do Brasil indicaram, como área de sua jurisdição, 114 municípios da Zona da Mata, onde operam paralelamente com 136 agências de outros estabelecimentos bancários (Quadro 28). Abrangendo a Zona da Mata 123 municípios, a exclusão de 9 deles, não significa não atendimento, porque na amostra tomada junto àquelas agências, observou-se que 117 municípios foram abrangidos, além de outros fora da Zona da Mata. As agências de bancos estaduais e privados tendem a operar somente nas praças sedes.

Computando-se as operações de custeio e investimento agrícola e pecuário, independente da modalidade, a rede bancária realizou, em 1969, .. 19.514 operações em crédito rural. Destas, 89,08% correspondem ao Banco do Brasil e 10,92% aos bancos estaduais, privados e Caixa Econômica.

Estabelecendo-se a relação entre o número de operações em crédito rural e o número de estabelecimentos rurais, obtém-se 1:3,9, significando que, no máximo, 25,25% dos estabelecimentos rurais estariam sendo atingidos pelo crédito rural, através da rede bancária da Zona da Mata.

Na Subzona I, foram realizadas 32,50% do total das operações em crédito rural, sendo 29,33% pelo Banco do Brasil. As operações para fora dos municípios sedes deste banco evidencia sua atuação quase exclusiva em crédito rural. Nesta Subzona I, localizam-se 42,92% dos estabelecimentos rurais da Zona da Mata e 15,52% estariam sendo atingidas pelas agências bancárias, fazendo com que a relação operação/estabelecimento rural seja mais baixa dentre as Subzonas.

Na Subzona II, foram realizadas maior número de operações em crédito rural. Localizando 18,41% dos estabelecimentos rurais da Zona da Mata, tem uma relação quanto ao número de operações em crédito rural de 1:1,7, significando que 56,59% de seus estabelecimentos seriam atingidos pelo crédito rural.

QUADRO 28 - Número das Operações Realizadas em Crédito Rural pela Rede Bancária da Zona da Mata, Minas Gerais, em 1969, e sua Distribuição Tendo como Referência as Praças Sede de Agências do Banco do Brasil, SA e Respectivas Áreas de Jurisdição. Operações Efetivas em Custeio e Investimento Agrícola e Pecuário.

Sub- zona	Jurisdição de Municípios			Número de Operações						Número de		Relação Operação/ Estabele- cimentos Rurais
	Banco do Brasil (Censo)	Banco do Brasil (Amostra)	De Outros Bancos (*)	Na Sede		Para Outros Municípios		Total		Total	Estabele- cimentos Rural	
				Banco Brasil	Outros	Banco Brasil	Outros	Banco Brasil	Outros	Geral		
I	43	45	37	1491	504	4235	245	5726	749	6475	40.879	1:6,4
II	31	32	42	2725	518	4293	340	7018	858	7876	14.322	1:1,8
III	40	40	57	1463	284	3175	241	4638	525	5163	22.154	1:4,3
Zona	114	117	136	5679	1306	11703	826	17382	2132	19514	77.265	1:3,9
<u>Número Percentual das Operações</u>												
I	-	-	-	7,64	2,58	21,71	1,25	29,35	3,83	33,18	42,92	15,52
II	-	-	-	13,96	2,65	22,00	1,74	35,97	4,39	40,36	18,41	56,59
III	-	-	-	7,50	1,45	16,27	1,23	23,77	2,69	26,46	28,67	23,13
Zona	-	-	-	29,10	6,68	59,98	4,22	89,09	10,91	100,00	100,00	25,27

(*) número de municípios com outros estabelecimentos bancários na área considerada.

A Subzona III, com maior número de agências bancárias, é a menos atuante em crédito rural, quanto ao número de operações realizadas. Com 28,67% dos estabelecimentos rurais da Zona da Mata, tem relação de atendimento de 1:4,3 ou que 21,1% de seus estabelecimentos rurais estariam sendo atingidos pelo crédito rural.

Analisando-se o número de operações realizadas por mutuário e no ano, verifica-se que o crédito rural contempla um número menor de estabelecimentos rurais.

Em 1969, no Banco do Brasil, 68% dos mutuários solicitaram um financiamento e 4% o fizeram quatro vezes, que corresponde ao número máximo de solicitações por mutuário, no ano (Quadro 29).

QUADRO 29 - Frequência Relativa do Número de Operações Realizadas por Mutuário no Ano e o Total de Operações já Realizadas no Banco*, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Sub- zona	Número de Operações	Número de Mutuários	Operações Realizadas por Mutuário							
			No Ano				Total			
			1	2	3	4	1	2 a 5	6 a 10	+ 10
I	219	173	67	25	6	2	11	50	24	15
II	250	117	65	23	7	5	20	35	28	17
III	173	138	72	22	3	3	12	32	36	20
Zona	642	478	68	23	5	4	15	37	30	18

* Banco do Brasil SA

Nas três Subzonas, o percentual de operações realizadas por mutuário é semelhante.

Tem-se, ainda, que a expansão do crédito rural é relativamente lenta, visto que o número total de operações realizadas pelo Banco do Brasil, em 1969, somente 15% foram com novos mutuários, e quase 50% o foram com mutuários tradicionais (Quadro 29).

Na Subzona I, 50% das operações foram realizadas com mutuários que já operaram duas a cinco vezes com o Banco. Na Subzona II, destaca-se o número de mutuários novos e na Subzona III o destaque está nas operações com mutuários tradicionais, com mais de seis operações no banco.

Com base nos estabelecimentos que obtiveram "crédito rural orientado", verifica-se que 65% utilizam mais de uma fonte de crédito. Dêstes, 40% tem financiamento no Banco do Brasil, 25% nos bancos estaduais e privados, e 10% na Caixa Econômica, e 10% com particulares. A utilização de duas fontes de crédito é mais freqüente, visto que 44% dos mutuários tem dois créditos pendentes. Entre as Subzonas, destaca-se o percentual elevado de mutuários com três créditos pendentes, na Subzona II e na Subzona III, onde o crédito à particulares é muito solicitado (Quadro 30).

Considerando-se as fontes de crédito rural e o número de operações realizadas, verifica-se que o acesso direto ao crédito rural além de restringir-se a um número limitado de praças bancárias, contempla um número restrito de estabelecimentos rurais.

Quanto às praças bancárias, esta limitação pode condicionar o princípio do crédito oportuno a um prazo maior no atendimento das solicitações dos financiamentos (Quadro 31).

Para a Zona da Mata, o prazo de atendimento é variável, segundo o tipo de estabelecimento e a modalidade de crédito. Para o Banco do Brasil, o prazo normal é de 30 dias, variando, porém, entre as Subzonas. Suas agências da Subzona I são mais breves no atendimento das solicitações. E onde as solicitações deferidas no dia são mais freqüentes. Para este banco, o prazo mínimo de atendimento foi no dia e o prazo máximo, 300 dias.

Para o bancos estaduais e privados, as solicitações são atendidas, geralmente, em 7 dias e no máximo em 18. A Caixa Econômica tem os prazos de atendimento mais prolongados, oscilando desde um dia até 190, sendo o prazo mais freqüente de 120 dias. O crédito rural orientado tem, igualmente, demora no seu atendimento, O prazo mínimo foi 4 dias, e o máximo 270 dias.

QUADRO 30 - Frequência Relativa dos Créditos Pendentes no Ano, por Mutuário e Fontes Creditícias Procuradas.
Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Subzonas	Número de Mutuários	Porcentual de Mutuários							
		Créditos Pendentes				Fontes			
		1	2	3	4	Banco do Brasil	Bancos Es taduais e Privados	Caixa Econômica	De Particula res
I	29	34	48	17	1	48	28	10	6
II	12	34	33	33	-	60	16	16	8
III	25	36	48	16	-	28	28	8	16
ZONA	66	35	44	19	2	40	25	10	10

FONTE: Operações de crédito rural orientado (ACAR).

QUADRO 31 - Atendimento das Solicitações, por Tipo de Bancos e Subzonas, Incluindo o Crédito com Assistência Técnica, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Atendimento (dias)	Frequência															
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				Crédito com Assis tência Técnica			
	I	II	III	Total	I	II	III	Total	I	II	III	Total	I	II	III	Total
no dia	40	19	10	69	2	1	-	3	1	10	1	12	-	1	5	6
1 - 5	18	21	21	60	-	5	-	5	1	-	-	1	4	-	3	7
6 - 15	57	57	32	146	6	7	-	13	-	-	-	-	7	2	-	9
16 - 30	65	55	49	169	-	2	-	2	2	-	-	2	10	2	8	20
mais de 30	39	98	61	198	-	-	-	-	4	-	6	10	3	5	7	15
<u>Tempo</u>																
mínimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
máximo	300	230	221	300	7	18	-	18	190	-	120	190	130	270	160	270
moda	20	30	20	30	7	7	-	7	100	-	-	120	20	-	20	20

Das 48 agências pesquisadas, somente 10 reconheceram haver demora no atendimento das solicitações de financiamentos. Estas indicaram como causas de demora, por ordem de importância, as seguintes: 1) necessidade de avaliação; 2) avalistas; 3) operações centralizadas; 4) solicitações muito antecipadas e, 5) situação irregular do proponente.

4.2. Funcionalidade

As características do crédito rural impõem ao sistema bancário uma mecânica operacional distinta das tradicionais, visto exigir aspectos funcionais peculiares. É essencial a existência de um setor especializado com pessoal capacitado para aplicar eficientemente o crédito rural. Nos estabelecimentos bancários auxiliares, este setor além de preencher uma exigência legal, pode reduzir os riscos inerentes à própria operação, bem como seus custos em decorrência da eficiência funcional e administrativa.

Neste aspecto, a funcionalidade poderá contribuir para o objetivo final do crédito rural, quando adota políticas e programas adequados à realidade onde atuará.

Para o empresário rural, ela possibilita a obtenção de crédito fácil e oportuno, tendo em vista o número, valor e a época de utilização dos recursos, características exclusivas do crédito rural.

4.2.1. Carteira de Crédito Rural

Todos os estabelecimentos bancários, em estudo, possuem a carteira de crédito rural.

A nível de agências, somente as do Banco do Brasil estão dotadas de uma seção própria para as operações de crédito rural (Quadro 32). Todavia,

QUADRO 32 - Autonomia das Agências Creditícias nas Decisões para Aplicação dos Recursos em Crédito Rural, Segundo o Tipo de Estabelecimento Bancário. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969.

Decisões	Número de Agências Quanto a Autonomia por Tipo de Bancos								
	Banco do Brasil			Estaduais e Privados			Caixa Econômica		
	Plena	Parcial	Nula	Plena	Parcial	Nula	Plena	Parcial	Nula
Na Aplicação de Recursos	16	-	-	10	5	-	6	5	-
Na Concessão de Financiamentos	16	-	-	9	6	-	6	5	-
Na Fixação do Valor	-	16	-	2	13	-	4	7	-
Na Determinação das Garantias	16	-	-	15	-	-	6	5	-
Na Escolha dos Instrumentos de Crédito Rural	16	-	-	14	1	-	8	3	-

sua autonomia está restrita quantitativamente a limites operacionais ou alçadas, variáveis segundo a categoria da agência, à finalidade e por mutuário. A determinação destes limites operacionais independe diretamente das agências e sua alteração não é freqüente. As atuais vigoram desde 1969. O volume das operações passivas é o fator decisivo, uma vez que estabelece a categoria da agência e, conseqüentemente, sua alçada ou alçadas.

As agências classificam-se, quanto às categorias, entre A e H, além da categoria I, considerada subagência. As 16 agências da Zona da Mata pertencem às categorias indicadas no quadro 33.

QUADRO 33 - Categorias das Agências do Banco do Brasil, na Zona da Mata, Minas Gerais, 1969/70

Categoria	Alçada (Cr\$ 1.000,00)	Agência
A	120	-
B	110	Juiz de Fora
C	110	-
D	90	Cataguazes
E	90	Ponte Nova
F	80	Além Paraíba, Carangola, Manhuaçu, Manhumirim, Muriaé e Ubá
G	80	Leopoldina
H	80	Bicas, Rio Pomba, Raul Soares, Santos Dumont, São João Nepomuceno e Viçosa

FONTE: Agências do Banco do Brasil da Zona da Mata. Circular CREA n.º 249, 8/10/69.

Operações dentro destes limites poderão ser realizadas nas agências correspondentes e as excedentes são também deferidas, porém, com a aprovação da Direção Central. Raramente as operações em crédito rural excedem as alçadas da carteira, ou mesmo de sua finalidade, em razão das limitações impostas pelo cadastro do mutuário.

Entre as agências de estabelecimentos estaduais e privados, em decorrência da ausência de uma seção exclusiva para o crédito rural, a autonomia é limitada e variável, tanto entre bancos como entre as agências. Estes estabelecimentos concedem às suas agências autonomia parcial para a aplicação dos recursos, para a concessão do financiamento e fixação do valor do financiamento.

Na Caixa Econômica, há outros fatores que condicionam as operações correntes de crédito rural e impedem a caracterização da autonomia de suas agências. Dentre as 16, em estudo, 4 não operaram com crédito rural, 4 eram plenamente autônomas e nas demais a autonomia restringia-se a algumas decisões.

4.2.2. Aspectos Administrativos

O número de funcionários nas agências das praças bancárias em estudo está entre 2 e 160, sendo as agências com 6 a 10 pessoas as mais frequentes (Quadro 34).

As agências do Banco do Brasil dispõem de maior efetivo, geralmente entre 21 e 50 funcionários. Entre os estabelecimentos estaduais e privados, contam, geralmente, com 6 a 50 funcionários. Entre elas as que contam com 16 a 20 pessoas são as mais frequentes. As agências da Caixa Econômica com 6 a 10 funcionários são as mais frequentes.

Entre as Subzonas, por tipos de bancos, as agências não apresentaram características específicas, e cada Subzona identifica-se com as características gerais da Zona da Mata.

Quanto ao número de funcionários, na Carteira Agrícola, a condição mais frequente para as agências do sistema bancário da Zona da Mata é não dispor de nenhum funcionário exclusivo para este setor. O Banco do Brasil, com uma seção específica, é o estabelecimento que mantém maior número de funcionários exclusivos para esta finalidade. Suas agências dispõem, no mínimo, de 2 elementos na carteira agrícola. Todavia, as agências com 6 a 10

QUADRO 34 - Distribuição das Agências Quanto ao Número Total de Funcionários e Número de Funcionários na Carteira Agrícola, por Tipos de Bancos e Subzonas, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Número de Funcionários	Número de Agências												Total
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata			
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
NA AGENCIA													
1 - 5	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	3	3
6 - 10	-	-	2	-	-	4	-	1	3	-	1	9	10
11 - 15	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	3
16 - 20	-	-	-	-	2	-	2	2	-	2	4	-	6
21 - 30	3	2	-	1	1	-	1	-	-	5	3	-	8
31 - 50	1	-	-	3	1	-	1	1	-	5	2	-	7
+ 51	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	2
NA CARTEIRA AGRICOLA													
0	-	2	5	-	2	5	-	3	6	-	7	16	23
1	-	2	-	-	3	-	-	3	-	-	9	-	9
2 - 5	2	-	-	1	-	-	3	-	-	6	-	-	6
6 - 10	2	-	-	4	-	-	2	-	-	8	-	-	8
+ 11	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	2

A - Banco do Brasil SA; B - Bancos Estaduais e Privados; C - Caixa Econômica do Estado.

funcionários são as mais frequentes, e as agências da Subzona II possuem maior número de funcionários nesta seção. Das agências dos estabelecimentos estaduais e privados, 9 indicaram um funcionário exclusivo, ou quase exclusivo, enquanto que a Caixa Econômica não dispõe de qualquer funcionário efetivo para operar em crédito rural. No primeiro caso, explica-se pelo caráter sazonal e o pequeno volume de recursos destinados ao crédito rural. No segundo, é provável que a ênfase atribuída ao crédito orientado tenha liberado suas agências de funcionários lotados neste setor.

Nas 48 agências estudadas, há um efetivo de 108 pessoas nas cartilhas agrícolas, das quais 103 pertencem ao Banco do Brasil. Dessas, 80 ocupam cargos administrativos e 23 ocupam cargos de fiscalização. Do total, 23 são funcionários qualificados em cursos técnico-científicos, assim distribuídos: 7 Engenheiros-Agrônomos, 3 Veterinários, 4 Economistas, 1 Advogado e 8 Técnicos Rurais. Todos são funcionários do Banco do Brasil, desempenhando, geralmente, funções de fiscalização (Quadro 35).

Há 13 funcionários com treinamento em crédito rural, sendo 7 do Banco do Brasil, 4 de estabelecimentos estaduais e privados, e 2 da Caixa Econômica.

QUADRO 35 - Número de Funcionários Quanto a Categoria, Qualificação e Treinamento em Crédito Rural, por Tipos de Bancos e Subzonas, nas Carteiras Agrícolas, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Especificação	Número de Funcionários												Total
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata			
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
CATEGORIA													
Administrativos	24	3	-	26	1	-	30	1	-	80	5	-	85
Fiscais	7	-	-	9	-	-	7	-	-	23	-	-	23
TOTAL	31	3	-	35	1	-	37	1	-	103	5	-	108
QUALIFICAÇÃO													
Agrônomos	5	-	-	-	-	-	2	-	-	7	-	-	7
Veterinários	-	-	-	1	-	-	2	-	-	3	-	-	3
Economistas	-	-	-	1	-	-	3	-	-	4	-	-	4
Advogados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Técnicos Rurais	3	-	-	2	-	-	3	-	-	8	-	-	8
TOTAL	9	-	-	4	-	-	10	-	-	23	-	-	23
TREINAMENTO EM CRÉDITO													
RURAL	3	2	-	2	1	1	2	1	1	7	4	2	13

A - Banco do Brasil S.A.; B - Bancos Estaduais e Privados; C - Caixa Econômica do Estado.

4.2.3. Relações Funcionais

A seguir estudam-se as relações entre o número de funcionários na agência e na carteira agrícola, o número de funcionários na carteira agrícola e o número e valor das operações em crédito rural, por agências e por tipos de bancos. Estas relações evidenciam, em certo grau, a ênfase e a eficiência das carteiras agrícolas. Uma relação funcional baixa indica que o número de funcionários na carteira agrícola, em relação à agência, é alto. Quanto à eficiência, admite-se que uma agência o seja quando tem relação funcional alta, com elevado número de operações e volume de crédito rural aplicado por funcionário (Quadro 36).

Separando-se as praças bancárias por Subzonas e ordenando-as proporcionalmente ao número de operações realizadas, pode-se verificar este conceito entre as agências, por tipos de bancos.

Na Subzona I, a agência do Banco do Brasil de Manhuaçu destaca-se como sendo a mais eficiente na aplicação de crédito rural. A agência de Ponte Nova, proporcionalmente ao número de operações, é a mais atuante em crédito rural, porém, tem a relação funcional mais baixa, bem como o número de operações realizadas por funcionário, na carteira agrícola. Todavia, o valor aplicado por funcionário é dos mais elevados. A agência de Viçosa tem a relação funcional mais alta. É a segunda quanto ao número de operações por funcionários, porém, sua relação quanto ao valor aplicado é baixa. Estas duas agências evidenciam uma situação onde, não raro, a eficiência da agência está condicionada às condições sócio-econômicas da sua área de atuação. A agência de Viçosa poderia aumentar o volume de suas aplicações, dispondo de mais funcionários na carteira agrícola, porém, o valor aplicado por funcionários, não seria incrementado, em razão da pequena capacidade de absorção de recursos pelos empresários minifundiários, em relação às políticas de crédito deste estabelecimento.

Nesta Subzona, entre as agências de estabelecimentos estaduais e privados, destaca-se a do Banco do Estado de Minas Gerais de Ponte Nova.

QUADRO 36 - Relações Funcionais das Agências de Algumas Praças Bancárias da Zona da Mata, Minas Gerais, 1969.

Praça Bancária	Banco do Brasil S.A.			Bancos Estaduais e Privados			Porcentual das Operações
	1	2	3	1	2	3	
<u>Subzona I</u>							
Ponte Nova	1:4,0	1:126	1:359,9	1:27	1:75	1:799,0	10,36
Manhuaçu	1:5,0	1:223	1:416,5	-	1:26	1:23,0	10,06
Manhumirim	1:4,8	1:166	1:131,3	1:11	1:22	1:138,0	5,24
Raul Soares	1:5,0	1:177	1:102,7	-	-	-	3,77
Viçosa	1:8,0	1:190	1:133,0	-	-	-	3,53
<u>Subzona II</u>							
Muriae	1:7,5	1:395	1:930,8	-	-	-	13,84
Carangola	1:4,6	1:228	1:464,1	-	-	-	10,73
Cataguazes	-	1:151	1:323,4	-	-	-	8,35
Leopoldina	1:7,0	1:125	1:362,3	1:31	1:51	1:379,8	4,81
Além Paraíba	1:5,4	1:113	1:377,8	-	-	-	3,51
<u>Subzona III</u>							
Ubá	1:4,9	1:105	1:198,8	-	-	-	6,44
Rio Pomba	1:3,8	1:181	1:402,6	-	-	-	4,93
São João Nepomuceno	1:3,8	1:140	1:261,3	-	-	-	4,81
Juiz de Fora	1:17,7	1:79,2	1:166,3	1:43	1:110	1:771,3	4,50
Santos Dumont	1:-	1:148	1:316,5	1:10	1:42	1:305	3,20
Bicas	1:8,5	1:218	1:555,5	1:20	1:20	1:33,5	2,35

1 = Número de Funcionários na Carteira Agrícola pelo Número Total na Agência.

2 = Número de Operações de Crédito Rural por Funcionário na Carteira Agrícola.

3 = Valor em Cruzeiros Aplicados em Crédito Rural por Funcionário na Carteira Agrícola (em Cr\$ 1.000,00).

Na Subzona II, a agência do Banco do Brasil de Muriaé destaca-se como a mais eficiente. É a agência que efetuou maior número de operações em crédito rural, na Zona da Mata, bem como a que apresenta a melhor relação entre o número de operações e o valor aplicado por funcionário da carteira agrícola. As agências de Além Paraíba e Cataguazes apresentaram a menor relação entre o número de operações e o valor aplicado por funcionário, respectivamente.

A Subzona III tem a agência do Banco do Brasil de Minas Gerais como a mais eficiente. A agência de Juiz de Fora tem a relação funcional mais alta, porém, as relações número de contratos e valor aplicado por funcionário são as menores desta Subzona. É nesta praça bancária onde os bancos estaduais e privados são mais eficientes, quanto às relações em estudo.

Em conjunto, verifica-se que o Banco do Brasil poderá atingir melhor eficiência funcional em algumas agências, mesmo naquelas onde apresentam maior percentual de aplicações no setor agrícola. Nos bancos estaduais e privados, a carência de recursos para o crédito rural já é um fator limitante à maior eficiência funcional.

4.2.4. Assessoramento Técnico

O assessoramento técnico é uma exigência legal para os órgãos vinculados e auxiliares operarem com crédito rural. Os estabelecimentos integrantes básicos, em razão de sua estrutura e condição, não foram enquadrados nesta exigência (8). Entretanto, neste estudo, interessa verificar o entrosamento entre as fontes financeiras e os órgãos de assistência-técnica atuantes na Zona da Mata, mensurado pela modalidade do crédito rural orientado.

De 48 agências bancárias entrevistadas, 41 tinham realizado operações na modalidade de crédito rural orientado, onde a ACAR prestava a assistência técnica. Em duas agências do Banco do Brasil o PLAMAM tem assistido alguns financiamentos, e uma agência de banco privado tem convênio com técnicos devidamente credenciados pelo Banco Central (Quadro 37).

QUADRO 37 - Entidades Intervencionistas na Modalidade de Crédito Rural Orientado nas Agências Bancárias da Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Entidade	Tipos de Bancos			Total
	Banco Brasil	Estaduais e Privados	Caixa Econômica	
1. ACAR	13	12	16	41
2. PLAMAM	2	-	-	2
3. RURALMINAS	-	-	-	-
4. PARTICULARES	-	1	-	1

O crédito rural orientado é considerado mais produtivo e benéfica a assistência técnica prestada. Esta é a opinião dos gerentes e chefes de carteiras das agências dos bancos federais, estaduais e privados. Para os da Caixa Econômica, a vantagem está na assistência técnica e na fiscalização das aplicações (Quadro 38).

QUADRO 38 - Vantagens em Operar com Crédito Orientado, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Item	Tipos de Bancos			Total
	Banco Brasil	Estaduais e Privados	Caixa Econômica	
1. É mais produtivo	7	10	2	19
2. Dá assistência técnica	4	3	7	14
3. Fiscaliza a aplicação	1	4	3	8

Referindo-se ao crédito orientado, onde a ACAR é a entidade interveiente, há três limitações indicadas pelos entrevistados, pequena capacidade operacional, muito burocratizado e pouco entrosamento com as agências bancárias (Quadro 39).

QUADRO 39 - Limitações do Crédito Rural Orientado Quando a ACAR é a Entidade Interviente

Limitação	Tipos de Bancos			Total
	Banco Brasil	Estaduais e Privados	Caixa Econômica	
1. Atuação restrita ao município	1	-	-	1
2. Capacidade operacional	10	1	1	12
3. Muito burocratizado	1	1	-	2
4. Aceitação difícil	1	1	-	2
5. Pouco entrosamento	5	-	3	8
6. Aspecto comercial do crédito não observado	-	3	-	3

Por tipos de bancos, verificam-se algumas divergências. Para o Banco do Brasil, além da capacidade operacional, o pouco entrosamento são as principais limitações. Nas agências dos bancos estaduais e privados é o processo muito burocratizado e o aspecto comercial do crédito que não é observado. Na Caixa Econômica, seus gerentes alegaram como limitação o pouco entrosamento com as agências.

O que se verifica quanto ao assessoramento técnico é uma divergência de pontos-de-vista entre gerentes bancários e técnicos das entidades articuladas. Enquanto os primeiros analisam a operação quanto as garantias, os segundos procuram atender a capacidade potencial do empresário rural.

4.3. Recursos para o Crédito Rural

A Lei n.º 4.829/65 que sistematizou o crédito rural determinou as fontes de recursos internas e externas (art. 15), bem como o órgão mantenedor. O art. 16 especifica: "os recursos destinados ao crédito rural, de origem externa e interna, ficam sob o controle do Conselho Monetário Nacio

nal que fixará, anualmente, as normas de distribuição aos órgãos que participam do sistema de crédito rural" (8). Da diversidade de fontes de recursos surgiu a necessidade de reuni-los sob uma administração centralizada, sendo criado, então, o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria - FUNAGRI, pelo Decreto n.º 56.835. O controle e a coordenação dos recursos que constituem este Fundo ficou a cargo do Banco Central do Brasil.

Especificamente, para o crédito rural, o FUNAGRI tem duas subcontas: o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural - FNRR e o Fundo de Desenvolvimento da Pecuária - FUNDEPE. Em 1968/69, estas subcontas e mais os recursos destinados ao Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais - FUNFERPIL - apresentaram o seguinte movimento (Quadro 40).

QUADRO 40 - Fundos de Financiamentos Administrados pelo Banco Central do Brasil. Disponibilidade e Aplicações no Brasil. Saldos em 31/12/1968 e 1969 e em US\$ milhões.

Subconta	Disponíveis		Aplicados	
	1968	1969	1968	1969
FNRR	404,4	597,3	289,2	488,1
FUNDEPE	-	35,5	-	10,1
FUNFERPIL	41,1	61,3	32,4	61,2
TOTAL	445,1	694,1	321,6	559,4

FONTE: Banco Central do Brasil, Relatório 1969.

A Resolução n.º 69, de 22.9.67, do Banco Central do Brasil que obrigou a rede bancária privada a aplicar 10% dos seus depósitos em operações normais à agricultura, ou recolher a importância equivalente ao Banco Central do Brasil, constitui na principal fonte de recursos internos do FNRR (10).

Para a Zona da Mata, houve algumas limitações que impediram obter a composição dos recursos para o crédito rural. Todavia, considerando-se o âmbito regional desta pesquisa, bem como seu fim precípua, aquelas informa-

ções seriam menos importantes do que o conhecimento dos critérios de alocação e distribuição dos recursos para crédito rural na rede bancária. E ainda, o fornecimento de quantias realmente satisfatórias à cobertura das despesas orçadas implica na disponibilidade de recursos nas agências componentes do sistema bancário da Zona da Mata.

4.3.1. Consignação de Recursos Financeiros para as Agências Operar com Crédito Rural

Independente do tipo de estabelecimento bancário, a consignação de recursos financeiros para as agências bancárias da Zona da Mata operarem com crédito rural, baseia-se em três critérios: 1) consulta prévia à agência; 2) por dotação e 3) aplicações proporcionais ao volume dos depósitos (Quadro 41). Verifica-se, contudo, que os critérios são peculiares, segundo a fonte considerada.

Para as agências do Banco do Brasil, os recursos são consignados de acordo com as previsões ou estimativas de aplicação de cada uma. Outro critério, verificado especialmente na Sabzona II, é o interesse em operar com crédito rural. É provável que estes dois critérios evidenciaram-se em razão da origem dos recursos para o crédito rural, deste banco, classificados em "intra-limite" e "extra-limite". O "intra-limite" são recursos normais do banco e distribuídos segundo as previsões das agências. O "extra-limite" são aqueles recursos para as finalidades que gozam de privilégios especiais e independem dos limites da agência. As aplicações nas finalidades de custeio e investimento agrícola estão incluídas nos recursos "extra-limites".

Para as agências dos estabelecimentos estaduais e privados, o critério principal é a dotação de recursos financeiros específicos para o crédito rural. Neste grupo foi observado que alguns bancos realizam uma consulta prévia às suas agências, ou ainda, que o volume de recursos fica na dependência do interesse do gerente em operar com crédito rural.

Para as agências da Caixa Econômica, a consignação de recursos financeiros para crédito rural é proporcional ao volume dos depósitos de cada agência. O critério de dotação também é observado.

QUADRO 41 -- Critérios para a Distribuição de Recursos para Crédito Rural às Agências Bancárias Quanto aos Tipos de Bancos e por Subzonas, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Critérios	Número de Agências por Tipos de Bancos e Subzonas															
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				Total			
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata
1. Consulta prévia às agências	5	5	6	16	1	2	1	4	-	-	-	-	6	7	7	20
2. Dotação	-	-	-	-	3	4	1	8	2	3	1	6	5	7	2	14
3. Proporcional ao volume dos depósitos	-	-	-	-	-	-	2	2	1	5	5	11	1	5	7	13
4. Segundo o interesse do gerente	1	3	-	4	-	2	1	3	-	-	-	-	1	5	1	7
5. Contemplando Zonas de maior aplicabilidade	1	1	1	3	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	2	4
6. Segundo a capacidade funcional da agência	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	-	2
TOTAL	7	10	7	24	4	8	6	18	4	8	6	18	15	26	19	60

A disponibilidade destes recursos, nas agências, é variável, segundo o tipo de estabelecimento bancário a que pertencem. Para as agências do Banco do Brasil, os recursos disponíveis atendem à demanda de crédito e são escassos nas agências de outros estabelecimentos bancários. Esta condição de suficiência das agências do Banco do Brasil, deve-se, principalmente, às aplicações "extra-limites", enquanto que a disponibilidade nas agências dos demais estabelecimentos bancários dependem do volume de recursos próprios destinados ao crédito rural, do volume de recursos disponíveis compulsoriamente e do interesse destes bancos em se utilizar do redesconto.

Verificou-se que há praças bancárias cujos recursos excedem a demanda. Foi o caso das praças bancárias de Bicas, Raul Soares, Rio Pomba e Viçosa, no ano de 1969. Recursos liberados em época imprópria e a modalidade de crédito rural orientado foram os motivos apresentados pelos gerentes das agências, onde a disponibilidade de recursos não foi totalmente absorvida.

4.3.2. Distribuição dos Recursos entre as Finalidades Financeiras

Os critérios para distribuir os recursos financeiros entre as finalidades financeiras são diversos (Quadro 42). As agências procuram satisfazer a demanda de crédito para as finalidades tradicionais de sua área de jurisdição. Este procedimento é típico nas agências do Banco do Brasil. No grupo dos bancos estaduais e privados, a distribuição dos recursos pelas suas agências é mais específica, dependendo do estabelecimento considerado. Geralmente, procuram satisfazer a demanda ou sua distribuição depende da origem dos recursos. Às vezes, é indicada pela matriz ou ainda, o gerente seleciona alguns empresários rurais, quando seus recursos para crédito rural são escassos. Para as agências da Caixa Econômica, o critério principal para distribuir os recursos para crédito rural é satisfazer a demanda ou as finalidades contempladas dependem da origem dos recursos.

Analisa-se, a seguir, a distribuição do crédito rural quanto às finalidades classificadas em custeio agrícola e pecuário, investimento agrícola

QUADRO 42 - Critérios para a Aplicação dos Recursos de Crédito Rural entre as Finalidades Quanto aos Tipos de Bancos e por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Critérios	Número de Agências por Tipos de Bancos e Subzonas															
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				Total			
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata
1. Não há critério específico, atende a demanda	5	5	6	16	1	2	4	7	4	5	5	14	10	12	15	37
2. Depende da origem dos recursos	-	-	-	-	2	1	2	5	1	2	2	5	3	3	4	10
3. Finalidades são indicadas pela matriz	-	-	-	-	2	2	2	6	-	-	-	-	2	2	2	6
4. Entre clientes selecionados	-	-	-	-	1	2	1	4	-	-	-	-	1	2	1	4
TOTAL	5	5	6	16	6	7	9	22	5	7	7	19	16	19	22	57

e pecuário, segundo os tipos de bancos e por Subzonas, no triênio 1967/68/69 (Quadro 43).

Verifica-se que as finalidades classificadas em custeio agrícola tem absorvido maior soma de recursos. No triênio e em valores absolutos (apêndice) observa-se uma expansão das aplicações nestas finalidades. Porém, em relação aos totais aplicados, em 1969, houve um decréscimo em custeio e investimento agrícola, acompanhado de expansão em custeio e investimento pecuário.

A distribuição dos recursos entre as finalidades, pelas agências das Subzonas I e II, é semelhante. O custeio agrícola e o investimento pecuário são predominantes. Na Subzona III, ocorre o inverso. O custeio pecuário destaca-se somente na Subzona II.

Quanto aos estabelecimentos bancários, verifica-se que a expansão dos recursos havida no triênio e em valores correntes, deve-se ao Banco do Brasil, visto que o potencial de aplicações dos bancos estaduais e privados permaneceu praticamente constante, enquanto que a participação percentual da Caixa Econômica decresceu.

As agências do Banco do Brasil, embora contemplem as várias finalidades, destacam-se nas aplicações em custeio agrícola e investimento pecuário. No triênio, as agências da Subzona II expandiram suas aplicações em custeio pecuário. Na Subzona I, houve, proporcionalmente, uma diminuição no total dos recursos aplicados. Esta retração incidiu principalmente nas finalidades de custeio agrícola. Na Subzona III, as aplicações em investimento pecuário aproximam-se percentualmente das demais Subzonas. Provavelmente, estas finalidades seja as mais atrativas para a rede bancária desta Subzona.

Os bancos privados e estaduais distribuem seus recursos preferentemente entre custeio agrícola e investimento pecuário, e a Caixa Econômica destaca-se nas aplicações em investimento pecuário. Observa-se que somente a partir de 1969 os bancos estaduais e privados ampliaram suas aplicações ao custeio pecuário e ao investimento agrícola.

QUADRO 43 -- Distribuição Percentual do Valor das Aplicações em Crédito Rural Segundo as Finalidades Classificadas Em Custeio e Investimento Agrícola e Pecuário, Segundo os Tipos de Bancos e por Subzonas. Aplicações Efetivas nos Anos 1967, 1968 e 1969. Zona da Mata, Minas Gerais.

Finalidades	Porcentual das Aplicações por Tipos de Bancos e por Subzonas															
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				Total			
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata
<u>1967</u>																
Custeio agrícola	18,80	19,22	9,06	47,08	1,69	1,84	0,91	4,44	0,74	0,39	0,51	1,64	21,22	21,45	10,49	53,16
Custeio pecuário	2,28	1,48	1,37	5,13	-	-	-	-	-	-	0,01	0,01	2,28	1,48	1,38	5,14
Investimento agrícola	3,42	3,44	1,26	8,12	-	-	-	-	0,26	0,17	0,18	0,61	3,67	3,61	1,45	8,73
Investimento pecuário	6,84	6,28	5,07	18,19	2,55	3,27	3,17	8,99	1,78	0,98	3,03	5,99	11,17	10,55	11,25	32,97
TOTAL	31,34	30,42	16,76	<u>78,52</u>	4,24	5,11	4,08	<u>13,43</u>	2,78	1,54	3,73	<u>8,05</u>	38,34	37,09	24,57	<u>100,00</u>
<u>1968</u>																
Custeio agrícola	18,33	19,86	9,53	47,72	1,79	1,66	0,98	4,43	0,80	0,35	0,45	1,60	20,93	21,87	10,96	53,76
Custeio pecuário	0,81	2,71	1,66	5,18	-	-	-	-	-	0,01	0,01	0,02	0,81	2,72	1,67	5,20
Investimento agrícola	2,85	4,04	2,37	9,26	-	-	-	-	0,15	0,17	0,07	0,39	3,00	4,21	2,44	9,65
Investimento pecuário	7,50	7,32	4,96	19,78	3,18	2,55	0,94	6,67	1,89	2,06	0,99	4,94	12,56	11,93	6,90	31,39
TOTAL	29,49	33,93	18,52	<u>81,94</u>	4,97	4,21	1,92	<u>11,10</u>	2,84	2,59	1,52	<u>6,95</u>	37,30	40,73	21,97	<u>100,00</u>
<u>1969</u>																
Custeio agrícola	17,69	18,62	8,53	44,84 44,84	1,49	1,04	0,47	3,00	0,05	0,16	0,17	0,38	19,23	19,82	9,17	48,22
Custeio pecuário	1,71	3,04	1,89	6,64	0,17	1,22	0,51	1,90	-	0,01	0,01	0,02	1,88	4,27	2,41	8,56
Investimento agrícola	2,90	3,04	1,70	7,64	-	0,83	0,14	0,97	0,14	0,21	0,19	0,54	3,04	4,08	2,03	9,15
Investimento pecuário	7,54	7,30	6,86	21,70	3,38	2,13	2,85	8,36	1,32	1,67	1,02	4,01	12,24	11,10	10,73	34,07
TOTAL	29,84	32,00	18,98	<u>80,82</u>	5,04	5,22	3,97	<u>14,23</u>	1,51	2,05	1,39	<u>7,95</u>	36,39	39,27	24,34	<u>100,00</u>

FONTE: Quadro 8 (Apêndice).

4.4. Políticas de Crédito Rural

A eficiência do crédito rural, "como propulsor do desenvolvimento agrícola, depende, em parte, da existência de sistemas e de políticas de crédito, apropriadas às situações de recursos, de rendas dos agricultores, às necessidades de crédito e a outras características"(18).

Para MURRAY & NELSON (29), as políticas gerais são indicadas pelas várias características dos empréstimos realizados. Estas características são: (1) finalidade, (2) juros, (3) garantias, (4) prazos e, (5) reembolso.

Segundo MOTA (28), "as políticas de crédito são medidas governamentais que estimulam o crédito rural, ou seja, a expansão e a difusão das facilidades de crédito na economia. Há, também, o uso de certas medidas de controle, com o fim de orientar os investimentos e a produção, ou seja, a utilização pelo governo de instrumentos de política monetária para influir sobre a alocação de recursos financeiros da comunidade, naquelas atividades de maior interesse à expansão da economia, ou que se incluem especificamente nos programas de desenvolvimento. É-lhe possível, ainda, alcançar mais eficazmente este objetivo, influenciando diretamente as operações bancárias por meio da seletividade do crédito".

As políticas de crédito rural referem-se a um conjunto de normas que regem as operações de crédito rural praticadas pelos órgãos integrantes e auxiliares do Sistema Nacional de Crédito Rural.

O Decreto n.º 58.380/66, que aprova o regulamento da Lei que institui e organiza o crédito rural, dispõe:

"Art. 1.º - O crédito rural, sistematizado pela Lei 4.829 de 5 de novembro de 1965, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País, fixada pelo Ministério da Agricultura e tendo em vista o bem-estar do povo.

Art. 4.º - O Conselho Monetário Nacional ... disciplinará o crédito rural no País e estabelecerá, com exclusividade, normas selecionadas com:

III - critérios seletivos e instruções relacionadas com a aplicação e controle do crédito rural.

Art. 5.º - As deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural, serão executadas, dirigidas, coordenadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 6.º - Compete ao Banco Central do Brasil, como órgão de controle do sistema nacional de crédito rural:

II - elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e conhecer sua execução, tendo em vista a avaliação dos resultados para a introdução de correções cabíveis;

III - determinar os meios adequados de seleção e prioridades na distribuição do crédito rural e estabelecer medidas para o zoneamento, dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores em função do plano elaborado;

Parágrafo único - O cumprimento pelo Banco Central do Brasil, do disposto nos incisos II e III, deste artigo, far-se-á em consonância com a política de desenvolvimento da produção rural do País, fixada pelo Ministério da Agricultura, nos termos do art. 1.º deste Decreto.

Art. 9.º - As instituições referidas no inciso II, (órgãos auxiliares) do parágrafo 1.º e parágrafo 2.º e 3.º do art 8.º (órgãos articulados), que desejarem operar em crédito rural, além de outras exigências que vierem a ser feitas pelo Banco Central do Brasil, deverão:

III - estabelecer normas básicas para as operações, difundindo-se junto às suas dependências" (8).

"Designa-se como normas básicas o regulamento organizado para as aplicações de crédito rural" (16).

Pela Circular n.º 120/68, o Banco Central do Brasil baixou instruções que regulamentam a prática do crédito rural pelas instituições financeiras e objetivam precipuamente harmonizar as atividades, segundo os princípios estabelecidos na legislação em vigor. Estas instruções estão reunidas no "Manual do Crédito Rural" e tratam:

a) Disposições gerais - conceituação, beneficiários, comprovantes, garantias, instrumentos de crédito, despesas propostas, orçamentos, prazos, utilização do crédito, fiscalização etc.

b) Disposições orgânicas gerais - setor especializado em crédito rural, assistência técnica, aproveitamento de pessoal treinado;

c) Operações de custeio - objetivo, custeio de produção vegetal, animal e industrialização;

d) Operações de investimento - objetivos, prazos;

e) Financiamentos fundiários - objetivos, prazos;

f) Operações de comercialização - objetivos, finalidades, comprovação e prazos;

g) Operações com Cooperativas - objetivos, finalidades, prazo, fiscalização.

Os órgãos integrantes básicos (Banco do Brasil) orientam suas aplicações em crédito rural pelo manual denominado "Codificação de Instruções Circulares - CIC", que, além das normas do "Manual de Crédito Rural", inclui aspectos peculiares àquele estabelecimento.

No item de políticas de crédito rural, serão apresentadas algumas características das operações de crédito rural, realizadas pelas agências bancárias da Zona da Mata, e, sempre que possível, mostra implicações que evidenciem a suficiência ou não dos recursos para este tipo especial de crédito. Deste modo, serão analisadas as finalidades, montantes, juros, prazos, instrumentos de crédito rural, a partir dos aspectos normativos do crédito rural.

4.4.1. Finalidades Contempladas

As finalidades contempladas pelo crédito rural foram agregadas em custeio e investimento.

"As operações de custeio são destinadas ao suprimento de capital de trabalho para atender as atividades agrícolas e pecuárias.

O custeio agrícola são créditos destinados a atender às despesas normais do ciclo produtivo, abrangendo todos os encargos, desde o preparo das terras até o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural, inclusive.

O custeio pecuário, quando destinados a qualquer despesa normal da exploração no período considerado, admissível, igualmente, o financiamento isolado de bens competentes do respectivo custeio, ex.: sal, arame e outras.

O crédito rural para investimentos destina-se à formação de capital fixo ou semifixo em bens de serviço" (9).

Na Zona da Mata, o maior número de operações em crédito rural é realizado nas finalidades classificadas em custeio e investimento agrícola (Quadros 44 e 45).

Os custeios agrícolas de arroz, feijão e milho são as finalidades mais contempladas. Sendo as atividades tradicionais da Zona da Mata, é onde os bancos encontram maior segurança para suas aplicações, uma vez que a tradição ou experiência do ramo é fator decisivo na concessão do financiamento. Observa-se, ainda, que algumas atividades exigentes em tecnologia tem sido financiadas. Isto, porém, não impede afirmar-se que o sistema restringe suas operações somente nas atividades consideradas importantes na economia da Zona da Mata. Mesmo o Banco do Brasil, que constitui para algumas atividades a única fonte de financiamento, enfatiza suas operações naquelas atividades. Os demais estabelecimentos bancários, limitados quanto a disponibilidade de recursos, restringem suas aplicações também nestas atividades.

Em investimento agrícola, maior número de operações verifica-se em a dubação química, benfeitorias e animais de serviços. São finalidades financiadas quase exclusivamente pelo Banco do Brasil, o que poderá ser atribuído à natureza deste estabelecimento e a origem de seus recursos. Os bancos estaduais e privados, quando operam em investimento agrícola, contemplam principalmente os financiamentos de benfeitorias diversas.

E nas Subzonas II e III, onde o Banco do Brasil mais opera com inves

QUADRO 44 - Distribuição Percentual das Operações em Crédito Rural Corrente, Segundo as Finalidades Contempladas em Custeio Agrícola e Pecuário, por Tipos de Bancos e Subzonas, na Zona da Mata, Minas Gerais 1959.

Finalidades	Percentual de Operações por Tipos de Bancos e Subzonas												Total Bancos
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	
<u>CUSTEIO AGRÍCOLA</u>													
1. Arroz	20,42	32,71	24,45	24,40	9,09	28,30	23,91	24,55	-	-	-	-	24,71
2. Café	5,11	4,63	-	4,15	-	-	-	-	-	-	-	-	3,67
3. Cana-de-açúcar	1,05	-	-	0,47	-	-	-	-	9,09	-	-	-	0,50
4. Feijão	19,17	-	3,33	9,45	-	-	-	-	-	-	-	-	8,35
5. Fumo	0,63	1,54	2,22	1,32	-	-	-	-	-	-	-	-	1,17
6. Milho	26,10	25,31	30,38	27,20	36,37	13,21	17,39	17,27	-	-	-	-	25,63
7. Tomate	-	-	1,11	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25
8. Batata	0,21	-	-	0,09	-	-	-	-	-	-	-	-	0,08
TOTAL	73,69	64,19	61,49	68,36	45,46	41,51	41,30	41,82	9,09	-	-	-	64,36
<u>CUSTEIO PECUÁRIO</u>													
1. Ração	0,42	0,31	2,22	0,85	-	-	13,05	5,45	-	-	-	-	1,25
2. Limpeza do pasto	-	2,16	4,07	1,70	9,09	5,66	-	3,64	-	-	-	-	1,84
3. Minerais	0,42	-	0,37	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25
TOTAL	0,84	2,47	6,66	2,85	9,09	5,66	13,05	9,09	-	-	-	-	3,34
MANUTENÇÃO DA FAMÍLIA	6,74	-	1,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,92
Total das aplicações	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Quadro 9 (Apêndice)

QUADRO 45 - Distribuição Percentual das Operações em Crédito Rural Corrente, Segundo as Finalidades Contempladas em Investimento Agrícola e Pecuário, por Tipos de Bancos e Subzonas, na Zona da Mata, Minas Gerais, 1969.

Percentual de Operações por Tipos de Bancos e Subzonas

Finalidades	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				Total Bancos
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	
INVESTIMENTO AGRÍCOLA													
1. Adubação química	3,58	2,47	12,97	5,67	-	-	2,17	0,91	-	-	-	-	5,09
2. Calagem	-	0,62	-	0,19	-	-	2,17	0,91	-	-	-	-	0,25
3. Drenagem	-	0,62	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-	0,17
4. Culturas permanentes	0,63	-	1,11	0,57	-	-	2,17	0,91	-	-	-	-	0,58
5. Reflorestamento	-	0,31	0,37	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-	0,17
6. Armazens e silos	0,42	1,23	-	0,57	-	-	-	-	-	-	-	-	0,50
7. Benfeitorias diversas	2,53	5,86	1,85	3,40	18,18	1,89	34,79	17,27	-	-	-	-	4,60
8. Instalações de água e luz	0,21	0,31	0,37	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25
9. Residências	1,05	3,09	1,11	1,70	-	-	-	-	-	-	-	-	1,50
10. Máquinas agrícolas	-	0,62	1,48	0,57	-	-	-	-	-	-	-	-	0,50
11. Animais de serviços	1,47	4,01	0,37	1,98	-	-	-	-	-	-	-	-	1,75
12. Veículos	-	1,85	0,37	0,66	-	-	-	-	-	-	-	-	0,58
TOTAL	9,89	20,99	20,00	15,97	18,18	1,89	41,30	20,00	-	-	-	-	15,94
INVESTIMENTO PECUÁRIO													
1. Capineiras	0,21	-	-	0,09	9,09	-	-	0,91	27,27	-	-	10,34	0,42
2. Currais	0,21	-	-	0,09	-	-	-	-	-	-	-	-	0,08
3. Máquinas diversas	1,47	4,94	4,81	3,41	9,09	-	-	0,91	-	-	-	-	3,09
4. Vacas	4,00	6,79	5,56	5,29	9,09	45,28	4,35	24,54	63,64	54,55	100,00	68,97	8,59
5. Touros	-	0,31	0,37	0,19	-	5,66	-	2,73	-	18,18	-	6,90	0,58
6. Novilhas	0,21	0,31	-	0,19	-	-	-	-	-	27,27	-	6,90	0,42
7. Bovinos de corte	0,63	-	-	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25
TOTAL	8,83	12,35	10,74	9,54	27,27	50,94	4,35	29,09	90,91	100,00	100,00	93,31	13,33
Total de Aplicações	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Quadro 9 (Apêndice)

timentos agrícolas, sendo que na Subzona II as finalidades mais contempladas são benfeitorias diversas e anuais de serviços e na Subzona III, a adubação química. É provável que algumas agências encontraram vantagens em operar com estas finalidades.

Custeio e investimento pecuário perfazem 16,36% das operações em crédito rural. A limpeza de pasto é a finalidade mais contemplada em custeio, enquanto que vacas e máquinas diversas, destacam-se em investimentos. Observa-se a tendência de os bancos estaduais, privados e Caixa Econômica, concentrarem suas operações em crédito rural corrente, no financiamento de vacas. Quanto ao Banco do Brasil, sabe-se que as operações em custeio e investimento pecuário situam-se na faixa dos recursos intra-limites, o que restringe seus financiamentos para estas finalidades.

4.4.2. Finalidades Contempladas por Operação

O art 12.º do Decreto n.º 58.380/66 especifica "os financiamentos rurais poderão, através de um só instrumento, atender uma ou mais finalidades, de modo a contemplar, com oportunidade, as necessidades integrais da exploração considerada" (8).

Em custeio agrícola, são comuns as operações que contemplam duas finalidades concomitantemente. Todavia, há algumas variações quanto aos tipos de bancos e Subzonas (Quadro 46).

As agências do Banco do Brasil são mais propensas a incluir na mesma operação, várias finalidades. Verificam-se casos em que reúnem até cinco. Porém, são mais frequentes as operações que contemplam "arroz-milho". Este tipo é predominante nas Subzonas II e III, enquanto que na Subzona I a predominância está nas operações com três finalidades: "arroz-feijão-milho". Nesta Subzona é onde mais finalidades são financiadas por operação.

Entre os bancos estaduais e privados, normalmente as operações contemplam somente uma finalidade. Há, entretanto, agências nas Subzonas II e III que atendem duas finalidades por operação. O mesmo ocorre nos financiamentos na modalidade de crédito rural orientado.

QUADRO 46 - Distribuição Percentual das Operações de Crédito Rural Corrente, Segundo o Número de Finalidade por Solicitação em Custeio Agrícola, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969.

Finalidades por Solicitação	Porcentual de Operações por Tipos de Bancos e Subzonas													Total de Bancos
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Crédito Orientado (ACAR)					
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata		
1. Arroz	0,66	23,26	7,45	10,13	70,00	16,67	50,00	54,56	-	25,00	7,69	6,67	14,09	
2. Café	17,10	11,63	-	10,93	-	-	-	-	-	-	-	-	9,17	
3. Cana-de-açúcar	0,66	-	-	0,27	-	-	-	-	7,69	-	23,08	13,33	1,12	
4. Fumo	-	1,55	5,32	1,87	-	-	-	-	-	-	-	-	1,56	
5. Milho	7,89	4,65	21,29	10,13	30,00	66,66	31,25	35,71	53,85	75,00	53,85	56,66	15,67	
6. Arroz-milho	13,16	58,91	50,00	38,13	-	16,67	18,75	9,53	30,77	-	15,38	20,00	34,24	
7. Feijão-milho	9,87	-	1,06	4,27	-	-	-	-	-	-	-	-	3,58	
8. Fumo-milho	-	-	2,13	0,53	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	
9. Cana-milho	-	-	-	-	-	-	-	-	7,69	-	-	3,34	0,22	
10. Arroz-feijão-milho	46,70	-	8,51	21,06	-	-	-	-	-	-	-	-	17,68	
11. Arroz-café-milho	0,66	-	-	0,27	-	-	-	-	-	-	-	-	0,22	
12. Arroz-fumo-milho	-	-	4,25	1,07	-	-	-	-	-	-	-	-	0,89	
13. Feijão-cana-milho	0,66	-	-	0,27	-	-	-	-	-	-	-	-	0,22	
14. Arroz-feijão-milho- -cana	0,66	-	-	0,27	-	-	-	-	-	-	-	-	0,22	
15. Arroz-feijão-milho- -fumo	0,66	-	-	0,27	-	-	-	-	-	-	-	-	0,22	
16. Arroz-feijão-milho- -cana-café	1,32	-	-	0,53	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

1 ONTE: Quadro 10 (Apêndice)

Nas operações em investimentos, os estabelecimentos bancários contemplam, em geral, uma finalidade. Entretanto, quando é crédito rural orientado, as operações contemplam várias finalidades que se complementam em relação a atividade financiada (Quadro 49).

O financiamento de duas ou mais finalidades na mesma operação, embora vantajosa e estimulada pelos estabelecimentos bancários e especialmente pelo Banco do Brasil, está condicionada tanto pelas condições regionais como pela modalidade do crédito.

Na Subzona I, onde a agricultura é mais diversificada, é possível o operações de custeio agrícola que contemplam várias finalidades. Nas operações de investimento, o financiamento torna-se mais complexo, ante a exigência de um plano de aplicação dos recursos, encontrado apenas na modalidade de crédito rural orientado. Excluída esta modalidade, as agências carecem de critérios que indiquem as necessidades de cada exploração, decorrendo, daí, o atendimento de várias finalidades em lugar do atendimento integral das necessidades da atividade, por operação creditícia.

4.4.3. Valor das Operações de Crédito Rural

Constata-se que os estabelecimentos bancários atendem o produtor rural que os procura, e daí condicionarem suas aplicações ao que ele solicita e ao que considera mais produtivo. E, em suma, a observância dos preceitos do crédito rural corrente, cuja finalidade é "proporcionar suporte financeiro às atividades rurais desenvolvidas por produtores, considerados meramente como elementos integrantes da produção, capazes de assumir os riscos do empreendimento financiado" (9).

Na concessão do financiamento, uma vez preenchidas as condições pessoais, indicadas pela ficha cadastral do produtor rural, na fixação do valor do financiamento são respeitados:

- a) a efetiva necessidade das verbas previstas;
- b) adiantamentos proporcionáveis pelas garantias oferecidas;

- c) capacidade de pagamento do proponente;
- d) sua disponibilidade de recursos próprios.

Além destes critérios, deve-se considerar a disposição do produtor em utilizar o crédito.

No Quadro 47, verifica-se que 59,4% dos financiamentos têm valores até Cr\$ 2.000,00. Mesmo considerando-se que o crédito rural contemple predominantemente as operações de custeio agrícola, não se pode inferir quanto a sua adequação e suficiência, a partir dos valores financiados.

O Banco do Brasil é o único estabelecimento a conceder financiamentos inferiores a Cr\$ 500,00. Há, entretanto, uma preocupação nas agências em limitar tais financiamentos, tendo em vista os custos operacionais. Ressalta-se, todavia, que os valores mais solicitados não excedem aos Cr\$ 1.000,00.

Nos demais estabelecimentos, os valores são, em geral, elevados. Talvez, porque sendo os recursos para o crédito rural corrente limitados, sua distribuição baseava-se mais em rateio entre poucos produtores rurais do que nas quantias orçadas.

Na concessão dos financiamentos em custeio agrícola, há uma variação expressiva entre os valores mínimos e máximos, por hectare (Quadro 48). Esta variação é mais ampla e freqüente nos financiamentos do Banco do Brasil e entre as Subzonas. Mesmo condicionando os valores às elevadas produtividades e níveis tecnológicos das explorações, as variações entre os valores mínimos e máximos, por hectare, são ainda elevados.

Nos bancos estaduais, privados e em crédito rural orientado, os valores mínimos e máximos são mais aproximados, diferindo, porém, entre as Subzonas.

Quanto aos valores financiados em investimentos, são, em geral, mais elevados nos estabelecimentos estaduais e privados do que no Banco do Brasil (Quadro 49). Confrontando-se os valores segundo a modalidade do crédito verifica-se que no crédito rural orientado os valores, embora elevados, contemplam mais finalidades por operação.

QUADRO 47 - Distribuição Percentual das Operações em Crédito Rural Quanto ao Valor, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Valor (Cr\$1,00)		Porcentual de Operações por Tipos de Bancos e Subzonas												
		Banco do Brasil			Bancos Estaduais e Privados			Caixa Econômica			Total Bancos			Zona Mata
		I	III	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	
até	500	21,92	12,00	15,61	-	-	-	-	-	-	19,92	9,58	12,22	13,54
501 -	1.000	23,29	26,80	28,32	-	7,55	2,44	27,27	10,00	-	22,41	23,00	22,62	22,70
1.001 -	2.000	22,83	25,60	21,97	9,09	15,09	24,39	18,18	70,00	-	21,99	25,25	21,72	23,21
2.001 -	4.000	13,70	18,40	19,65	9,09	28,30	17,07	-	10,00	-	18,86	19,81	18,55	17,28
4.001 -	6.000	8,67	7,20	7,51	9,09	26,42	7,32	18,18	10,00	10,00	9,13	10,54	10,41	10,06
6.001 -	10.000	4,11	6,80	4,05	72,73	15,09	24,39	-	-	-	7,05	7,99	7,69	7,62
Mais de	10.000	5,48	3,20	2,89	-	7,55	24,39	36,37	-	-	6,64	3,83	6,79	5,59
TOTAIS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Quadro 11 (Apêndice)

QUADRO 48 - Custeio Agrícola: Valores Mínimos e Máximos por Hectare, Valores Mais Freqüentes por Hectare, por Subzonas e Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

	Número de Operações	Valor Mínimo e Máximo/Hectare						Valor Mais Freqüente por Hectare		
		I		II		III		I	II	III
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo			
<u>BANCO DO BRASIL</u>										
1. Arroz	38	-	-	125	300	120	240	-	160	240
2. Café	41	66	300	120	240	-	-	150	150	-
3. Cana-de-açúcar	1	-	-	-	-	-	-	56	-	-
4. Fumo	7	-	-	150	750	143	400	140	-	350
5. Milho	38	66	110	87	120	52	188	75	120	150
6. Arroz - milho	143	53	520	81	300	57	300	75	200	140
7. Fumo - milho	2	-	-	-	-	75	127	-	-	120
8. Feijão - milho	16	-	-	-	-	-	-	50	-	140
9. Arroz - milho - feijão	79	20	150	-	-	85	140	80	-	140
10. Arroz - milho - fumo	4	-	-	-	-	135	170	-	-	140
<u>BANCOS ESTADUAIS E PRIVADOS</u>										
1. Arroz	23	-	-	-	-	145	170	112	-	170
2. Milho	15	87	125	-	-	125	156	-	-	125
3. Arroz - milho	4	-	-	-	-	91	115	-	-	145
<u>CREDITO ORIENTADO (ACAR)</u>										
1. Arroz	2	-	-	-	-	-	-	-	330	-
2. Cana-de-açúcar	4	-	-	-	-	228	352	530	-	250
3. Milho	17	110	200	250	400	222	266	130	400	240
4. Arroz - milho	6	100	115	-	-	228	352	100	-	250
5. Cana-de-açúcar - milho	1	-	-	-	-	-	-	162	-	-

QUADRO 49 - Melhoramentos Agrícolas e Pecuários: Valores Totais Mínimos e Máximos das Operações - Valores Totais e Por Operação, Mais Freqüentes, Segundo as Subzonas e Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Finalidades por Operação (1)	Valor da Operação (Cr\$ 1,00)				
	Mais Freqüente				
	I	II	III	Mínimo	Máximo
<u>BANCO DO BRASIL</u>					
1. Fertilizantes	250	400	250	140	3.300
2. Máquinas agrícolas	-	540	-	470	10.600
3. Benfeitorias	-	2.000	600	360	7.500
4. Animais de serviços	500	800	-	500	2.000
5. Outras	-	-	-	-	-
<u>A Pecuária</u>					
1. Benfeitorias	5.500	1.000	4.000	400	12.000
2. Máquinas	2.000	3.000	3.000	510	4.000
3. Animais	500	1.000	3.000	300	29.000
4. Outras	-	-	-	-	-
<u>BANCOS ESTADUAIS E PRIVADOS</u>					
<u>A Lavoura</u>					
1. Fertilizantes	-	-	-	6.000	20.000
2. Capineiras	-	-	-	2.000	3.300
3. Benfeitorias	-	2.000	10.000	3.000	25.000
4. Animais	9.600	5.000	10.000	3.000	30.000
<u>CAIXA ECONOMICA</u>					
<u>A Pecuária</u>					
1. Capineiras	-	-	-	1.000	5.000
2. Animais	20.000	2.000	5.000	1.000	25.000
<u>CREDITO ORIENTADO (ACAR)</u>					
1. Animais	6.000	-	-	6.000	15.000
2. Benfeitorias	12.000	28.000	10.000	2.500	21.000
3. Animais - benfeitorias	-	5.500	7.000	7.000	20.000
4. Animais - capineiras	9.200	-	-	-	-
5. Animais - máquinas	-	-	7.000	-	-
6. Capineiras - benfeitorias	-	10.000	-	-	-
7. Capineiras - máquinas	-	4.500	-	-	-
8. Animais-benfeitorias-máquinas	10.000	-	-	-	-
9. Animais-benfeitorias-capineiras	3.500	7.000	-	16.500	60.000
10. Animais - benfeitorias - máquinas e capineiras	6.000	-	-	-	-

(1) A semelhança das estatísticas bancárias.

4.4.4. Prazo das Operações em Crédito Rural*

O "Manual do Crédito Rural" estabelece os limites máximos de prazo para as operações de crédito rural.

"Os financiamentos agrícolas admitem prazo de até 2 anos, sendo que, para efeito de estabelecimento do vencimento das operações, considerar-se-á o período de colheita das culturas periódicas e permanentes, acrescidas de 60 dias, para permitir a venda normal da produção.

Os prazos dos financiamentos para custeio pecuário será estabelecido em função do ciclo produtivo da criação financiada e de modo que os vencimentos coincidam com a época de obtenção dos rendimentos esperados.

Para as operações de investimentos, o prazo das operações estabelecer-se-á em função da capacidade de pagamento dos beneficiários, estimada com base nos prováveis rendimentos de suas atividades rurais, não podendo ultrapassar 12 anos para capital fixo e 5 anos para capital semifixo." (9)

A fixação do prazo dos financiamentos, nas agências em estudo, segue as normas fixadas pelo Banco Central do Brasil. Nas operações de custeio agrícola o prazo é pré-fixado e em melhoramentos, os critérios observados são:

- a) capacidade de pagamento;
- b) garantia a ser oferecida;
- c) vulto do empreendimento;
- d) época em que a renda é obtida.

Financiamentos em crédito rural corrente com prazos de até 5 anos, estão restritos ao Banco do Brasil, sendo que suas agências estão condicionadas a este prazo máximo. Prazos maiores dependem de aprovação da Direção Geral. Os demais estabelecimentos operam quase exclusivamente a curto prazo e eventualmente, ou em crédito rural orientado, com prazos mais longos.

* Não se considerou a Resolução n. 140 que instituiu novos prazos para as operações de crédito rural, a partir de março/1970.

No Banco do Brasil, 72,4% das operações tem prazo até 1 ano. E onde se inclui os financiamentos de custeio agrícola, cujo prazo é normativo. Verifica-se, ainda, a concessão de prazos longos para pequenos valores (Quadro 50).

Os bancos estaduais e privados operam quase exclusivamente com prazos até 1 ano, e a Caixa Econômica por enfatizar seus financiamentos em investimentos pecuários tem para a maioria de suas operações prazos entre 1 e 2 anos.

Excetuando-se as operações de custeio agrícola, para as demais finalidades financiáveis, o prazo máximo não é observado. O produtor rural ao solicitar o financiamento, geralmente, desconhece qual o prazo máximo que poderá obter ou pleitear. Assim, a fixação do prazo fica a critério da agência, que o faz em função da capacidade de pagamento do produtor. O prazo assim determinado é submetido ao produtor, que o aceitará ou não. As variações do prazo em relação a mesma finalidade podem ser explicadas desta forma.

Para as finalidades: benfeitorias, residências, reflorestamento e citrus, prazos aquém dos previstos para estes financiamentos, que é de 12 anos. É provável que o seu reembolso seja feito com o resultado de outras atividades da empresa (Quadro 51).

O Banco do Brasil parece adequar mais favoravelmente os prazos das operações de crédito rural, quanto às finalidades, embora que para a maioria dos financiamentos os prazos seja de 3 anos. Os demais estabelecimentos, independente da finalidade, raramente ultrapassam o prazo de 2 anos. No crédito rural orientado, são previstos os retornos derivados do capital adicional utilizado, dos quais depende a fixação do prazo de reembolso. Nesta modalidade de crédito, os prazos mais comuns são de 5 anos.

4.4.5. Juros e Comissões das Operações de Crédito Rural

"Os termos, prazos, juros, limites e demais condições das operações de crédito rural, sob qualquer de suas modalidades ou finalidades, serão

QUADRO 50 - Distribuição Percentual do Número de Operações em Crédito Rural Quanto ao Valor e ao Prazo, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Prazos (anos)	Percentual das Operações Quanto ao Valor (Cr\$ 1,00) por Subzonas																Total Zona Mata
	Até 500			501 - 1.000			1.001 - 5.000			5.001 - 10.000			+ 10.000				
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III		
<u>Banco do Brasil</u>																	
Até 1	8,26	4,35	3,74	6,08	5,76	6,86	11,37	11,99	8,87	1,42	1,42	1,09	0,78	0,15	0,31	72,43	
1 ---- 2	0,31	0,47	0,15	0,31	2,35	0,15	0,47	0,78	1,09	0,31	0,15	-	-	-	-	6,54	
2 ---- 3	0,15	0,47	-	0,62	2,18	0,47	1,88	4,21	1,71	0,31	0,78	0,62	0,71	-	-	13,71	
3 ---- 4	-	-	-	0,15	0,15	-	0,15	0,93	1,09	0,15	0,93	-	-	0,63	0,15	4,36	
4 ---- 5	-	-	-	-	-	-	0,15	0,78	0,32	0,15	0,15	-	0,78	0,31	0,31	2,96	
TOTAL	8,72	5,29	3,89	7,16	10,44	7,48	14,02	18,69	13,08	2,34	3,43	1,71	1,87	1,09	0,78	100,00	
<u>Bancos Estaduais e Privados</u>																	
Até 1	-	-	-	-	3,81	0,95	2,86	25,71	16,19	2,86	3,81	13,33	-	3,81	8,58	81,91	
1 ---- 2	-	-	-	-	-	-	-	5,71	-	3,81	6,67	-	-	-	-	16,19	
2 ---- 3	-	-	-	-	-	-	0,95	-	-	-	-	-	-	-	-	0,95	
3 ---- 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
4 ---- 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,95	-	-	-	-	0,95	
TOTAL	-	-	-	-	3,81	0,95	3,81	31,42	16,19	6,67	11,43	13,33	-	3,81	8,58	100,00	
<u>Caixa Econômica</u>																	
Até 1	-	-	-	10,71	3,57	-	10,71	32,14	-	-	-	-	3,57	-	-	28,57	
1 ---- 2	-	-	-	-	-	-	3,57	-	25,00	-	-	-	10,71	-	-	71,43	
2 ---- 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3 ---- 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
4 ---- 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	-	-	-	10,71	3,57	-	14,28	32,14	25,00	-	-	-	14,28	-	-	100,00	

FONTE: Quadro 12 (Apêndice)

estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, observadas as disposições específicas.

O Conselho Monetário Nacional assegurará, ... sempre que necessário, taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover: recuperação e fertilidade do solo, florestamento e reflorestamento, combate a epizootias e pragas nas atividades rurais, eletrificação rural, mecanização, irrigação, investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias.

As taxas das operações, sob qualquer modalidade de crédito rural, serão inferiores em pelo menos 1/4 das taxas máximas admitidas pelo Conselho Monetário Nacional, para as operações bancárias de crédito mercantil" (8).

No Manual do Crédito Rural^{*}, consta: "as operações de crédito rural estão sujeitas ao pagamento de taxas de juros e comissão de fiscalização, obedecidos os seguintes limites:

a) operações rurais de valor até 50 vezes o maior salário mínimo vigente no País: 12% a.a., taxa de juros e 2% a.a., como comissão;

b) operações rurais de valor superior a 50 vezes o maior salário mínimo vigente no País, 12% a.a. como taxa de juros e 6% a.a. como comissão.

Quando a um mesmo cliente for deferido empréstimo de valor que, somado aos dos "em ser", ultrapasse 50 vezes o maior salário mínimo vigente no País, o novo estará sujeito à comissão de fiscalização de 6% a.a." (9),

A taxação normativa das operações de crédito rural incide somente entre os órgãos auxiliares do sistema, porque os órgãos integrantes básicos operam a taxas mais baixas e variáveis, segundo o montante das operações (Quadro 52).

No Banco do Brasil, observa-se operações até Cr\$ 10.000,00 com taxas de juros de 9% a.a. Para as operações acima deste valor a taxa é 12% a.a. mais a comissão de 3 a 6% a.a.

* Não se considerou a Resolução n.º 140 de março de 1970, que determinou novas taxas de juros e comissões.

QUADRO 52 - Distribuição Percentual das Operações Quanto aos Juros, Comissões e Valor, por Tipos de Bancos e Subzonas
Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Valor (Cr\$ 1,00)	Percentual das Operações Quanto a Taxa de Juros por Subzonas															Total
	9%			12%			12+2%			12+3%			12+6%			
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	
<u>Banco do Brasil</u>																
Até 500	8,41	4,20	3,43	0,31	0,47	0,31	-	-	-	-	0,47	0,15	-	0,15	-	17,90
501 - 1.000	6,39	7,94	6,70	0,78	1,25	0,15	-	-	-	-	1,25	0,62	-	-	-	25,18
1.001 - 5.000	11,68	12,16	8,41	0,62	0,62	-	-	0,46	-	1,71	4,78	4,67	-	0,62	-	45,73
5.001 -10.000	1,56	0,31	0,31	-	0,15	-	-	-	-	0,78	2,80	1,25	-	0,15	0,15	7,46
Mais de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,09	0,93	0,78	0,78	0,15	-	3,73
TOTAL	28,04	24,61	18,85	1,71	2,49	0,46	-	0,46	-	3,58	10,23	7,47	0,78	1,07	0,15	100,00
<u>Bancos Estaduais e Privados</u>																
Até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	-	-	-	-	-	-	-	2,86	0,95	-	0,95	-	-	-	-	4,76
1.001 - 5.000	-	-	-	-	-	-	0,95	15,24	8,57	-	7,62	-	2,86	8,57	7,62	51,43
5.001 -10.000	-	-	-	-	-	-	-	3,81	4,76	-	-	-	6,67	7,62	8,57	31,43
Mais de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,81	8,57	12,38
TOTAL	-	-	-	-	-	-	0,95	21,91	14,28	-	8,57	-	9,53	20,00	24,76	100,00
<u>Caixa Econômica</u>																
Até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	-	-	-	10,72	3,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,29
1.001 - 5.000	-	-	-	14,28	32,15	-	-	-	25,00	-	-	-	-	-	-	71,43
5.001 -10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 10.000	-	-	-	14,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,28
TOTAL	-	-	-	39,28	35,72	-	-	-	25,00	-	-	-	-	-	-	100,00

FONTE: Quadro 13 (Apêndice)

Os bancos estaduais e privados operam com taxas de juros não inferior a 12% a.a. e com uma comissão variável de 2, 3 e 6% a.a. A taxa mais freqüente é de 12 mais 2% a.a. para as operações cujo valor está entre Cr\$ 1.000,00 e 5.000,00. Para valores maiores a taxa de juros é 12% a.a. e a comissão, 6% a.a.

Na Caixa Econômica a taxa de juros mais comum é de 12% a.a. e uma comissão de 2% a.a. para as operações de Cr\$ 1.000,00 e 5.000,00.

Excetuando-se as taxas de juros mais baixas cobradas pelo Banco do Brasil, não foram observadas taxas de juros que favorecessem as finalidades já mencionadas.

Os juros incidem sobre o saldo devedor da "conta gráfica" inclusive, e são exigíveis em 30 de junho e 31 de dezembro, ou no vencimento das prestações. Normalmente, a fim de favorecer ao mutuário, os juros computados naquelas datas são exigidos no vencimento do título ou na liquidação.

4.4.6. Instrumentos de Crédito Rural

São instrumentos das operações típicas de crédito rural.

- I - os títulos de que trata o Decreto-lei n.º 167, de 14.02.67;
- II - os contratos previstos na Lei n.º 492, de 30.08.37;
- III - outros contratos de abertura de crédito (16).

"O financiamento rural, concedido pelos órgãos integrantes do sistema nacional de crédito rural à pessoa física ou jurídica, poderá efetuar-se, na maior parte, por meio das cédulas de crédito rural, que são títulos de que trata o Decreto-lei n.º 167 de 14.02.67.

A cédula de crédito rural é uma promessa de pagamento em dinheiro, com ou sem garantia real, cedularmente constituída... É título civil, líquido, certo, exigível pela soma dela constante ou do endosso, além dos juros, de comissões de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório" (8).

Segundo o tipo de garantias nelas outorgadas, as cédulas recebem as seguintes denominações:

- a) Cédula Rural Pignoratícia - CRP - penhor;
- b) Cédula Rural Hipotecária - CRH - hipoteca;
- c) Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária - CRPH - Penhor e hipoteca;
- d) Nota de Crédito Rural - NCR - sem garantia real mas com garantia pessoal.

Os estabelecimentos bancários da Zona da Mata diferem quanto a utilização dos instrumentos de crédito rural. No Banco do Brasil, para 64,50% das operações são emitidas Notas de Crédito Rural, enquanto que nos outros estabelecimentos a Cédula Rural Pignoratícia é o instrumento de crédito mais utilizado (Quadro 53).

A Nota de Crédito Rural está limitada pelo valor e prazo do financiamento. Pode ser emitida nas operações até 50 vezes o maior salário mínimo vigente no País e no prazo de até 3 anos. Nas agências do Banco do Brasil onde é mais difundida sua utilização, está condicionada ao preenchimento das exigências bancárias pelo mutuário (recursos líquidos superiores a 50% do valor correspondente a 50 vezes o maior salário mínimo vigente no País), e pelo valor da operação. É também utilizada em financiamentos com prazos superiores a 3 anos (Quadro 54).

Nos demais estabelecimentos bancários, a maior utilização da Cédula Rural Pignoratícia revela a preocupação pela solidez da operação, vinculando garantias reais, especialmente através do penhor.

O aval é exigido na quase totalidade das operações, independente do tipo de banco, sendo, porém, mais freqüente na Caixa Econômica e nos bancos estaduais e privados. É também na Subzona II onde mais ocorre a exigência deste tipo de garantia.

O aval constitui para as agências uma garantia adicional evitando os mutuários "duvidosos", além de auxiliar na correta utilização do financiamento. Há agências do Banco do Brasil onde o aval é exigido quando os re-

QUADRO 53 - Distribuição Percentual das Operações de Crédito Rural Quanto aos Tipos de Instrumentos de Crédito, o Valor, por Subzonas e Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Valor (Cr\$ 1,00)	Porcentual das Operações Quanto ao Tipo de Instrumento de Crédito																
	Nota de Crédito			Cedula Rural									Aval			Total Zona Mata*	
	Rural			Pignoratícia			Hipotecária			Pignoratícia e Hipo- tecária			I	II	III		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III					
<u>Banco do Brasil</u>																	
Até 500	4,52	4,83	3,74	4,20	0,47	0,15	-	-	-	-	-	-	-	3,28	4,67	1,56	17,91
501 - 1.000	4,05	8,57	6,54	3,11	1,87	0,94	-	-	-	-	-	-	-	3,58	9,97	2,18	25,08
1.001 - 5.000	9,03	12,77	8,88	4,83	5,77	4,06	-	0,15	-	0,15	-	0,15	-	9,19	18,69	4,05	45,79
5.001 - 10.000	0,78	0,31	0,47	1,56	2,80	1,25	-	0,15	-	-	0,15	-	-	0,62	2,80	2,18	7,47
Mais de 10.000	-	-	-	1,56	0,47	0,62	-	0,63	0,15	0,32	-	-	-	-	0,47	0,15	3,75
TOTAL	18,38	26,48	19,63	15,26	11,38	7,02	-	0,93	0,15	0,47	0,15	0,15	-	16,67	36,60	10,12	100,00
<u>Bancos Estaduais e Privados</u>																	
Até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	-	-	-	-	-	3,81	0,95	-	-	-	-	-	-	-	3,81	0,95	4,76
1.001 - 5.000	-	-	6,67	2,86	3,81	24,76	14,28	-	-	-	-	-	-	3,81	30,48	15,24	52,38
5.001 - 10.000	-	-	-	5,71	6,67	11,43	6,67	-	-	-	-	-	-	6,67	11,43	8,57	30,48
Mais de 10.000	-	-	-	5,71	-	3,81	2,86	-	-	-	-	-	-	-	3,81	9,53	12,38
TOTAL	-	-	6,67	18,28	10,48	43,81	24,76	-	-	-	-	-	-	10,48	49,53	34,29	100,00
<u>Caixa Econômica</u>																	
Até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	3,57	-	-	7,14	3,57	-	-	-	-	-	-	-	-	10,72	3,57	-	14,28
1.001 - 5.000	10,72	-	-	3,57	32,14	25,00	-	-	-	-	-	-	-	14,28	32,15	25,00	71,43
5.001 - 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 10.000	3,57	-	-	10,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,28	-	-	14,29
TOTAL	17,86	-	-	21,43	35,71	25,00	-	-	-	-	-	-	-	39,28	35,72	25,00	100,00

* - exclui o aval

FONTE: Quadro 14 (Apêndice)

QUADRO 54 - Distribuição Percentual das Operações de Crédito Rural Quanto ao Tipo de Instrumento de Crédito Rural e ao Prazo por Tipos de Bancos e por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Prazo (Anos)	Porcentual de Operação Quanto ao Instrumento de Crédito												Total Zona Mata
	Nota de Crédito Rural			Cédula Rural									
				Pignoratícia			Hipotecária			Pignoratícia e Hipotecária			
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	
<u>Banco do Brasil</u>													
Até 1	13,86	17,14	17,14	14,02	6,54	3,59	-	-	-	-	-	0,15	72,44
1 → 2	0,93	3,43	0,78	0,47	0,31	0,62	-	-	-	-	-	-	6,54
2 → 3	2,97	5,92	1,56	0,15	1,72	1,25	-	-	-	0,15	-	-	13,72
3 → 4	0,31	-	0,15	0,15	2,02	1,09	-	0,47	-	-	0,15	-	4,34
4 → 5	0,31	-	-	0,47	0,78	0,47	-	0,47	0,15	0,31	-	-	2,26
TOTAL	18,38	26,49	19,63	15,26	11,37	7,02	-	0,94	0,15	0,46	0,15	0,15	100,00
<u>Bancos Estaduais e Privados</u>													
Até 1	-	6,67	14,28	5,72	30,48	24,76	-	-	-	-	-	-	81,91
1 → 2	-	-	-	3,81	12,38	-	-	-	-	-	-	-	16,19
2 → 3	-	-	-	0,95	-	-	-	-	-	-	-	-	0,95
3 → 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 → 5	-	-	-	0,95	-	-	-	-	-	-	-	-	0,95
TOTAL	-	6,67	14,28	11,43	42,86	24,76	-	-	-	-	-	-	100,00
<u>Caixa Econômica</u>													
Até 1	17,86	-	-	7,14	3,57	-	-	-	-	-	-	-	28,57
1 → 2	-	-	-	14,28	32,15	25,00	-	-	-	-	-	-	71,43
2 → 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 → 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 → 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17,86	-	-	21,42	35,72	25,00	-	-	-	-	-	-	100,00

FONTE: Quadro 15 (Apêndice)

cursos líquidos do mutuário não atingem o limite estipulado e em alguns casos, para maior segurança.

4.4.7. Utilização do Crédito Rural

Um sistema de crédito rural eficiente, com políticas adequadas às condições de recursos e de renda dos empresários rurais, determinará um afluxo às fontes creditícias em razão de acessibilidade ao crédito.

Na Zona da Mata, o número de produtores que se utilizam do crédito rural é relativamente baixo (pagina 53). Para os gerentes e chefes de carteiras agrícolas, o pequeno fluxo às fontes creditícias deve-se ainda ao receio do produtor em assumir compromissos financeiros, ao desinteresse em operar com crédito rural e, simplesmente pelo desconhecimento do crédito rural.

Deve-se considerar, entretanto, no crédito rural institucional, que as políticas sendo, na sua maioria, normativas, poderão não corresponder às condições regionais, restringindo sua utilização àquelles produtores que a elas se ajustarem.

Os mutuários foram estratificados quanto ao número de operações já realizadas no banco, tendo como referência o Banco do Brasil e classificados quanto as finalidades financiadas (Quadro 55).

Verifica-se que os produtores rurais, especialmente os mutuários tradicionais, com várias operações já realizadas, procuram as fontes de crédito para se suprir quase que exclusivamente de capital de exploração circulante. É provável que este comportamento não seja apenas consequência das decisões dos produtores que encontram nas atividades agrícolas, o fim mais produtivo para a utilização do crédito, como também o resultado de uma das decisões básicas das políticas de crédito rural, ou seja, quais finalidades financiar.

Os financiamentos de custeio agrícola, como é sabido, "permitindo a realização de um processo produtivo, contribui para o aumento da produ-

QUADRO 55 - Distribuição Percentual das Operações Quanto a Finalidade e ao Número de Operações Realizadas no Banco, por Mutuário. (Baseado nas Aplicações do Banco do Brasil, no Ano de 1969)

Finalidades	Percentual de Operações por Mutuário					
	1	2	3	4	5 a 10.	+ 10
Custeio agrícola	57,50	86,36	65,52	86,35	83,69	74,00
Custeio pecuário	7,50	-	6,90	4,55	3,27	8,00
Melhoramento agrícola	17,50	-	10,34	4,55	6,52	8,00
Melhoramento pecuário	17,50	13,64	17,24	4,55	6,52	10,00
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

tividade e rentabilidade rural, na medida em que financia a combinação de fatores economicamente mais vantajosa. Se o agricultor, por influência da tradição ou por desconhecimento, estiver combinando inefficientemente os fatores disponíveis, o financiamento dessa ineficiência significa um obstáculo à melhoria da produtividade agrícola" (17).

Nota-se entre os mutuários novos o interesse em crédito para melhoramentos agropecuários. É possível que este interesse decorra da maior disponibilidade de recursos para estas finalidades.

Na Zona da Mata, 79,61% das empresas rurais têm área inferior a 50 hectares e 59,80% não possuem área maior que 10 hectares (pág. 12). O acesso destas, às fontes creditícias é restrito quase exclusivamente ao Banco do Brasil, porque noutros estabelecimentos o atendimento é limitado, relativamente às empresas maiores (Quadro 56).

O Banco do Brasil é atuante entre as empresas com área entre 10 a 50 hectares, que absorvem 39,48% dos financiamentos, cujos valores estão entre Cr\$ 500,00 a 5.000,00, havendo, porém, a tendência de concentrarem-se na faixa dos Cr\$ 1.000,00 a 5.000,00. Com valores situados nesta faixa, estão as empresas com área superior a 10 hectares, enquanto que para

QUADRO 56 - Distribuição Percentual do Valor das Operações em Crédito Rural Quanto ao Valor e a Área da Empresa Rural, por Tipos de Bancos, Zona da Mata, Minas Gerais, 1969.

Área (Ha)	Percentual de Operações Quanto ao Valor					TOTAL
	Até 500	501-1000	1001-5000	5001-10000	+ 10000	
<u>BANCO DO BRASIL</u>						
Até 10	7,34	6,55	1,96			14,85
10 - 50	7,34	12,07	17,62	1,63	0,82	39,48
50 - 100	0,82	5,87	15,98	1,63		24,30
Mais de 100	0,82	2,61	10,28	4,57	3,09	21,37
TOTAL	16,32	26,10	45,84	7,83	3,91	100,00
<u>BANCOS ESTADUAIS</u>						
<u>E PRIVADOS</u>						
Até 10	-	-	0,95	4,76	0,95	6,66
10 - 50		3,81	10,48	1,90	1,90	18,09
50 - 100			19,05	7,62	1,90	28,57
Mais de 100		0,95	20,95	17,15	7,63	46,68
TOTAL		4,76	51,43	31,43	12,38	100,00
<u>CAIXA ECONOMICA</u>						
Até 10		3,57	3,57			7,14
10 - 50		3,57	21,43			25,00
50 - 100		7,14	21,43			28,57
Mais de 100			25,00		14,28	39,29
TOTAL		14,28	71,43		14,28	100,00

as com área menor, a tendência é de solicitarem valores até Cr\$ 500,00.

Nos demais estabelecimentos bancários, são as empresas com área superior a 100 hectares as mais contempladas com financiamentos cujos valores estão entre Cr\$ 1.000,00 e 5.000,00. Sendo aplicações em crédito rural

corrente, verifica-se, deste modo, a preocupação pela recuperação do empréstimo do que pela distribuição adequada dos recursos disponíveis.

Analisando-se a composição dos financiamentos quanto a utilização na empresa rural (Quadro 57), verifica-se que, no Banco do Brasil, 46,51% do valor das operações destinam ao custeio das despesas em "mão-de-obra", enquanto que 44,59% foram aplicados em "investimentos". Nos demais estabelecimentos, as aplicações em investimentos absorvem a quase totalidade dos recursos. O percentual das aplicações para insumos (sementes, adubos, pesticidas, ração etc) é relativamente baixo.

Comparando-se, porém, a utilização dada aos recursos quando aplicados sob planejamento, em crédito rural orientado, verifica-se melhor composição entre os estabelecimentos estaduais e privados. É provável que o setor rural fosse mais favorecido, em termos de desenvolvimento, se a maior fonte creditícia não enfatizasse suas aplicações em crédito rural corrente com características de sustentação.

Uma política de contenção do crédito rural de sustentação, atingiria, de imediato, as pequenas empresas, com baixa capacidade de absorção de crédito rural (Quadros 58 e 59).

O número de financiamentos para insumos e investimentos tende a aumentar com o tamanho da empresa, ocorrendo o inverso quanto às despesas com mão-de-obra. O mesmo se verifica quanto aos valores dos financiamentos.

Financiamentos acima de Cr\$ 5.000,00 são utilizados mais para investimentos. Este fato poderá evidenciar o difícil acesso da maioria das empresas rurais da Zona da Mata, à financiamentos para utilização que modifique suas estruturas. Resta-lhes, então, o crédito rural corrente, de sustentação, no qual podem ajustar-se quanto aos seus recursos de rentabilidade. Estas empresas rurais ainda são assistidas com recursos financeiros que se destinam, precipuamente, à manutenção da família.

QUADRO 57 - Distribuição do Valor Total dos Financiamentos Quanto a Utilização em Insumo, Mão-de-Obra, Investimento e Manutenção da Família, por Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969. (Valores em Cr\$ 1.000,00)

Bancos	Utilização do Financiamento									
	Insumos		Mão-de-Obra		Investimento		Manutenção da Família		Total	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
Banco do Brasil	149	7,94	872	46,51	149	44,59	17	0,96	1875	100
Bancos Estaduais e Privados	83	9,85	148	17,57	211	72,52	-	-	842	100
Caixa Econômica	-	-	8	5,09	35	94,91	-	-	157	100
Crédito Rural Orientado(ACAR)	29	5,86	68	13,76	185	80,38	-	-	494	100

QUADRO 58 - Distribuição do Número de Operação em Crédito Rural Quanto a Utilização do Financiamento e Montante. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969. (Número Total de Operação por Estrato, Igual a 100).

Montante (Cr\$ 1,00)	Utilização do Financiamento									
	Insumo		Mão-de-Obra		Investimento		Manutenção da Família		Total (1)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 500	18	15,65	69	60,00	24	20,87	16	13,91	115	110,43
501 - 1.000	23	13,53	117	68,82	46	27,06	14	8,23	170	117,64
1.001 - 5.000	40	10,84	229	62,06	127	34,42	15	4,06	369	111,38
5.001 - 10.000	11	13,75	35	43,75	48	60,00	-	-	80	117,50
Acima de 10.000	7	17,07	7	17,07	35	85,36	-	-	41	119,51
TOTAL	99	12,77	457	58,97	280	36,13	45	5,81	775	113,67

(1) Há operações que incluem mais de um item.

QUADRO 59 - Distribuição do Número de Operações em Crédito Rural Quanto a Utilização do Financiamento e a Área da Empresa Rural. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969. (Número Total de Operação por Estrato, Igual a 100)

Área (ha)	Utilização do Financiamento									
	Insumo		Mão-de-Obra		Investimento		Manutenção da Família		Total (1)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10	8	8,00	70	70,00	17	17,00	12	13,00	100	108,00
10 - 50	40	14,92	174	64,92	83	30,97	12	4,48	268	115,29
50 - 100	21	11,23	107	57,22	75	40,11	4	2,14	187	110,69
Mais 100	38	19,89	95	49,74	94	41,21	2	1,05	191	119,89
TOTAL	107	14,34	446	58,78	269	36,06	31	4,15	746	114,34

(1) Há operações que incluem mais de um item.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Neste capítulo, são apresentadas as conclusões obtidas das análises dos dados em estudo, e as sugestões que poderão reverter em maior eficiência para o crédito rural na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

5.1. Conclusões

A caracterização e o desempenho da rede bancária da Zona da Mata foi analisada partindo-se dos princípios da oportunidade e suficiência do crédito rural, onde os requisitos da capilaridade, funcionalidade, recursos e políticas de crédito rural deveriam ser satisfeitos.

A conclusão básica é que uma extensa rede bancária não significa, necessariamente, assistência financeira satisfatória.

As operações de crédito rural verificam-se em toda a Zona da Mata, porém, o maior volume, em número e valor, são realizadas nas praças bancárias caracterizadas como de alta e muito alta concentração de agências e volumes de depósitos grandes e muito grandes. Este fato faz com que o crédito rural atinja um número restrito de estabelecimentos rurais, dificultando sua expansão e difusão, bem como tem sua importância diminuída como fator acelerador do desenvolvimento. Desta forma, o crédito rural é fácil, acessível e direto a poucos empresários rurais que não raro se utilizam de duas ou mais fontes creditícias, onde os estabelecimentos bancários estada

ais e privados tem função supletiva suplementar.

A boa capilaridade bancária que poderia influir na expansão do crédito rural é utilizada deficientemente. Nela, os estabelecimentos privados têm a maior rede de agência, e é justamente neste grupo onde esta modalidade creditícia é menos importante. Deste modo, a tendência das praças bancárias da Zona da Mata, em caracterizar-se como praças de baixa concentração de agências e pequenos volumes de depósitos, pouco influirá na oportunidade do crédito rural, desde que não se alterem as políticas e a disponibilidade de recursos destes estabelecimentos.

A capilaridade bancária, todavia, dependerá do tratamento dado ao setor rural tendo sido constatada a tendência das praças bancárias em tornarem-se mais aplicadoras, bem como aumentarem a participação do setor, quanto aos recursos disponíveis.

Na medida em que as aplicações no setor rural forem incrementadas, a rede bancária se ressentirá de uma equipe de funcionários especializados, uma vez que as políticas de crédito rural deverão ajustar-se não somente à realidade sócio-econômica das respectivas áreas de atuação, como também às situações particulares das empresas rurais. Nessas condições não se perderia grande parte dos conhecimentos e técnicas de pequeno grupo de funcionários qualificados, vinculados a algumas agências onde desempenham funções meramente fiscalizadoras, ao nível das empresas rurais.

A nível de agência, somente as do Banco do Brasil estão dotadas de uma carteira própria para as operações de crédito rural, e cuja autonomia está restrita a limites operacionais. Estes, dependem da categoria da agência, o que todavia não chega a influir sobre o crédito rural, visto que sendo crédito corrente as operações são, comumente, de pequenos valores.

Em termos de desenvolvimento é provável que o setor rural fosse mais favorecido, se a maior fonte creditícia não enfatizasse suas aplicações em crédito rural corrente e com característica de sustentação.

As agências dos estabelecimentos privados e estaduais tendem a operar somente com crédito rural orientado. Esta modalidade distingue-se pela

ênfase dada ao plano técnico, entretanto, são comuns as divergências de pontos-de-vistas entre técnicos e gerentes de bancos por visarem na operação realizada o aspecto comercial do crédito.

Entre as agências do Banco do Brasil, o efeito do crédito rural orientado não está ainda bem conhecido. É provável que o cadastro se torne fator limitante, quando esta modalidade for mais frequente.

Na consignação de recursos para as agências operarem com crédito rural, o critério mais frequente entre os estabelecimentos bancários, é a da consulta prévia às agências, e aí deve-se incluir o interesse das agências em operar com esta modalidade. Isto é de grande importância no delineamento de programas para o setor rural, se se considerar ainda que os recursos são carreados para as atividades tradicionais, onde o fator risco é, em parte, diminuído pela experiência ou tradição do produtor rural, no ramo.

As políticas de crédito rural, caracterizadas pelas operações realizadas, pouco evidenciam quanto a adequação do crédito. Verifica-se, entretanto, que sendo elas normativas, são rígidas para os órgãos auxiliares e flexíveis para os órgãos integrantes básicos. Esta flexibilidade pode ser observada em todas as características analisadas.

Tem-se, ainda, que os estabelecimentos bancários atendem ao produtor que os procura, daí, condicionarem suas aplicações ao que ele considera mais produtivo. Porém, na utilização do crédito rural, observa-se a influência das políticas que enfatizam os aspectos de recursos e rentabilidade, limitando o acesso àquelas empresas que a elas se ajustam. Para essas, além dos pequenos valores, o financiamento está condicionado ao suprimento de capital de exploração circulante, onde o item "mão-de-obra" é o mais contemplado.

É provável, então, que a "relativa incapacidade econômica" (23) da maioria dos empresários rurais, que impede a utilização racional do crédito rural, esteja evidenciando um hiato entre as políticas e a realidade rural da Zona da Mata, fazendo com que menos de 25% das empresas rurais sejam assistidas financeiramente.

5.2. Sugestões

As sugestões para o crédito rural não devem estar dissociadas dos seguintes fatos, independentes da natureza da pesquisa:

- as necessidades de capital para o desenvolvimento do setor rural são enormes e os recursos para o crédito rural são escassos;

- o crédito rural deve ser considerado, necessariamente, como parte de um processo integrado de desenvolvimento e não isoladamente;

- o crédito rural é um instrumento de política agrícola e sua aplicação condiciona-se, não raro, aos aspectos normativos condizentes com esta política;

- o crédito rural é ministrado por fontes institucionais onde os estabelecimentos federais são os órgãos integrantes básicos.

É provável, então, que as sugestões dos gerentes e chefes de cartei-ras agrícolas das agências bancárias da Zona da Mata, mesmo baseadas no senso comum, possam ser citadas. Para eles a eficácia do crédito rural fundamenta-se no seu planejamento e na assistência técnica para sua utilização.

O crédito rural planejado e com assistência técnica são modalidades que exigem condições especiais para sua implantação, talvez atingíveis a médio e longo prazo. Em decorrência desta pesquisa, sugere-se:

1. a determinação de políticas agrícolas acompanhadas de políticas de crédito rural a semelhança de um projeto piloto para a Zona da Mata do Estado de Minas Gerais;

2. pesquisa sobre custos operacionais em crédito rural, prevendo um sistema unificado a fim de utilizar eficazmente a capilaridade bancária. Des-te modo, as solicitações de financiamentos poderiam ser realizadas na pra-ça mais próxima da empresa rural, independente das fontes ou dos recursos;

3. pesquisa sobre adequação das políticas de crédito rural, a nível de empresas rurais, relacionadas as condições de recursos e rentabilidade, ressaltando a área e as atividades principais. Preclpamente, trata-se da

adequação quanto às garantias e capacidade de pagamento, a fim de prestar assistência financeira que permita a reestruturação das empresas rurais. No mesmo nível, inclui-se pesquisa sobre a utilização do crédito rural, especificamente;

4. pesquisa sobre custos/rendimentos para as principais atividades agrícolas para as três Subzonas delimitadas nesta pesquisa. Incluir a viabilidade de revisões anuais, a fim de que a rede bancária possa estabelecer seus critérios para a distribuição dos recursos, nestas finalidades;

5. intensificação dos treinamentos em crédito rural, enfatizando aspectos da administração da empresa rural ou a intensificação da assessoria técnica a nível de agências;

6. desempenho mais uniforme entre as agências dos órgãos integrantes básicos, na aplicação do crédito rural;

7. inclusão, a nível de agência, de um mínimo de assistência técnica nas operações de custeio agropecuário, que poderia ser prestada pelos funcionários qualificados, e condicionar as operações de investimento ou melhoramento agropecuário a um planejamento técnico;

8. maior aproximação entre gerentes, chefes de carteiras e supervisores locais dos órgãos articulados, a fim de consolidar pontos-de-vista sobre o crédito rural orientado.

9. aumentar a capacidade operacional dos escritórios dos órgãos articulados em praças bancárias de maior afluxo de solicitações de crédito rural, ou seja, Juiz de Fora, Ubá, Cataguazes, Carangola, Muriaé, Manhumirim e Ponte Nova, onde são aplicados quase 50% do volume total dos recursos. Intensificar, ainda, a assistência técnica aos financiamentos concedidos.

6. SUMARIO

Em uma economia predominantemente agrícola é mister dinamizar o setor rural, a fim de promover o desenvolvimento econômico. A dinâmica do desenvolvimento do setor envolve mudanças quantitativas e qualitativas, que por sua vez exigem capitais adicionais.

O capital adicional, para a agricultura, procede, basicamente, da poupança e do crédito. Como as poupanças não funcionam como método satisfatório de suprimento de capital, no processo de produção, reveste-se o crédito como a principal fonte de recursos adicionais requeridos para o desenvolvimento do setor rural.

As características do setor rural conferem ao crédito rural peculiaridades que diferenciam das outras atividades creditícias, sendo, por isso, considerado como o ramo mais difícil das atividades financeiras. Portanto, a eficiência do crédito rural, como propulsor do desenvolvimento, dependerá, em grande parte, da existência de um sistema de crédito específico e adequado àquelas condições, onde os princípios da oportunidade e suficiência se evidenciam.

A Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, sob a influência da cafeicultura, atravessou um período de crescimento que lhe permitiu prover-se de razoável infra-estrutura, onde se inclui uma extraordinária rede bancária que, em 1968, era constituída por 19 estabelecimentos que operavam com 171 agências.

Os principais resultados, apresentados segundo os requisitos, indicaram:

A) Capilaridade

A estrutura do sistema quanto aos tipos de bancos tem permanecido invariável. No período 1960/68, houve variações no número de estabelecimentos, devido somente aos bancos privados. Na Zona da Mata, operaram 35 bancos, sendo 27 privados. Dêstes, 7 vêm operando normalmente, 6 estabeleceram-se, após 1960, e 14 deixaram de operar durante o período. Seis bancos eram originários da Zona da Mata.

No período 1960/68, o número de agências operantes declinou de 218 para 171. Quanto às agências, evidencia-se o predomínio dos estabelecimentos estaduais, no sistema. A Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais isoladamente possui a maior rede de agências. As três Subzonas apresentam a mesma distribuição de agências, por tipos de bancos, que caracteriza a Zona da Mata.

Em 1960, as agências localizavam-se em 75 municípios, dos quais 26 eram praças exclusivas da Caixa Econômica. Em 1968, o número de praças decresceu para 62, sendo que em 18, somente a Caixa Econômica operava.

Excluindo-se as Caixas Econômicas, as praças bancárias caracterizavam-se pela baixa concentração de agências.

O número de empresas rurais, por agência bancária, em 1970, era ... 245,6, que em 1968 passou para 426,8. Há diferenças entre as Subzonas. A Subzona I tem a maior relação propriedades rurais por agência bancária.

O sistema bancário caracterizava-se por praças com pequeno e médio volume de depósitos que no período tenderam à praças com pequeno volume de depósitos.

Em valor corrente, o volume dos depósitos aumentou, no período, em 2.161,91% e em valores reais decresceu para 75,92%.

Em 1960, cinco praças bancárias, com concentração de agências muito alta, retinham 51,8% dos depósitos, e em 1968 eram apenas três que captavam 51,86% do volume total dos depósitos.

Na Subzona I, o volume total dos depósitos decresceu, no período, de 22,05 para 15,77%. A Subzona II captava, em 1960, 23,22% do volume total dos depósitos, e em 1968 22,97%. Na Subzona III o percentual dos depósitos foi incrementado, passando de 54,73% para 61,26%, em 1968.

Em 1960, as praças bancárias da Zona da Mata classificavam-se como captadoras e semi-aplicadoras. Em 1968, o sistema caracterizava-se como semi-aplicador e aplicador.

Em 1960, cinco praças, com concentração muito alta, aplicavam 55,42% do volume total das aplicações, e 18 com baixa concentração aplicavam 1,92%. Em 1968, eram 22 praças, com uma agência, que aplicavam 3,43% do volume total das aplicações.

Durante o período, as praças bancárias incrementaram suas aplica--ções. Na Subzona I, em 1960, 14 praças tinham índice de aplicação maior que 1, e, em 1968, eram 9. Seu percentual de aplicação decresceu de 22,51% para 21,31%, durante o período. Na Subzona II, em 1960, as praças bancárias caracterizavam-se como semi-aplicadoras, que passaram a aplicadoras em 1968. Seu percentual de aplicação aumentou de 26,39 para 31,16%. Na Subzona III, as praças bancárias eram captadoras e semi-aplicadoras, passando a aplica--doras em 1968. Aplicavam 51,10% do volume total das aplicações, em 1960, sendo que em 1968 passou para 47,53%.

As aplicações bancárias, no setor agrícola, foram incrementadas, durante o período, de 25,87 para 37,14%. Em 1960, era o terceiro setor em importância quanto às aplicações, passando ao mais importante, em 1968.

Ao Banco do Brasil correspondem 52,48% das aplicações bancárias, sendo que 22,14% em 37,14%, aplicado no setor rural, o foram por estes estabelecimento.

Entre as Subzonas, com exceção da Subzona II, nem sempre o setor ru--ral foi o mais importante. Na Subzona III, os setores indústria e comércio sempre foram os mais importantes.

Para as praças bancárias com índice de aplicação maior que 1, o se--tor agrícola é o mais importante. O mesmo não ocorre quando se agrega as praças bancárias com índice menor que 1, em virtude da inclusão de um praça com

volume de aplicações muito alto, e onde a participação do setor agrícola é relativamente pequena. Excluindo-se esta, as demais assemelham-se às de índice maior que 1.

Computando-se as operações de custeio e investimentos agropecuários a rede bancária realizou, em 1969, 19.514 operações, sendo que 89,03% correspondem ao Banco do Brasil.

Na Subzona I, foram realizadas 32,50% do total das operações, que em relação ao número de empresas rurais dá um índice de atingimento de 15,52%. Na Subzona II, foram realizadas 41,25% das operações, que em relação ao número de empresas rurais significa que 56,59% foram atingidas com crédito rural. Na Subzona III, foram realizadas 26,25% das operações e apenas 21,13% de suas empresas rurais estariam sendo atingidas pelo crédito rural.

No Banco do Brasil, 68% dos mutuários solicitaram apenas um financiamento no ano de 1969, enquanto que 4% o fizeram quatro vezes.

Do total de operações realizadas em 1969, a 15% corresponderam a novos mutuários.

Verifica-se que 65% dos mutuários, com crédito rural orientado, se utilizaram de mais de uma fonte de crédito, sendo que 40% tom financiamentos no Banco do Brasil, 25% em bancos estaduais e privados, 10% na Caixa Econômica e 10% com particulares.

O prazo de atendimento das solicitações de financiamento é variável segundo o tipo de estabelecimento bancário.

B) Funcionalidade

Todos os estabelecimentos bancários possuem uma carteira de crédito rural que vincula estas operações. Porém, a nível de agências, é somente o Banco do Brasil.

A autonomia das agências do Banco do Brasil está restrita, quantitativamente, a limites operacionais, variáveis segundo a categoria da agência, finalidade e mutuário: Entre as agências dos estabelecimentos estaduais e privados, a autonomia é variável e limitada, tanto entre bancos como entre as agências de mesmo banco.

Com exceção do Banco do Brasil, as demais agências não dispõem de qualquer funcionário efetivo para o crédito rural. Já no Banco do Brasil, há, no mínimo, dois funcionários. Todavia, agências com seis a dez funcionários é mais frequente.

Entre 108 pessoas que se ocupam com crédito rural, apenas 13 tinham sido treinadas em crédito rural.

Quanto às relações funcionais, verifica-se que o Banco do Brasil poderá obter maior eficiência em algumas agências, mesmo naquelas onde apresenta maior percentual de aplicações no setor rural. Nos demais estabelecimentos, a carência de recursos já é um fator limitante à maior eficiência funcional.

Das 48 agências entrevistadas, 41 tinham realizado operações na modalidade de crédito rural orientado. Entre elas, esta modalidade é considerada mais produtiva e benéfica a assistência técnica prestada. Quando a ACAR é a entidade interveniente, há algumas restrições e divergências por tipos de bancos.

C) Recursos

A consignação dos recursos para que as agências operem em crédito rural, baseia-se em três critérios: 1) por dotação; 2) por consulta prévia às agências e, 3) aplicações proporcionais ao volume dos depósitos. Os critérios são peculiares, segundo a fonte.

A disponibilidade dos recursos, nas agências, é variável segundo o tipo de estabelecimento bancário ao que pertencem.

Não há critério único para distribuir os recursos financeiros entre as finalidades financeáveis. As agências procuram atender a demanda de crédito para as finalidades tradicionais de sua área de jurisdição.

As finalidades classificadas em custeio agrícola tem absorvido maior soma de recursos. Na distribuição dos recursos, por finalidades, nas subzonas, observa-se algumas diferenças, e também entre tipos de bancos.

D) Políticas de Crédito Rural

As finalidades "arroz-soja-milho" são as mais contempladas em custeio agrícola, pelo sistema bancário da Zona da Mata. Em investimento a

grícola, é adubação química, benfeitorias diversas e animais de serviços. São finalidades financiadas quase exclusivamente pelo Banco do Brasil.

As agências do Banco do Brasil são mais propensas a incluir várias finalidades na mesma operação. Os casos mais frequentes incluem duas finalidades. Há diferenças entre Subzonas, pois, na Subzona I, geralmente são incluídas três finalidades por operação. Os demais estabelecimentos contemplam, normalmente, uma finalidade por operação.

Em investimento, geralmente, os bancos contemplam apenas uma finalidade por operação. Porém, quando é crédito rural orientado, as operações contemplam várias finalidades que se complementam em relação a atividade financiada.

Os valores financiados são geralmente baixos. Quase 60% dos financiamentos são inferiores a Cr\$ 2.000,00. O Banco do Brasil é o único estabelecimento bancário que concede valores inferiores a Cr\$ 500,00. Nos demais estabelecimentos, os valores são, normalmente, altos.

No Banco do Brasil, 72,43% dos financiamentos têm prazo até um ano. O mesmo acontece com os bancos estaduais e privados. A Caixa Econômica tem para a maioria de suas operações prazo até dois anos.

As taxas de juros e comissões são normativas para os estabelecimentos bancários auxiliares. No Banco do Brasil, a taxa de juros mais frequente nas suas operações é 9% a.a. Com esta exceção, não foi constatada taxa que favorecessem as finalidades previstas no Manual do Crédito Rural.

A Nota de Crédito Rural é o instrumento de crédito rural mais utilizado pelas agências do Banco do Brasil, enquanto que nos outros estabelecimentos é a Cédula Rural Pignoratícia. O aval é exigido em quase todas as operações.

O pequeno afluxo de produtores rurais que procuram as fontes creditícias é justificado pelos gerentes e chefes de carteiras agrícolas, como o receio dos produtores em assumir compromissos financeiros. Pode ser, também, que as políticas de crédito rural não estejam adequadas às suas condições de recursos e rendas. Normalmente, o produtor procura as fontes de crédito para suprir-se de capital de exploração circulante.

O acesso das emprêsa, com menos de 10 hectares, está restrito ao Banco do Brasil. Nos demais estabelecimentos, são as emprêsas com área superior a 100 hectares.

Concluiu-se que a capilaridade bancária da Zona da Mata, como um dos requisitos para a eficiência do crédito rural, pode ser considerada como excepcional. Todavia, é limitada como fonte supridora de capitais, uma vez que a boa capilaridade não se relaciona com a aplicação de recursos. Quanto ao crédito rural, restringe-se quase que às praças de maior operacionalidade.

Os aspectos funcionais limitam-se quase exclusivamente às agências do Banco do Brasil, onde as relações funcionais são heterogêneas. Nos estabelecimentos auxiliares, a carência de recursos é um fator limitante para maior eficiência funcional.

A disponibilidade de recursos é variável, segundo o tipo de estabelecimento bancário, e depende de critérios para consignação e da origem dos recursos.

As políticas de crédito rural, caracterizadas pelas operações realizadas, pouco evidenciam quanto a adequação do crédito rural.

Em sugestões, citou-se a indicada pelos gerentes e chefes de carteiras agrícolas das agências bancárias da Zona da Mata, além de outras derivadas dos resultados da presente pesquisa.

12. BRASIL, Departamento de Imprensa Nacional. Políticas de Crédito Rural. Diretrizes e Medidas, 1961. (s.n.t.).
13. _____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão de Brasil em Micro-Regiões Homogêneas. Rio de Janeiro. Volume 3. 1968.
14. _____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agrícola. 1960, Minas Gerais. Volume II. Tomo IX. 1.^ª Parte. Série Regional.
15. _____, Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Centro de Informações Econômica e Financeira). Movimento Bancário do Brasil. Rio de Janeiro. Boletins de 1960 a 1968.
16. CASTRO, José Kleber Leite de. Legislação do Crédito Rural. Rio de Janeiro. Editora de Informação Bancária Ltda. 1970. 125 p.
17. COMITE INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA. Estudo de Crédito Agrícola do Brasil. (S.L.) 1969. 2 volumes 199 e 80 p. (Relatório Preliminar - mimeografado).
18. ERWEN, Bernard L. Uma Análise Econômica de Uso de Crédito Rural e de Problemas de Política Creditícia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969. 147 p. (Tese de Ph.D.). (Estudos e Trabalhos Mimeografados N.º 9).
19. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. El Crédito Agrícola Mediante Cooperativas y Otras Instituciones. Roma. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. 1966. 219 p. (Estudios Agropecuarios n.º 68).
20. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Índices Econômicos. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Volume XXIII, N.º 12, p. 137 a 195. Dezembro de 1969.
21. INSTITUTO DE DESARROLLO ECONOMICO. Memoria del Seminario Centroamericano de Crédito Agrícola. 1954. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y para Agricultura, Guatemala. 3 volumes.
22. INSTITUTO DE ECONOMIA RURAL. Diagnóstico Preliminar da Zona da Mata, MG. (s.n.t.). Não publicado.

23. JOST, Nestor. O Banco do Brasil e a Execução da Política Creditícia e Financeira. Boletim Trimestral do Banco do Brasil. Rio de Janeiro. Volume 3, Ano III. p. 25 a 56. Julho-setembro 1968.
24. KONZEN, Otto Guilherme. Influência Econômica do Projeto Piloto de Crédito Rural sobre as Empresas Agrícolas de Ibirubá - Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969. 114 p. (Tese de M.S.). Estudos e Trabalhos Mimeografados n.º 8.
25. MAGALHÃES, Camillo Calanzans de. Objetivos do Crédito Rural in Boletim Trimestral do Banco do Brasil. Rio de Janeiro. Volume 2. Ano IV. p.45 - 48. Abril-junho 1969.
26. MELLOR, John W. O Planejamento do Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro. Editora O Cruzeiro. 1966. 413 p. Coleção Economia e Desenvolvimento. Vol. 6.
27. MOSHER, Arthur T. Getting Agriculture Moving. New York, The Agricultural Development Council, 1966. 191 p.
28. MOTA, Fernando de Oliveira. Manual do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964. 511 p.
29. MURRAY, William G. & NELSON, G. Agricultural Finance. Fourth edition. Iowa. The Iowa State University Press Ames, 1960. 486 p.
30. ORGANIZATION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION. Memoria del Centro Sudamericano de Crédito Agrícola. Recife, Brasil. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. 1958. 136p.
31. PEIXOTO, Walter. Tutela e Direção do Crédito. Rio de Janeiro. S. I. A. Ministério da Agricultura. 1957. 214 p. (Série Estudos e Ensaios n.º 13).
32. RIBEIRO, José Paulo. Assistência Financeira in Revista de Economia Rural Rio de Janeiro. Volume I. N.º 1. 1968. p. 253 a 288.
33. ROCHAH, Alfonso. El Crédito Agrícola. Barcelona, Madrid. Salvat Editores S.A. 1956. 566 p.
34. SOARES, João Batista de Lima. O Crédito Rural e a Estrutura do Capital nas Empresas Agrícolas nos Municípios de Montes Claros e Almonara, MG 1955/66. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa, 1967. 103p. (Tese de M.S.).

35. SILVA, Antonio Ferreira Alvaros da. Simplificação da Formalização dos Instrumentos de Crédito Rural in Boletim Trimestral do Banco do Brasil. Rio de Janeiro. Volume I, Ano III. Janeiro-Março 1968. P. 25 a 56
36. SILVEIRA, Pedro Hudson de Paiva. Análise de Relações entre Estrutura de Capital e Uso de Fontes de Crédito Agrícola - 1962. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1963. 60 p. (Tese M.S.).
37. VIEIRA, Jorge Raymundo. Problemas do Financiamento à Agricultura in IV Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais. São Paulo, 1966 p. 231 a 239.

APPENDICE

QUADRO 1 - Distribuição do Valor dos Depósitos Quanto a Concentração de Agências por Praças Bancárias e por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968.

Concentração	Valor dos Depósitos em Cr\$ 1.000,00											
	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Baixa	131	1647	2814	104	1117	2195	129	1352	3227	364	4116	8236
Média	504	2750	10360	149	859	7341	564	2850	10730	1217	6459	28431
Alta	289	4701	2691	1030	7024	17967	323	4415	10916	1642	16140	31574
Muito Alta	551	4027	7997	271	6257	7258	2645	39379	67835	3467	49663	83090
TOTAL	1475	13125	23862	1554	15257	34761	3661	47996	92708	6690	76378	151331

FONTE: Movimento Bancário do Brasil 1960, 1966 e 1968.

QUADRO 2 - Distribuição dos Valores das Aplicações Bancárias, Nominais, Quanto as Praças Agregadas Segundo a Concentração de Agências, por Subzonas e Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968.

Valor das Aplicações em Cr\$ 1.000,00												
Concentração	Subzona I			Subzona II			Subzona III			Zona da Mata		
	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968	1960	1966	1968
Baixa	44	892	1695	27	572	1756	55	814	2810	126	2278	6261
Média	300	2404	18708	91	888	8555	317	2731	13510	708	6023	40773
Alta	440	9909	6974	1311	13051	32776	331	3380	13650	2082	26340	53400
Muito Alta	688	4496	11399	297	8198	13622	2638	31387	56524	3623	44081	81545
TOTAL	1472	17701	38776	1726	22709	56709	3341	38312	85894	6539	78722	181979

FONTE: Movimento Bancário do Brasil 1960, 1966 e 1968.

QUADRO 3 - Participação das Praças Bancárias com Volume de Depósitos Grandes e Muito Grande, por Subzonas e em Relação ao Volume Total da Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. (Valores Deflacionados*. Período 1965/67 igual a 100).

Sub- zona	Praça	Depósitos (Cr\$ 1.000,00)		
		1960	1966	1968
I	Ponte Nova	5.181	4.039	5.029
	Manhumirim	4.066	1.673	1.692
	Manhuaçu	2.726	2.287	2.303
	Viçosa	2.153	1.549	1.957
	Raul Soares	1.626	757	1.163
	TOTAL	15.752	10.305	12.144
II	Carangola	4.563	2.124	2.159
	Muriae	4.187	3.347	4.564
	Cataguazes	3.946	2.768	4.528
	Leopoldina	3.494	2.930	3.851
	Além Paraíba	3.494	2.155	2.970
	TOTAL	19.684	13.324	18.072
III	Juiz de Fora	35.346	36.625	42.661
	Ubá	4.352	2.873	3.750
	Santos Dumont	2.861	2.214	3.114
	São João Nepomaceno	2.048	1.181	1.700
	Bicas	2.018	1.034	1.611
	Visconde do Rio Branco	1.867	1.164	1.400
	TOTAL	48.492	45.091	54.236
	Total Subzonas	83.928	68.720	84.452

FONTE: Movimento Bancário do Brasil 1960, 1966 e 1968.

* Índice deflator: Coluna 2, F.G.V.

QUADRO 4 -- Participação das Praças Bancárias cujo Índice de Aplicação é Maior que 1, no Volume Total das Aplicações na Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. (Valores Deflacionados* - Período de 1957/57 igual a 100).

Sub-zona	Praça	Aplicação (Cr\$ 1.000,00)		
		1960	1966	1968
I	Ponte Nova	6.385	4.509	7.169
	Manhumirim	3.991	4.817	4.386
	Manhuaçu	3.946	3.579	6.862
	Raul Soares	2.681	1.544	2.489
	Viçosa	2.304	1.484	1.487
	Espera Feliz	-	98	109
	Rio Casca	904	599	549
	TOTAL	20.211	16.630	23.051
II	Cataguazes	8.569	6.752	9.355
	Carangola	4.699	3.849	4.791
	Muriá	4.488	4.577	8.567
	Além Paraíba	4.051	2.491	5.352
	Leopoldina	2.530	3.646	5.905
	Recreio	542	372	589
	Volta Grande	316	401	425
	TOTAL	25.195	22.088	34.984
III	Bicas	2.952	771	1.648
	Ubá	6.370	3.242	6.250
	Mercês	226	149	180
	Rio Pomba	602	1.170	1.549
	São João Nepomuceno	813	1.351	3.068
	Mar de Espanha	151	126	280
	Rio Nôvo	196	290	321
	Tocantins	226	110	384
	Visconde do Rio Branco	1.657	717	1.471
	TOTAL	13.193	7.926	15.151
Total Subzonas		58.599	46.644	73.186

FONTE: Movimento Bancário do Brasil 1960, 1966 e 1968.

* Índice Deflator: Coluna 2, F.G.V.

QUADRO 5 - Distribuição das Aplicações Bancárias entre os Setores Econômicos, Segundo as Subzonas Geográficas da Zona da Mata, Minas Gerais, nos Anos de 1960, 1966 e 1968. (Saldos em 31/12 em Cr\$ 1.000,00).

Ano	Setor	Subzonas			
		I	II	III	Zona
1960	Comércio	612	522	866	2.000
	Indústria	151	439	1.311	1.901
	Lavoura	538	404	377	1.319
	Pecuária	69	155	130	354
	Particulares	105	184	605	894
	TOTAL	1.475	1.704	3.289	6.468
1966	Comércio	3.344	5.106	7.305	15.755
	Indústria	1.589	6.397	17.392	25.378
	Lavoura	9.819	8.242	4.840	22.901
	Pecuária	1.447	1.637	1.177	4.261
	Particulares	1.502	1.302	7.173	9.977
	TOTAL	17.701	22.684	37.887	78.272
1968	Comércio	8.419	14.464	24.486	47.369
	Indústria	2.678	12.431	23.275	38.384
	Lavoura	15.335	14.064	9.004	38.404
	Pecuária	9.121	10.564	9.432	29.117
	Particulares	3.222	5.186	20.137	28.545
	TOTAL	38.776	56.709	86.334	181.819

FONTE: CIEF - Ministério da Fazenda.

Observação: exclui aplicações a Governo, Autarquias e Bancos, bem como as aplicações pelas Caixas Econômicas.

QUADRO 6 - Distribuição das Aplicações Inter-Setoriais pelas Praças Bancárias de Índice de Aplicação Maior Que 1, por Subzonas, 1968.
(Saldo em 31/12 em Cr\$ 1.000,00)

Sub-zona	Praça	Aplicações Inter-Setoriais					Total
		Comér- cio	Indús- tria	Lavou- ra	Pecuá- ria	Parti- cular	
I	Ponte Nova	2091	1870	4197	2074	1167	11399
	Manhumirim	3225	164	1567	1571	447	6974
	Manhuaçu	1552	274	5495	2894	687	10912
	Raul Soares	492	205	1929	1098	234	3958
	Espera Feliz	15	14	115	22	8	174
	Rio Casca	187	45	163	343	136	874
	TOTAL	7572	2572	13466	8002	2679	34291
II	Cataguazes	4303	5102	2872	1152	1446	14875
	Carangola	2296	454	2227	2176	465	7618
	Muriae	587	3818	5065	2724	1428	13622
	Além Paraíba	3028	1780	1424	1612	667	8511
	Leopoldina	3557	1213	1849	1855	916	9390
	Recreio	120	23	226	516	52	937
	Volta Grande	67	20	165	358	66	676
TOTAL	13958	12410	13828	10393	5040	55629	
III	Bicas	798	211	501	729	382	2621
	Ubá	4136	1813	2415	741	833	9938
	Mercês	4	14	152	104	12	286
	Rio Pomba	273	87	926	864	307	2457
	São João Nepomuceno	1258	832	1314	1173	302	4879
	Mar de Espanha	19	-	292	85	50	446
	Rio Novo	288	-	62	130	-	480
	Tocantins	43	1	327	227	15	613
	Visconde do Rio Branco	216	364	1201	305	229	2315
TOTAL	7035	3322	7190	4358	2130	24035	
Total Subzonas		28565	18304	34484	22753	9849	113955

FONTE: CIEF - Ministério da Fazenda

QUADRO 7 - Distribuição das Aplicações Inter-Setoriais pelas Praças Bancárias de Índice de Aplicação Menor que 1, por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1968. (Saldo em 31/12 e em Cr\$ 1.000,00).

Sub-zona	Praça	Aplicações Inter-Setoriais					Total
		Comér- cio	Indús- tria	Lavou- ra	Pecuá- ria	Parti- cular	
I	Abre Campo	20	-	174	-	38	232
	Alto Rio Doce	47	-	198	293	62	600
	Divino	16	-	119	130	44	309
	Matipó	21	-	127	53	17	218
	Paula Cândido	20	21	20	-	13	74
	Presidente Soares	41	-	88	89	19	237
	Teixeiras	25	1	44	47	31	148
	Viçosa	621	84	961	391	307	2364
	Lajinha	36	-	139	116	12	303
TOTAL	847	106	1870	1119	543	4485	
II	Miraf	353	-	-	-	20	373
	Palma	60	17	72	31	62	242
	Tombos	93	4	164	140	64	465
	TOTAL	506	21	236	171	146	1080
III	Astolfo Dutra	179	94	79	441	57	850
	Bias Fortes	-	-	-	20	7	27
	Guarani	72	36	178	207	28	521
	Guidoval	15	-	14	-	2	31
	Guiricema	18	-	17	-	19	54
	Juiz de Fora	16121	19160	1193	2996	16954	56524
	Lima Duarte	81	41	1	197	38	358
	Matias Barbosa	24	2	14	57	107	204
	Santos Dumont	915	615	272	1140	770	3712
	São Geraldo	26	5	46	16	25	118
TOTAL	17451	19953	1814	5074	18007	62399	
Zona da Mata	- TOTAL	47369	38384	38404	29117	28545	181819

FONTE: CIEF - Ministério da Fazenda.

Observação: exclui aplicações a Governos, Autarquias e Bancos bem como as aplicações pelas Caixas Econômicas.

QUADRO 8 - Distribuição do Valor das Aplicações em Crédito Segundo as Finalidades Classificadas em Custeio e Investimento Agrícola e Pecuário, Segundo os Tipos de Bancos e por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais. Anos de 1960, 1966 e 1968. (Valor em Cr\$ 1.000,00).

Finalidades	Valor das Aplicações por Tipos de Bancos e Subzonas															
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				Total			
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata
<u>1967</u>																
Custeio agrícola	5.733	5.861	2.764	14.358	515	562	279	1.356	223	119	157	499	6.471	6.542	3.200	16.213
Custeio pecuário	696	453	417	1.566	-	-	-	-	-	-	4	4	696	453	421	1.570
Investimento agrícola	1.042	1.050	387	2.479	-	-	-	-	78	51	54	183	1.120	1.101	441	2.662
Investimento pecuário	2.084	1.917	1.543	5.544	779	998	965	2.742	543	300	923	1.766	3.406	3.215	3.431	10.052
TOTAL	9.555	9.281	5.111	23.947	1.294	1.560	1.244	4.098	844	470	1.138	2.452	11.693	11.311	7.493	30.497
<u>1968</u>																
Custeio agrícola	7.926	8.585	4.122	20.633	774	717	422	1.913	346	153	195	694	9.046	9.455	4.739	23.240
Custeio pecuário	349	1.171	716	2.236	-	-	-	-	-	5	5	10	349	1.176	721	2.246
Investimento agrícola	1.233	1.747	1.025	4.005	-	-	-	-	67	73	29	169	1.300	1.820	1.054	4.174
Investimento pecuário	3.242	3.164	2.145	8.551	1.375	1.104	407	2.886	813	888	430	2.131	5.430	5.156	2.982	13.568
TOTAL	12.150	14.667	8.008	35.425	2.149	1.821	829	4.799	1.226	1.119	569	3.004	16.125	17.607	9.496	43.228
<u>1969</u>																
Custeio agrícola	9.175	9.651	4.423	23.249	773	537	245	1.555	29	78	91	198	9.977	10.266	4.759	25.002
Custeio pecuário	885	1.576	978	3.439	90	631	266	987	-	4	8	12	975	2.211	1.252	4.438
Investimento agrícola	1.502	1.579	883	3.964	-	430	71	501	72	111	100	283	1.574	2.120	1.054	4.748
Investimento pecuário	3.906	3.788	3.558	11.252	1.749	1.110	1.476	4.335	685	857	522	2.074	6.340	5.765	5.556	17.661
TOTAL	15.468	16.594	9.842	41.904	2.612	2.708	2.058	7.378	786	1.060	721	2.567	18.866	20.362	12.621	51.849

FONTE: Banco do Brasil, S.A., Banco do Estado de Minas Gerais, S.A., Banco da Lavoura de Minas Gerais, S.A., Banco Nacional de Minas Gerais, S.A., Banco de Minas Gerais, S.A., Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

QUADRO 9 - Finalidades Contempladas com Crédito Rural Segundo os Tipos de Bancos e por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais. 1969

Finalidades	Número de Operações por Tipos de Bancos e Subzonas												Total
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Caixa Econômica				
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	
<u>CUSTEIO AGRICOLA</u>													
1. Arroz	97	106	66	269	1	15	11	27	-	-	-	-	296
2. Café	29	15	-	44	-	-	-	-	-	-	-	-	44
3. Cana-de-açúcar	5	-	-	5	-	-	-	-	1	-	-	-	6
4. Feijão	91	-	9	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100
5. Fumo	3	5	6	14	-	-	-	-	-	-	-	-	14
6. Milho	124	82	82	288	4	7	8	19	-	-	-	-	307
7. Tomate	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
8. Batata	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
<u>CUSTEIO PECUARIO</u>													
1. Ração	2	1	6	9	-	-	6	6	-	-	-	-	15
2. Limpeza pasto	-	7	11	18	1	3	-	4	-	-	-	-	22
3. Minerais	2	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
<u>MELHORAMENTO AGRICOLA</u>													
1. Adubação química	17	8	35	60	-	-	1	1	-	-	-	-	61
2. Calagem	-	2	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	3
3. Drenagem	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
4. Culturas permanentes	3	-	3	6	-	-	1	1	-	-	-	-	7
5. Reflorestamento	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
6. Armazéns e silos	2	4	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
7. Benfeitorias diversas	12	19	5	36	2	1	16	19	-	-	-	-	55
8. Instalações água e luz	1	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
9. Residências	5	10	3	18	-	-	-	-	-	-	-	-	18
10. Máquinas agrícolas	-	2	4	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
11. Animais de serviços	-	13	1	21	-	-	-	-	-	-	-	-	21
12. Veículos	-	6	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
<u>MELHORAMENTO PECUARIO</u>													
1. Capineiras	1	-	-	1	1	-	-	1	3	-	-	3	5
2. Currais	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
3. Estábulo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Máquinas	7	16	13	36	1	-	-	1	-	-	-	-	37
5. Vacas	19	22	15	56	1	24	1	26	7	6	7	20	102
6. Touros	-	1	1	2	-	3	-	3	-	2	-	2	7
7. Novilhas	1	1	-	2	-	-	-	-	-	3	-	3	5
8. Bovinos de corte	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
<u>MANUTENÇÃO</u>	32	-	3	35	-	-	-	-	-	-	-	-	35
TOTAL	461	324	270	1060	11	53	46	110	11	11	7	29	1199
Número de Operações	219	250	173	642	11	53	41	105	11	10	7	28	775

QUADRO 10 - Finalidades por Contrato em Custeio Agrícola, Segundo os Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais. 1969.

Finalidades	Número de Operantes por Tipos de Bancos e Subzonas												Total
	Banco do Brasil				Bancos Estaduais e Privados				Crédito Orientado (ACAR)				
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Zona Mata	
1. Arroz	1	30	7	38	14	1	8	23	-	1	1	2	63
2. Café	26	15	-	41	-	-	-	-	-	-	-	-	41
3. Cana-de-açúcar	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	3	4	5
4. Fumo	-	2	5	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
5. Milho	12	6	20	38	6	4	5	15	7	3	7	17	70
6. Arroz - milho	20	76	47	143	-	1	3	4	4	-	2	6	153
7. Feijão - milho	15	-	1	16	-	-	-	-	-	-	-	-	16
8. Fumo - milho	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
9. Cana - milho	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
10. Arroz-feijão-milho	71	-	8	79	-	-	-	-	-	-	-	-	79
11. Arroz - café-milho	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
12. Arroz-fumo-milho	-	-	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
13. Feijão-cana-milho	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
14. Arroz-feijão-milho-cana	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
15. Arroz-milho-feijão-fumo	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
16. Arroz-feijão-milho-cana-café	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2

Observação: Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais tinha uma operação em custeio agrícola.

QUADRO 11 - Valor das Operações de Crédito Rural Segundo os Tipos de Bancos, por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais. 1969

Valor (Cr\$)	Número de Operações por Tipos de Bancos													Porcentagem do Total
	Banco do Brasil			Bancos Estaduais e Privados			Caixa Econômica			Total			Zona Mata	
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III		
Até 500	48	30	27	-	-	-	-	-	-	48	30	27	105	13,54
501 - 1.000	51	67	49	-	4	1	3	1	-	54	72	50	176	22,70
1.001 - 2.000	50	64	38	1	8	10	2	7	-	53	79	48	180	23,22
2.001 - 4.000	30	46	34	1	15	7	-	1	-	31	62	41	134	17,29
4.001 - 6.000	19	18	13	1	14	3	2	1	7	22	33	23	78	10,65
6.001 - 10.000	9	17	7	8	8	10	-	-	-	17	25	17	59	7,62
Acima de 10.000	12	8	5	-	4	10	4	-	-	16	12	15	43	4,98
TOTAL	219	250	173	11	53	41	11	10	7	241	313	221	775	100,00

QUADRO 12 - Distribuição de Número das Operações em Crédito Rural Quanto ao Valor e ao Prazo, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969.

Prazo (anos)	Número Total de Operações				Número de Operações Quanto ao Valor														
					Até 500			501 a 1.000			1.001 a 5.000			5.001 a 10.000			Mais de 10.000		
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III
<u>BANCO DO BRASIL</u>																			
até 1	173	152	134	465	53	28	24	39	37	44	73	77	57	9	9	7	5	1	2
1 → 2	9	24	9	42	2	3	1	2	15	1	3	5	7	2	1	-	-	-	-
2 → 3	21	49	18	88	1	3	-	4	14	3	12	27	11	2	5	4	2	-	-
3 → 4	3	17	8	28	-	-	-	1	1	-	1	6	7	1	6	-	-	4	1
4 → 5	7	8	4	19	-	-	-	-	-	-	1	5	2	1	1	-	5	2	2
TOTAL	219	250	173	642	56	34	25	46	67	48	90	120	84	15	22	11	12	7	5
<u>BANCOS ESTADUAIS E PRIVADOS</u>																			
até 1	6	39	41	86	-	-	-	-	4	1	3	27	17	3	4	14	-	4	9
1 → 2	4	13	-	17	-	-	-	-	-	-	-	6	-	4	8	-	-	-	-
2 → 3	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
3 → 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 → 5	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
TOTAL	11	53	41	105	-	-	-	-	4	1	4	33	17	7	12	14	-	4	9
<u>CAIXA ECONOMICA</u>																			
até 1	7	1	-	8	-	-	-	3	1	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-
1 → 2	4	9	7	20	-	-	-	-	-	-	1	9	7	-	-	-	3	-	-
2 → 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 → 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 → 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11	10	7	26	-	-	-	3	1	-	4	9	7	-	-	-	4	-	-
TOTAL BANCOS	241	313	221	775	56	34	25	49	72	49	98	162	108	22	34	25	16	11	14

QUADRO 13 - Taxa de Juros Quanto ao Valor da Operação, por Tipo de Bancos e por Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Valor da Operação (Cr\$ 1.000,00)	Número Total de Operações				Número de Operações Quanto a Taxa de Juros														
					9%			12%			12+2%			12+3,1%			12+6%		
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III
BANCO DO BRASIL																			
até 500	56	34	25	115	54	27	22	2	3	2	-	-	-	-	3	1	-	1	-
501 - 1.000	46	67	48	161	41	51	43	5	8	1	-	-	-	-	8	4	-	-	-
1.001 - 5.000	90	120	84	294	75	78	54	4	4	-	-	3	-	11	31	30	-	4	-
5.001 - 10.000	15	22	11	48	10	2	2	-	1	-	-	-	-	5	18	8	-	1	1
acima de 10.000	12	7	5	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6	5	5	1	-
TOTAL	219	250	173	642	185	158	121	11	16	3	-	3	-	23	66	48	5	7	1
BANCOS ESTADUAIS E PRIVADOS																			
até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	-	4	1	5	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	1	-	-	-	-
1.001 - 5.000	4	33	17	54	-	-	-	-	-	-	1	16	9	-	8	-	3	9	8
5.001 - 10.000	7	12	14	33	-	-	-	-	-	-	-	4	5	-	-	-	7	8	9
acima de 10.000	-	4	9	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	9
TOTAL	11	53	41	105	-	-	-	-	-	-	1	23	15	-	9	-	10	21	26
CAIXA ECONOMICA																			
até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	3	1	-	4	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.001 - 5.000	4	9	7	20	-	-	-	4	9	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-
5.001 - 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
acima de 10.000	4	-	-	4	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11	10	7	28	-	-	-	11	10	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-
TOTAL BANCOS	241	313	221	775	185	158	121	22	26	3	1	26	22	23	75	48	15	28	27

QUADRO 14 - Tipos de Instrumentos de Crédito Rural Segundo o Valor da Operação, por Subzonas e Tipos de Bancos. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Valor da Operação (Cr\$ 1.00)	Número Total de Operações				Número de Operações Quanto aos Tipos de Instrumentos														
					Nota de Crédito			Cédula Rural									Aval		
	I	II	III	Zona Mata	Rural			Pignoratícia			Hipotecária			CRPH*			Aval		
					I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III
BANCO DO BRASIL																			
até 500	56	34	25	115	29	31	24	27	3	1	-	-	-	-	-	-	21	30	10
501 - 1.000	46	67	48	161	26	55	42	20	12	6	-	-	-	-	-	-	23	64	14
1.001 - 5.000	90	120	84	294	58	82	57	31	37	26	-	1	-	1	-	1	59	120	26
5.001 - 10.000	15	22	11	48	5	2	3	10	18	8	-	1	-	-	1	-	4	18	14
mais de 10.000	12	7	5	24	-	-	-	10	3	4	-	4	1	2	-	-	-	3	1
TOTAL	219	250	173	642	118	170	126	98	73	45	-	6	1	3	1	1	107	235	65
BANCOS ESTADUAIS																			
E PRIVADOS																			
até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	-	4	1	5	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	4	1
1.001 - 5.000	4	33	18	55	-	7	3	4	26	15	-	-	-	-	-	-	4	32	16
5.001 - 10.000	7	12	13	32	-	-	6	7	12	7	-	-	-	-	-	-	7	12	9
Mais de 10.000	-	4	9	13	-	-	6	-	4	3	-	-	-	-	-	-	-	4	10
TOTAL	11	53	41	105	-	7	15	11	46	26	-	-	-	-	-	-	11	52	36
CAIXA ECONOMICA																			
até 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
501 - 1.000	3	1	-	4	1	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-
1.001 - 5.000	4	9	7	20	3	-	-	1	9	7	-	-	-	-	-	-	4	9	7
5.001 - 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 10.000	4	-	-	4	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
TOTAL	11	10	7	28	5	-	-	6	10	7	-	-	-	-	-	-	11	10	7
TOTAL BANCOS	241	313	221	775	123	177	141	115	129	79	-	6	1	3	1	1	129	297	98

* - Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária.

QUADRO 15 - Tipos de Instrumentos de Crédito Rural Segundo o Prazo da Operação, por Tipos de Bancos e Subzonas. Zona da Mata, Minas Gerais, 1969

Prazo (anos)	Número Total de Operações				Número de Operações Quanto aos Tipos de Instrumentos											
					Nota de Crédito Rural			Cédula Rural								
	I	II	III	Zona Mata	I	II	III	Pignoratícia			Hipotecária			CRPH*		
								I	II	III	I	II	III	I	II	III
BANCO DO BRASIL																
Até 1	179	152	134	465	89	110	110	90	42	23	-	-	-	-	-	1
1 → 2	9	24	9	42	6	22	5	3	2	4	-	-	-	-	-	-
2 → 3	21	49	18	88	19	38	10	1	11	8	-	-	-	1	-	-
3 → 4	3	17	8	28	2	-	1	1	13	7	-	3	-	-	1	-
4 → 5	7	8	4	19	2	-	-	3	5	3	-	3	1	2	-	-
TOTAL	219	250	173	642	118	170	126	98	73	45	-	6	1	3	1	1
BANCOS ESTADUAIS E PRIVADOS																
Até 1	6	39	41	86	-	7	15	6	32	26	-	-	-	-	-	-
1 → 2	4	13	-	17	-	-	-	4	13	-	-	-	-	-	-	-
2 → 3	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
3 → 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 → 5	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11	53	41	105	-	7	15	11	46	26	-	-	-	-	-	-
CAIXA ECONOMICA																
Até 1	7	1	-	8	5	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-
1 → 2	4	9	7	20	-	-	-	4	9	7	-	-	-	-	-	-
2 → 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 → 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 → 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11	10	7	28	5	-	-	6	10	7	-	-	-	-	-	-
TOTAL BANCOS	241	313	221	775	123	177	141	115	129	78	-	6	1	3	1	1

* - Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária.

